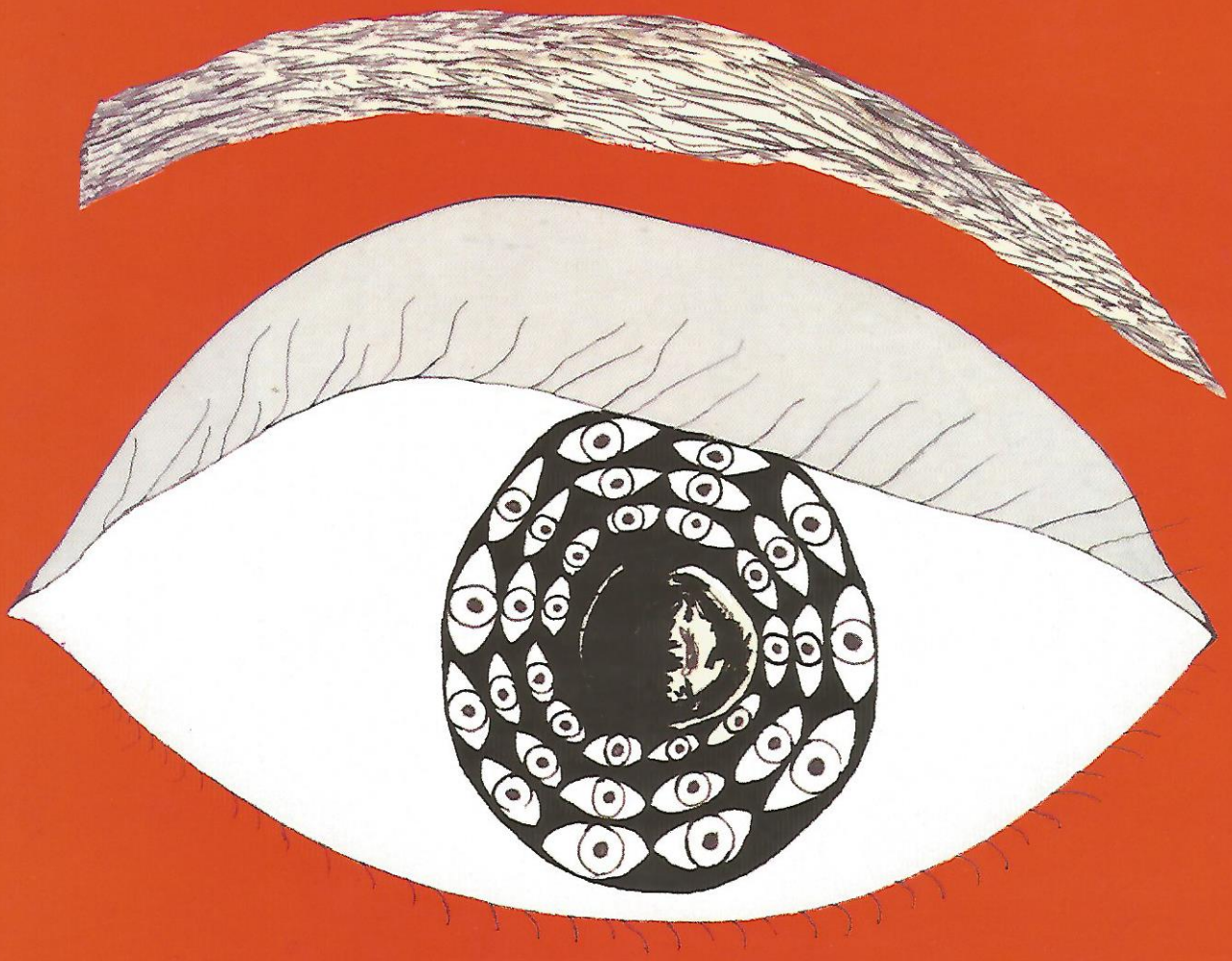
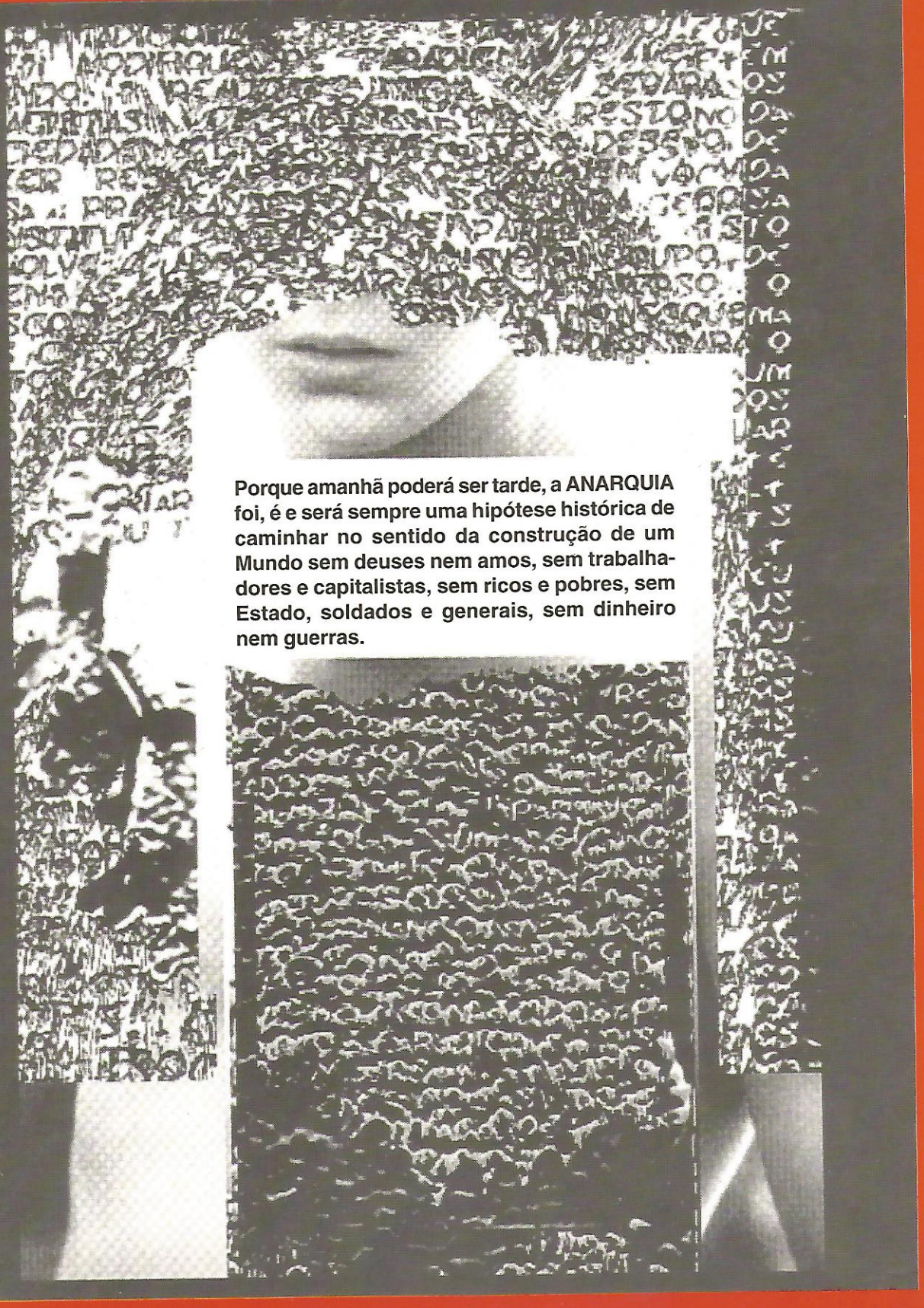
UTOPIA



N.º 15/2003



Porque amanhã poderá ser tarde, a ANARQUIA foi, é e será sempre uma hipótese histórica de caminhar no sentido da construção de um Mundo sem deuses nem amos, sem trabalhadores e capitalistas, sem ricos e pobres, sem Estado, soldados e generais, sem dinheiro nem guerras.

Utopia

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA
E INTERVENÇÃO

15

5,00 Euros
(isento de IVA)

DIRECTOR
Mário Rui Pinto

COLECTIVO EDITORIAL
Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil,
José Luis Félix, J. M. Carvalho Ferreira,
José Tavares, Ilídio Santos, Manuel de Sousa.

COLABORADORES
Alberto Hermano, Armando Veiga, Arno Gruen,
Attila Toukkour, Carlos Díaz,
Christian Ferrer, Edson Passeti, Eugénia Gomes,
Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jorge Silva,
José Janela, Luís Chambel, Maria Oly Pey,
Mimmo Pucciarelli, Quin Sirera, Roberto Freire.

CAPA
Maria Alice Bonilha

CONTRA CAPA
Almeida e Sousa

ARRANJO GRÁFICO
Maria Alice Bonilha

PROPRIEDADE
Associação Cultural A Vida
Publicação semestral registada no
Ministério da Justiça com o nº118640

IMPRESSÃO
Gráfica 2000 - Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS
Apartado 2537-1113 Lisboa Codex
Portugal

INTERNET
http://www.utopia.pt

Sumário

Editorial 2

O Anarquismo: uma ideologia ou uma metodologia?
Xavier Bekaert 7

Há guerras justas?
Manuel de Sousa 19

O mundo do terror e da insegurança
José Maria Carvalho Ferreira 25

A nova ordem cínica
Ronald Creagh 37

O Estado omnipresente como projecto autoritário
Manuel de Sousa 53

Uma luta diferente: Arcade oito meses em greve
G. Soriano 59

Fátima
Edgar Rodrigues 65

Venezuela: que se vayan todos
El Libertário 75

O que foi (é) a Alternativa Social do Porto?
Luís Chambel 79

Livros e Leituras 85

Publicações Recebidas 98

Editorial

A perda de credibilidade e a degradação das instituições do Estado acentuaram-se nestes últimos meses. Já não é só a credibilidade da classe política que está em causa, mas a de todo um conjunto de órgãos e instituições, mais ou menos dependentes do poder (e do orçamento) estatal, que actuam em diversas áreas e que eram supostos, na sua actividade diária, defender os interesses dos cidadãos e mesmo, alguns deles, proteger os mais carenciados.

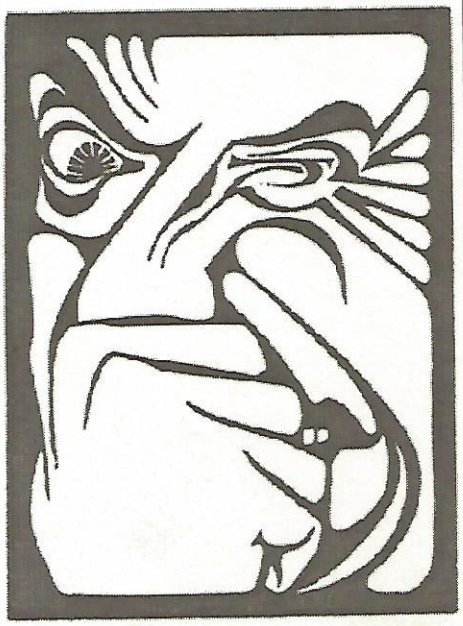
Autarquias, polícia e outras forças de "segurança", forças armadas, universidades, instituições de carácter social, hospitais, clubes desportivos, é um corrupio de casos de corrupção, nepotismo, tráfico de influências, branqueamento de capitais, abuso e degradação do relacionamento humano, sacos azuis e o que mais adiante se verá.

De todos os casos vindos a público, os mais chocantes são, indiscutivelmente, os relacionados com situações de pedofilia e tráfico de crianças, paradigmáticos do poder destruidor que o dinheiro – e o sistema social, económico e político que o gera e sustenta – tem na sociedade em que vivemos. Forjando teias de interesses, aliciando e silenciado cumplicidades, muitas vezes dentro das próprias famílias, tudo corrompendo e destruindo à sua volta: vidas, valores, ética comportamental.

No entanto, tudo se passa à velocidade da luz. Os escândalos sucedem-se nos media que, na sua ânsia voraz de audiências e vendas, devoram e consomem uns atrás dos outros. Quem ainda se lembra do caso Moderna? Quem ainda se lembra do caso Lusíada, que nem chegou a ser caso, prontamente suplantado pelo da corrupção na GNR, por sua vez pelo da Casa Pia, pelo de Felgueiras, pelo de Águeda... pelo de... pelo de... e tudo isto sem resultados palpáveis até agora, que não seja o do grande circo mediático, consubstanciado em parangonas nos jornais, abertura de noticiários, artigos e reportagens de puro voyeurismo. Todos os casos são analisados pela rama, sem aprofundamento de causas e consequências – porventura porque isso daria muito trabalho e incómodo a quem investiga, a quem reporta e a quem lê –, limitando-se a quase totalidade dos media e comentadores a pedir "justiça" para mais uns quantos ainda não apanhados (e os exemplos são muitos: alguém acredita que a corrupção na Brigada de Trânsito da GNR era só apanágio de praças e cabos? Será que não há um só oficial envolvido? E onde estão os empresários corruptores? Alguém acredita que no mundo do futebol só havia um dirigente a "fazer batota"?). Em nossa opinião, no entanto, mais importante que pedir mais "justiça", é salientar que a existência de

situações de abuso das relações de poder, de atropelo das regras formalmente instituídas e impostas à generalidade dos cidadãos, de consagração do "chico-espertismo" e da ausência de ética e de escrúpulos só é possível devido ao funcionamento desta sociedade. Enquanto esta existir tal como é, as situações mencionadas dificilmente poderão acabar porque são, simultaneamente, sua causa e efeito.

Entretanto, a Ministra das Finanças vai "apagando" o défice, como sempre à custa dos mesmos: os que trabalham por conta de outrem e que viram a sua situação social, económica e laboral degradar-se e precarizar-se acentuadamente em 2002. O "movimento sindical", liderado pela CGTP e com a já usual passividade da UGT, desencadeou uma série de greves culminada com uma pretensa greve geral. Mesmo considerando que os números da CGTP são os correctos, pergunta-se: quais foram as consequências positivas desta greve geral, para além de um simbólico marcar de posição? As leis não foram aprovadas? O desemprego não continua a aumentar? O encerramento de empresas e a fuga do capital para outras paragens mais rentáveis não se acentuou? E a seguir à greve geral, que fizeram mais as centrais sindicais? Enquanto isto, centenas de trabalhadores de pequenas e médias empresas, sobretudo da indústria têxtil e do calçado, vão resistindo há meses à porta das fábricas numa tentativa de evitarem o seu esvaziamento e de manterem os respectivos postos de trabalho. É patente a falência das soluções e formas de luta preconizadas pelas actuais burocracias sindicais e que, no fundo, se resumem à greve parcelar, sectorial e pontual, sem qualquer perspectiva revolucionária. Ao aceitarem uma ligação umbilical ao poder político e ao próprio Estado, as centrais sindicais abdicaram daquilo que, no passado, fez a força do movimento operário: autonomia, capacidade de reivindicação, acento tónico na formação ética e cultural dos trabalhadores e divulgação, por todos os meios ao seu alcance, do que poderia ser a sociedade sem Estado, logo sem capitalismo. Só possível de atingir, segundo defendiam, através da revolução social e não de uma qualquer reforma política.



A globalização dita leis perante a incapacidade dos governos nacionais. Hoje em Portugal, amanhã na Índia ou na Tailândia, depois sabe-se lá onde, o capital passeia-se por este mundo, procurando sempre as melhores taxas de rentabilidade, indiferente a fronteiras, a

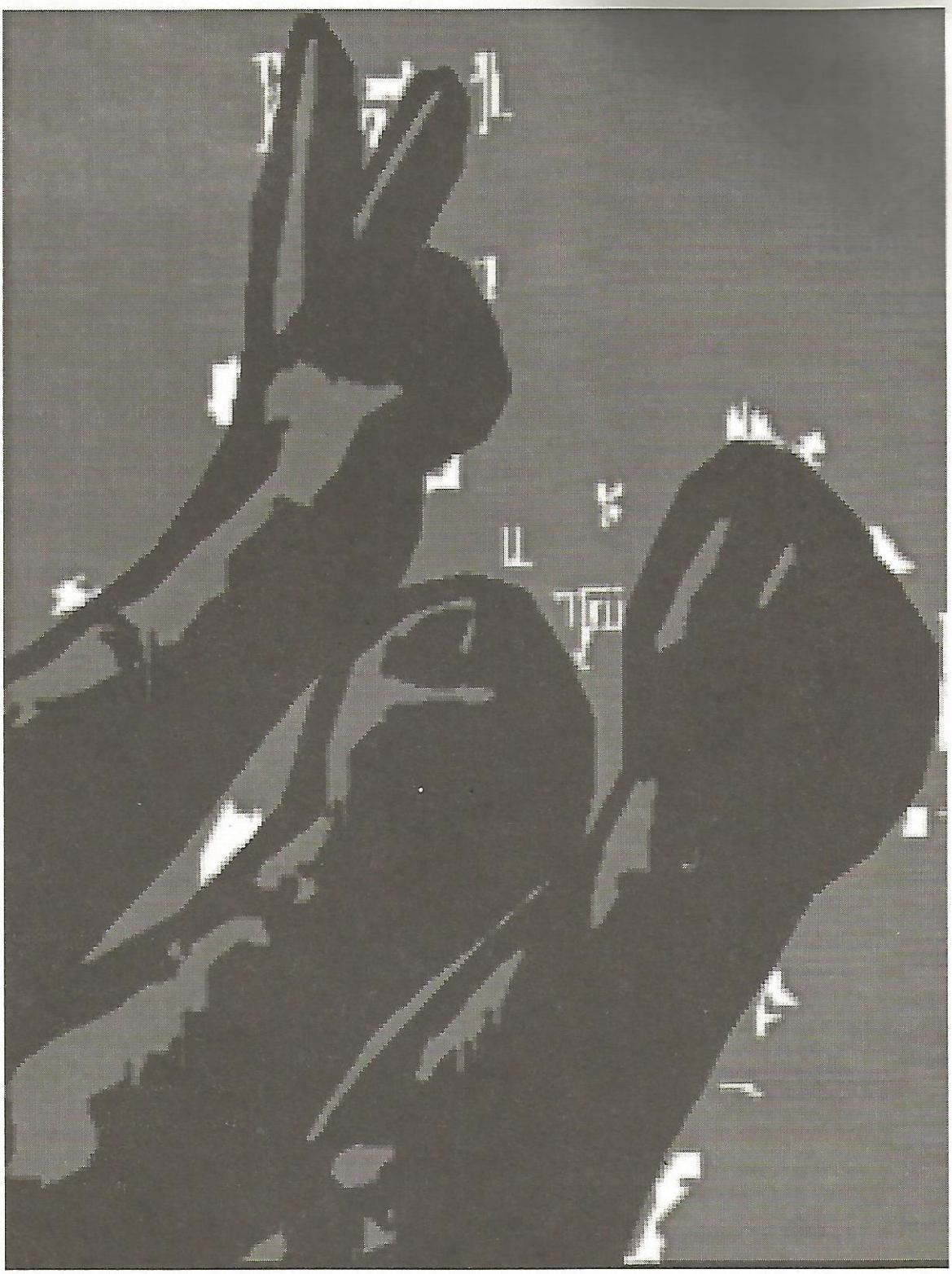
legislações nacionais e ao bem-estar das pessoas. Os diversos governos nacionais, por cumplicidade ou estupidez, ainda não perceberam que a solução não é aumentar a competitividade "nacional" promulgando legislação facilitando os despedimentos. Protagonistas das mesmas tragédias e desgraças do trabalho assalariado, governos e transnacionais vão gerindo, cada qual a seu modo, um mundo de escravos modernos que não tem sentido nem tampouco poderá algum dia ter. As exigências revolucionárias dos nossos companheiros do passado da abolição do trabalho assalariado, e logo do Estado, são, hoje, mais pertinentes e imperativas do que jamais algum dia o foram. E dizemos logo porque o salariato só poderá ser extinto quando for remetido para o museu da história a forma social vigente.

Paralelamente, assiste-se a um endurecimento nas situações de controlo da vida privada dos cidadãos, consubstanciado na proliferação de meios de vigilância e nas campanhas identificando os terrorista com os dissidentes e contestatários deste projecto de sociedade. Em nome da luta contra o terrorismo, promulgam-se novas leis, agravando penas e, sobretudo, passando a criminalizar (isto é, passíveis de julgamento e prisão) situações que antes eram entendidas como meras transgressões a regulamentos (e logo apenas sujeitas a multas), como a mendicidade ou o não pagamento de billhetes nos transportes públicos (veja-se, por exemplo, o novo Código Penal de França). Ou seja, verifica-se uma maior intervenção do Estado na vida privada dos cidadãos, em contradição com o seu aparente apagamento como Estado-Nação, em tudo facilitando e criando condições à globalização capitalista: através de novas leis do trabalho, de incentivo e protecção ao investimento, de circulação de capitais. Por Bruxelas, o "nosso" comissário europeu Vitorino brilha a grande altura, preconizando quotas de imigração, polícias e o que mais for preciso para controlar as pessoas. Em Portugal, o caminho adoptado pelo poder político é obviamente o mesmo, já com um projecto de lei de revisão penal elaborado pelo PS em marcha, de natureza e perspectiva fortemente autoritárias.

Ainda em nome da luta contra o terrorismo, preparou-se psicologicamente os cidadãos para mais uma guerra que tem como objectivo principal solidificar os interesses do império americano na grande bacia petrolífera do Médio Oriente, mesmo que conduza ao fim de mais um regime ditatorial e sanguinário. Todas as guerras são contraproducentes. Aquela que se vive ainda é mais catastrófica e bárbara do que as precedentes, porque sendo reivindicada em nome dos desígnios de Deus, dos princípios da democracia e da liberdade, personifica uma lavagem do cerébro e uma anestesia generalizada de

todas as potencialidades de vida e de emancipação social, para gáudio dos senhores do poder instituído e do capital. Apesar da hipocrisia e do oportunismo político de diversas forças sociais e políticas que agora se manifestam nas ruas contra a guerra, mas que há alguns anos atrás apoiaram a invasão do Afeganistão pela União Soviética e a invasão do Irão por este mesmo regime iraquiano, é notório o crescendo da oposição pública à guerra e àquilo que esta no fundo representa: a imposição a todo o planeta, pelos americanos e seus seguidores, de uma ordem e visão do mundo de acordo com os seus interesses, ideais e objectivos económicos.

No Brasil, a eleição de Lula para a presidência fez disparar a esperança popular numa melhoria substancial das condições de vida. O povo brasileiro exige ao novo governo medidas radicais e profundas na economia brasileira, nomeadamente na sua agricultura. No entanto, como aconteceu sempre na história, e hoje mais demonstrado que nunca, nenhuma ideologia de esquerda ou de direita que se enquadre nos parâmetros da democracia representativa, do socialismo, do comunismo ou do fascismo poderá resolver os dilemas da miséria, da pobreza e da desigualdade social, porque a sua razão de ser jamais o permitirá. Assim, levantam-se algumas questões importantes. Até que ponto os movimentos sociais no Brasil irão manter a sua autonomia? Até que ponto irão desenvolver as lutas por terra, por melhores salários, contra a pobreza? Até que ponto poderá ir, em termos de reformas, o governo de Lula num contexto em que a economia e a política estão submetidos aos interesses das empresas e organizações transnacionais? Até que ponto a crença depositada por milhões de brasileiros na governação de Lula não verá frustradas as suas expectativas de liberdade e de igualdade social, política, cultural e económica e quais as consequências dessa frustação para o futuro do movimento social brasileiro?



O Anarquismo: uma ideologia ou uma metodologia?

Xavier Bekaert

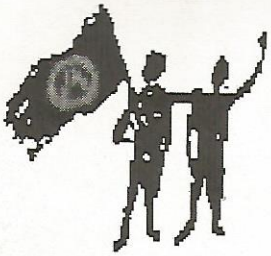
Como definir o anarquismo? Como um projecto de sociedade futura?
Uma ideologia? Ou como uma técnica de acção no presente?
Uma metodologia?
Em outros termos:
A "anarquia" é um fim ou um meio?

A definição usual de anarquismo, encontrada nos dicionários, é sempre centrada no seu projecto de sociedade futura: a Anarquia, cuja definição é amiúde burlesca. Por exemplo, no *Littré* encontramos: "*Anarquia: ausência de governo, e por conseguinte desordem e confusão*".

Algumas são, contudo, menos risíveis e aproximam-se mais de uma definição que poderia parecer aceitável aos próprios anarquistas. Por exemplo, a enciclopédia *Larousse* retoma a definição do *Littré*, mas propõe igualmente a seguinte definição de anarquia: "*sistema político ou social segundo o qual todo indivíduo deve ser emancipado de qualquer tutela governamental*". Em seguida, o anarquismo é definido como uma "*ideologia ou doutrina que preconiza a supressão do Estado, quaisquer que sejam as condições históricas*".

Este tipo de definição, centrada unicamente no projecto social, conduz muitas vezes o anarquismo a ser catalogado como sendo uma ideologia entre tantas outras. Infelizmente, proceder assim significa não entender, ou até mesmo falsear por completo, a essência profunda do anarquismo, que se alarga, de certo, para além do âmbito restrito de uma ideologia. É o que eu gostaria de tentar mostrar aqui, para em seguida propor um outro tipo de abordagem que se pretende mais em relação com a especificidade do anarquismo[1].

O anarquismo, uma ideologia?



Antes de tudo, o anarquismo não é certamente um sistema de pensamento cristalizado, nem uma teoria única exclusiva de um pensador bem particular; pelo contrário, caracteriza-se por um pensamento em constante evolução e pela grande diversidade de correntes que o compõem. Não sendo uma teoria social fixa e bem definida, o anarquismo não se presta facilmente à análise sistemática (ao contrário do marxismo que, apesar de também ser muito complexo, é mais frequentemente formalizado), o que leva um bom número de comentadores a classificá-lo como sendo utópico, primitivo e incompatível com a complexidade das realidades sociais.

Mas o que geralmente é considerado como uma prova de fraqueza teórica, revela-se, na realidade, uma das provas da coerência, da flexibilidade e da riqueza da ideia anarquista. Como observava o anarco-sindicalista alemão Rudolf Rocker (1873-1958):

"*O anarquismo não é uma solução certificada para todos os problemas humanos, nem uma Utopia ou uma ordem social perfeita, como foi amiúde denominado, porquanto ele rejeita em princípio todo esquema e conceito absolutos. Ele não acredita em qualquer verdade absoluta ou objectivo final definido para o desenvolvimento humano, mas na possibilidade ilimitada de perfeição dos acordos sociais e das condições de vida humanas, que apontam sempre para as mais elevadas formas de expressão e às quais, por esta razão, não se pode atribuir um fim determinado nem fixar qualquer objectivo. O pior crime de qualquer tipo de Estado é justamente o de tentar forçar a rica diversidade da vida social a formas definidas, ajustá-la a uma forma particular que não permite perspectiva mais ampla e considerar as fases precedentes como terminadas.*" [2]

Constata-se, portanto, que o anarquismo não pode ser definido como uma doutrina social que supostamente deveria apresentar *a* solução de todos os problemas da sociedade, o que o afasta de uma definição ideológica. Isso poderia bastar, mas é interessante aprofundar um pouco mais a natureza da ideologia e as relações que esta mantém com o poder, antes de afirmar que o anarquismo *não pode ser* uma ideologia.

Ideologia e poder

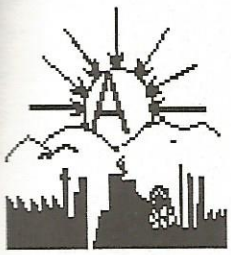
O ponto de partida é a constatação de que "*não há poder sem necessidade de justificação e, assim (...) de ideologia*", como realça A. G. Calvo, para quem a ideologia é simplesmente "*a forma fria e desapegada da justificação*" [3]. A natureza da ideologia seria, pois, a de ser um discurso ao serviço do poder (do poder instalado ou daqueles que ambicionam conquistá-lo):

"*A ideologia é uma condição indispensável do Estado. Não apenas a ideologia que emana directamente dos órgãos do Poder, mas também aquela que é desenvolvida pelos militantes contra o Poder, integrados na ordem.*" [3]

Com efeito, toda ideologia, qualquer que seja a sua forma, põe-se de acordo com a ideologia do Estado e consolida-a, em nome da sua pretensão a uma explicação total, que termina necessariamente (como o Estado) em querer cristalizar a rica diversidade da vida social numa forma única parada no tempo.

Desde logo, seria mais apropriado considerar o anarquismo como sendo uma anti-ideologia, visto que, em vez de ter como função legitimar o poder, tem por princípio renegar a legitimidade de qualquer forma de poder.

Anarquia e ideologia



De qualquer maneira, saber se o anarquismo é ou não uma ideologia torna-se uma falsa questão, pois a anarquia *não necessita* de ideologia; só a autoridade precisa de uma justificação, quando tenta legitimar os limites que impõe à liberdade de cada um. Segundo o célebre linguista Noam Chomsky, o anarquismo é mesmo:

"uma expressão da ideia de acordo com a qual o ónus da prova está sempre sobre os que sustentam que a autoridade e a dominação são necessárias."

A anarquia não precisa de ideologia, mas isso não significa, evidentemente, que não precise de ideias. O anarquismo é, entre outras coisas, uma corrente de pensamento ampla e diversificada. A rejeição da ideologia não significa certamente recusar os discursos teóricos ou as tentativas de análises globais. A deturpação das ideias é tal que alguns esquecem, às vezes, que a ideologia não é a única forma possível de discurso racional sobre o mundo e sobre as formas de o apreender. Esta ideia errada está directamente ligada a essa outra, segundo a qual o Estado é a única forma possível de organização da sociedade.

Realçamos que a deturpação ideológica e os mal-entendidos em relação à natureza do anarquismo são tais que, mesmo os libertários, são, amiúde, eles próprios vítimas sem sabê-lo do paradigma ideológico, quando tentam definir o anarquismo.

O anarquismo, um movimento histórico?

Uma vez rejeitada a definição ideológica, encontramos com frequência uma definição mais concreta do anarquismo como movimento histórico. Por exemplo, na *Encyclopédie Universalis* lê-se: "*O anarquismo é um movimento de ideias e acção que (...) se propõe reconstruir a vida em comum na base da vontade individual autónoma*". Caminho semelhante ao que é seguido por Rudolf Rocker para quem o anarquismo é

"uma tendência definida no desenvolvimento histórico da humanidade, que (...) se esforça para obter o livre desenvolvimento de todas as forças individuais e sociais da vida." [2]

Mas como unificar as ideias subjacentes às diversas definições precedentes (projecto social, corpo de ideias, movimento his-

tórico) que contêm todas fragmentos da natureza profunda do anarquismo?

O anarquismo, visto como uma metodologia

Uma maneira de proceder para unificar estes diversos elementos é definir o anarquismo não como uma *ideologia* (isto é, um sistema de interpretação total do mundo do qual decorre uma doutrina social determinada), mas como uma metodologia (isto é, uma reflexão geral quanto ao fim e aos meios resultando num método de acção). Proceder assim tem por objectivo sublinhar e extrair o que constitui a força, a vitalidade e a pertinência actual da ideia anarquista [4].

Definir o anarquismo como uma metodologia não é uma simples questão de subtileza semântica, é uma distinção fundamental muito concreta, que remonta às origens do anarquismo, quando da cisão do movimento socialista em duas correntes: autoritária e anti-autoritária.

Fundamentos históricos

• O socialismo anti-autoritário

O socialismo libertário (ou anti-autoritário) encontra sua fonte na célebre querela entre Marx e Bakunine no seio da Primeira Internacional, que culminou na expulsão de Bakunine em 1872. Desse debate, sempre actual, emergiram dois modelos de movimentos sociais.

· *O modelo marxista* segundo o qual: uma vanguarda deve guiar as massas para o socialismo futuro; o papel das massas reduz-se a conduzir essa vanguarda ao poder (pelo voto ou pela revolução armada, dependendo se esse modelo é reformista ou revolucionário); a passagem ao socialismo deve acontecer com um período de transição estatal (sucessão de reformas do "Estado burguês" para os sociais-democratas; "ditadura do proletariado" para os marxistas-leninistas);

· *O modelo bakuniniano:* toda autoridade política deve ser rejeitada; a acção directa das massas livremente organizada sem hierarquia, sendo o meio de realizar o anarquismo aqui e agora, sem fase de transição.

Antes de tudo, o antagonismo entre socialismo autoritário e anti-autoritário é, assim, metodológico. Com efeito, estes dois movimentos partilham uma crítica comum do capitalismo e um mesmo projecto social: a sociedade socialista sem Estado.

São os meios propostos para realizá-lo que os opõem. E é a escolha do método (ou mais exactamente os princípios metodológicos que determinam e constituem esta escolha) que origina o socialismo libertário, histórica e ontologicamente (no sentido em que, definido como uma metodologia, o *ser* do socialismo libertário é o seu método).

Esta ruptura condena qualquer aliança ao fracasso; a profundidade de suas divergências não reporta unicamente ao futuro (transição ou passagem imediata ao socialismo) ou ao passado (cruéis lembranças, infelizmente muito reveladoras), mas sobretudo ao presente (aceitar ou rejeitar o Estado como meio e modelo para a transformação social).

Ideologias diferentes, e até mesmo opostas, conseguem às vezes aliar-se num combate político específico pelo controlo do poder (exemplo evidente: as eleições); em contrapartida, divergências metodológicas são por natureza inconciliáveis (o drama das revoluções russa e espanhola é suficientemente claro em relação a isto). Porque o fim diz respeito ao futuro e os meios residem no presente, eles entram, portanto, directamente em conflito. Pode-se jogar com o fim, não com os meios.

- **A anarquia, uma ideia em acção**

O exemplo do socialismo anti-autoritário mostra que, contrariamente a uma ideia disseminada, não é só a recusa do Estado para sociedade futura que caracteriza o anarquismo (a totalidade da corrente socialista partilha em princípio este objectivo), mas sobretudo as práticas desenvolvidas no presente. Segundo o historiador Georges Woodcock (1912-1995),

"o anarquismo não se limita a um projecto de sociedade futura, mas, de preferência, apoia na prática as ideias e os modelos libertários tão longe quanto isso possa ser feito, aqui e agora." [5]

Em vez de esperar passivamente a revolução, que pode muito bem nunca chegar, ou degenerar numa simples mudança de senhores se a sociedade não estiver suficientemente preparada, cabe ao anarquismo,

"reforçar e encorajar todos os impulsos libertários e mutualistas, quer estes sejam construtivos, no sentido em que criam novas organizações libertárias, quer sejam rebeldes, no sentido em que resistem aos novos ataques à liberdade ou buscam pôr fim às velhas tiranias e discriminações." [5]

- **O anarco-sindicalismo**

Definir o anarquismo como uma metodologia permite igualmente compreender a razão fundamental dos múltiplos sucessos históricos do anarco-sindicalismo. Este último tem a sua origem na constatação efectuada por volta de 1894, pela maioria dos anarquistas, do fracasso da táctica da "propaganda pelo facto". Contrariamente às imensas esperanças que os atentados indivi-

duais tinham suscitado entre alguns militantes, nenhuma tomada de consciência colectiva se produziu no seio das massas operárias. Pior ainda, a repressão que se seguiu aos atentados, longe de constituir o prelúdio da revolução social, marcou bem mais o fim de uma época.

Um grande número de anarquistas aderiu, então, às organizações sindicais que despontavam (as Bolsas do Trabalho), nas quais desempenharam um papel importante, reavivando os princípios metodológicos do socialismo libertário, isto é, a independência em relação às organizações políticas (autonomia sindical, anti-parlamentarismo...); a prática da acção directa (greves "selvagens", boicotes, ocupações, sabotagens técnicas, greve geral...); a organização autónoma e federada do movimento social.

O anarco-sindicalismo é muitas vezes definido como um "*anarquismo que atribui aos sindicatos a organização da sociedade*" (*Larousse*). De novo, uma definição de tipo "doutrina social" erra seu alvo e empobrece, deforma mesmo, o significado real. Com efeito, as organizações anarco-sindicalistas não são organizações especificamente anarquistas, mesmo se um elevado número de anarquistas nelas participam (a denominação sindicalismo revolucionário, amiúde sinónimo de anarco-sindicalismo, não contém, por sinal, referência explícita ao anarquismo).

Em vez de uma doutrina social, o sindicalismo revolucionário é uma *prática* dos princípios e métodos libertários no seio do movimento social, através do sindicato. Uma definição metodológica como esta mostra provavelmente melhor da sua natureza e das razões de seu sucesso.

O anarco-sindicalismo corresponde, assim, à essência profunda da propaganda pelo facto (propagar as ideias libertárias pela acção), antes dela ter degenerado num niilismo destruidor, fonte e consequência do isolamento revolucionário, conduzindo os mais impacientes a trágicos actos de desespero.

Princípios fundadores

- **Adequação entre o fim e os meios**

Para concluir esta pesquisa da natureza do anarquismo, é indispensável analisar o princípio fundador do método anarquista: a *necessária adequação* entre o fim e os meios.

Meios em contradição com o fim conduzem inevitavelmente a um resultado oposto aos objectivos perseguidos. A ideia de querer utilizar o Estado para conduzir à sociedade socialista sem Estado, contém em si própria uma contradição que só podia levar aos fracassos mais trágicos. Para o provar, basta observar os fracassos do socialismo autoritário, seja ele reformista ou revolucionário.

A adequação dos meios com o fim é, em contrapartida, um princípio positivo, levando a desenvolver *hoje* práticas prefigurando a sociedade de *amanhã*.

Com efeito, a sociedade vindoura não é independente dos meios utilizados para a criar, mas o reflexo do combate social que a precedeu e das ideias que o sustentaram. Este princípio metodológico de adequação dos meios com o fim conduz a três princípios metódicos: recusa da política; acção directa; auto-organização do movimento social.

Os dois primeiros são às vezes fontes de confusão e por isso são comentados mais detalhadamente.

- **Recusa da política**

A recusa do parlamentarismo e da acção política pelo anarquismo é muitas vezes mal compreendida, e interpretada pelos seus detractores como a prova de um desinteresse pela coisa pública, de uma incapacidade de modificar o curso da sociedade ou de uma recusa de assumir suas responsabilidades quando decisões devem ser tomadas.

Mas, antes de tudo, o que é a política? O sentido dado a esta palavra varia enormemente. Limitando-nos à definição dada pelo filósofo André Comte-Sponville, descobre-se que a política

"é a vida comum e conflitual, sob a dominação do Estado e para seu controlo: é a arte de tomar, conservar e utilizar o poder." [6]

Entendida neste sentido (sentido ao qual se referem os anarquistas quando rejeitam a acção política), a política não se limita à gestão da vida comum e conflitual (que é *o* centro de interesse do anarquismo), antes é monopolizada pelo poder.

Esta monopolização tem por efeito desviar a acção política do seu objectivo último – a gestão da vida social –, para um objectivo secundário – o controlo do poder. Com efeito,

"todo homem que faz política aspira ao poder – seja porque o considera como um meio ao serviço de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque o deseja 'para si mesmo' com vista a gozar o sentimento de prestígio que ele confere." [7]

É assim que o anarquismo não é um movimento *político*, mas um movimento *social*, na medida em que não luta para tomar o poder, mas tenta pôr fim a toda forma de poder. Em outros termos, ele visa à *transformação* da sociedade e não ao seu *controlo* (mesmo em nome de um objectivo nobre). E é por isto que o movimento anarquista não necessita de ideologia. A conquista do poder necessita de uma ideologia para justificar o açambarcamento da gestão da sociedade por uma minoria, que impõe a todos um modelo social determinado, suposto garantir a felicidade de todos.

O anarquismo visa, pelo contrário, restituir a gestão da vida comum à própria sociedade, e essa restituição não necessita de justificação, cabe-lhe de direito.

- **Acção directa**

Mas a recusa da acção política e as razões desta recusa não bastam para caracterizar a metodologia anarquista, pois ela determina uma técnica de acção e não de inacção. Entre os anarquistas, a acção directa substitui a acção política.

A acção directa consiste "*em intervir directamente na sociedade, sem passar pela intermediação das instituições*" [8]. Visa realizar nossos objectivos através da nossa própria actividade e não através da actividade dos outros, particularmente de "representantes" preocupados sobretudo com a preservação do *statu-quo*. Ela baseia-se numa crítica radical da democracia formal parlamentar, na qual o cidadão delega seu poder em vez de exercê-lo.

Na opinião pública, a acção directa é com frequência associada à violência, mas aquela técnica de acção é inteiramente independente da aceitação ou da recusa da violência, tanto pode ter um carácter violento como não-violento (sobre acção directa não-violenta ver artigo do nº 216 de Alternative Libertaire[9]. Em contrapartida, "*o verdadeiro não-violento só pode acreditar na acção directa, nunca na acção política, pois a base de toda acção política é a coacção; mesmo quando o Estado faz boas coisas, apoia-se, no fundo, sobre uma matraca, um revólver ou uma prisão*", realça a anarquista americana Voltairine de Cleyre (1866-1912).

Para os anarquistas, a acção directa não é apenas um método de protesto, é também uma escola libertária, na qual os indivíduos reencontram a sua dignidade ao reapropriarem-se do poder de agir sobre a sua própria existência e ao restabelecerem laços sociais de apoio mútuo e de solidariedade. Assim concebida, a acção directa é a anarquia em acção, aqui e agora.

O princípio metodológico de adequação dos meios com o fim permite ancorar no presente um projecto de sociedade que, sem isso, poderia parecer muito distante, e mesmo francamente inacessível, quando, no seio da sociedade actual, já existe, em germe, a sociedade de amanhã, nas inúmeras associações de indivíduos baseadas na cooperação voluntária e no apoio mútuo. Em consequência, esse princípio metodológico vai além de uma simples reconciliação entre o fim e os meios, visa operar uma verdadeira fusão entre eles.

Os meios são o fim, o fim é o meio

Todas as ideologias têm em comum o facto de separarem os meios do fim, o que as conduz seja a:

· *Subordinar o fim aos meios*. É a tara fundamental do reformismo. O seu defeito incurável não é tanto querer uma transformação progressiva da sociedade, mas concentrar-se na acção política. Os meios (as lutas pelo poder) tornam-se, então, um fim em si, e a necessidade de tomar decisões em concordância com as "duras imposições da realidade" resulta rapidamente em renunciar aos princípios iniciais.

- *Subordinar os meios ao fim.* É a tara das revoluções autoritárias. Os seus partidários consideram que, desde que o fim seja bom e que esteja sempre presente, os meios importam pouco (o fim possui a capacidade de transcender os meios), só conta o critério da eficácia, assimilado à tomada do poder.

Para ser mais preciso, reformistas como revolucionários adoptam as duas posições em graus diversos e segundo as circunstâncias, mas, de qualquer modo, essas duas atitudes separam os meios do fim e subordinam um em relação ao outro.

O anarquismo, como metodologia, considera, ao contrário, que os meios e o fim estão indissociavelmente ligados. Separar artificialmente o fim dos meios significa negar a relação orgânica que os une. Cada meio está estreitamente ligado a um objectivo. Os meios contêm e engendram inevitavelmente o fim que lhes é próprio.

Por exemplo, é da natureza do Estado manter a divisão da sociedade em classes antagónicas, em que uma exerce a sua dominação sobre a outra. O Estado utilizado como um meio (por exemplo, para chegar à sociedade sem classes e sem Estado) só pode chegar ao fim que lhe é próprio, isto é, ao Estado, que é o seu próprio fim.

Mas a ideia anarquista vai mais longe do que a necessária adequação entre os meios e o fim já mencionada antes; ela consiste de facto em *fundir os meios e o fim.* Por um lado, o objectivo perseguido pelo anarquismo é precisamente pôr em prática a anarquia aqui e agora, desenvolvendo formas de organização libertária no seio da sociedade e lutando contra a dominação exercida pelas forças da desordem estabelecida. Por outro, o projecto social libertário não é uma abstracção, é nas lutas e nas alternativas vividas na realidade que a anarquia toma forma e se elabora progressivamente.

O fim indica os meios, e, por sua vez, os meios constróem o fim.

Conclusão

A questão do início *A anarquia: um fim ou um meio?* parece ter uma resposta: a anarquia é simultaneamente o fim e o meio do anarquismo.

Enquanto o apanágio das ideologias de todos os quadrantes é separar o fim dos meios, o anarquismo tenta fundi-los numa anarquia que não seja uma utopia para amanhã, mas uma ideia em acção aqui e agora.✦

Notas:

1) Esclareço imediatamente que não penso ser detentor de qualquer verdade absoluta. Esta outra abordagem não é absolutamente inovadora, quando muito tenta realçar e corresponder à originalidade própria do anarquismo desde as suas origens, infelizmente muitas vezes dissimulada, atrás de uma cortina ideológica, pelos seus detractores e partidários. Também não sou um especialista em história do anarquismo e espero ter limitado ao máximo as inexactidões ao apresentar o socialismo libertário e o sindicalismo revolucionário.

2) Rudolf Rocker, *Anarcho- Syndicalism: Theory and Practice*, Secker and Warburg, 1938.

3) Agustin Garcia Calvo, *Qu'est-ce que l'État?*, Atelier de Création Libertaire, 1992.

4) Dave Neal, *Anarchism: Ideology or Methodology?*, The Spunk Press Archive, 1997.

5) Georges Woodcock, *Tradition and Revolution*, Kick it Over, nº 19-20, Verão e Inverno, 1987.

6) André Comte-Sponville, *Pensées sur la politique*, Albin Michel, 1998.

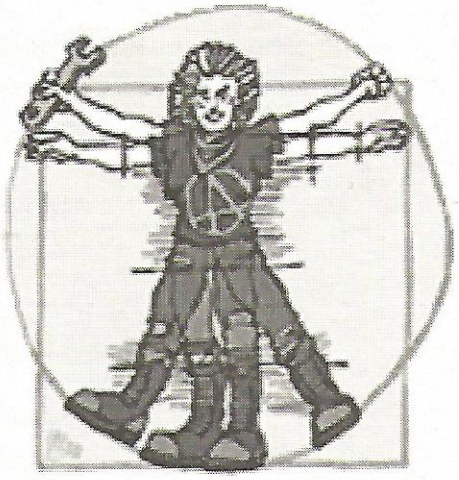
7) Max Weber, *Le savant et le philosophe*, Librairie Plon, 1959.

8) Jean-Marie Muller, *Lexique de la non-violence*, Alternatives non-violentes, nº 68, 1988.

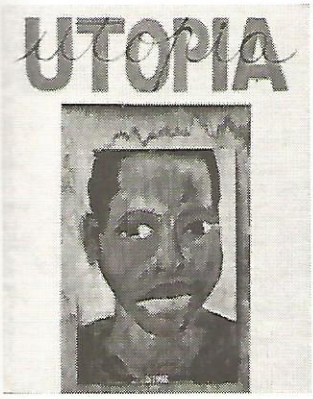
9) Claudio, *Voor Moeder Aarde*, Alternative Libertaire nº 216, 1999.

Texto publicado no Alternative Libertaire, nº 217, Maio 1999.

Tradução de Mário Rui Pinto.



revista utopia



ASSINATURAS

Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada.

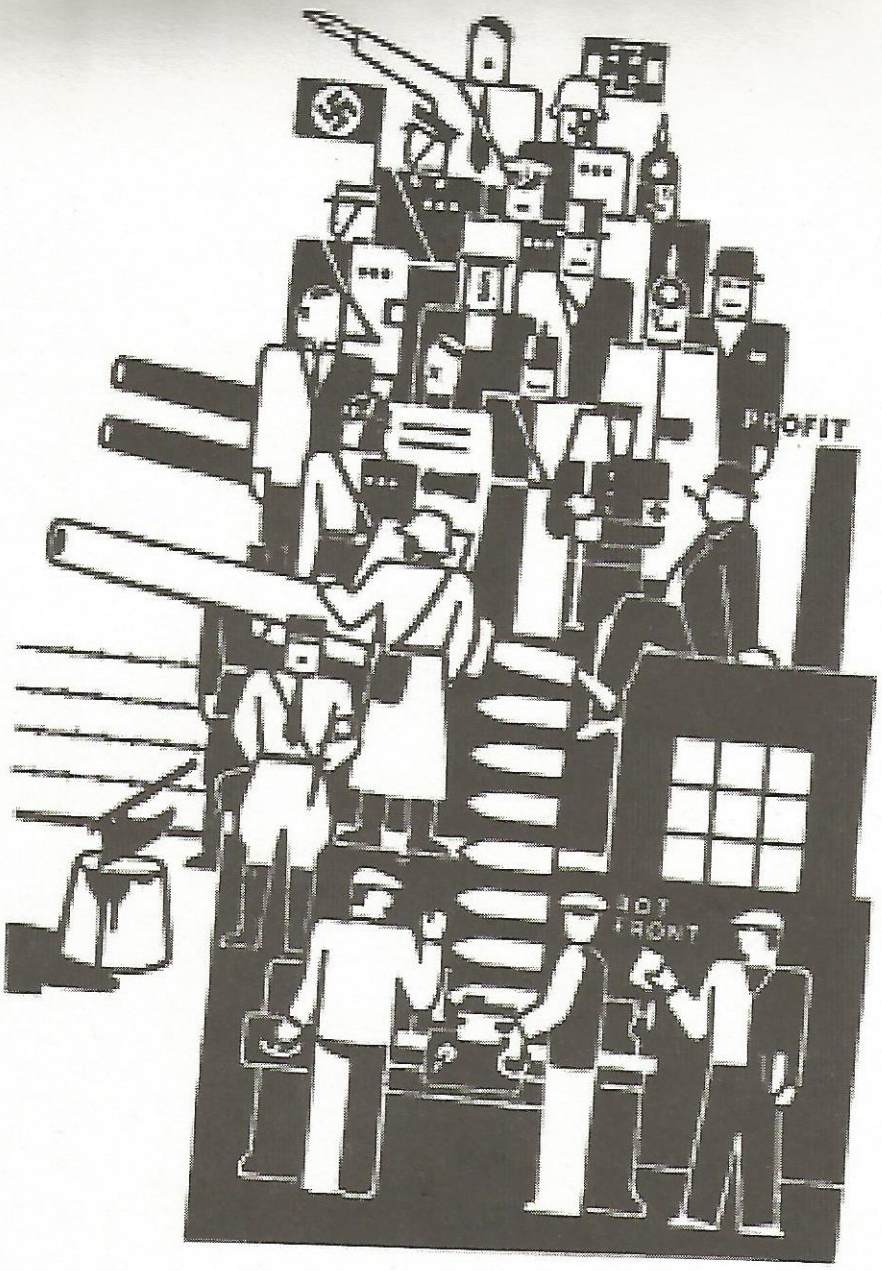
Nome:_____

Morada:_____

_____

Assinatura anual (2 números) Portugal 9,00 Euros
Estrangeiro 13,00 Euros

Pagamentos através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de **Associação Cultural A Vida**
Apartado 2537
1113 Lisboa Codex - Portugal


PROFIT
HOT
FRONT

Há guerras justas?

MANUEL DE SOUSA

"Com pátrias nos compram e nos vendem, à falta de pátrias que se vendam suficientemente caras para haver vergonha de não pertencer a elas. Nem eu, nem o Minotauro, teremos nenhuma pátria."

Jorge de Sena

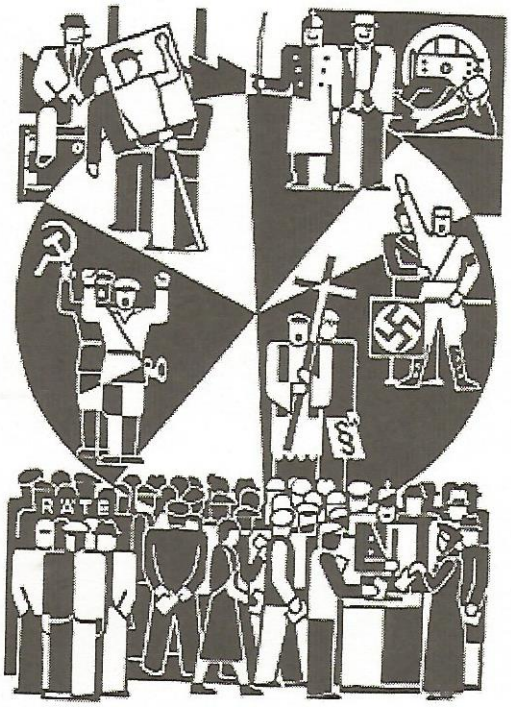
Esta foi uma velha pergunta a que tentaram responder, em todas as épocas, a teologia, a filosofia e a política quando confrontadas com o problema da destruição e mortes resultantes do uso colectivo da violência nas sociedades humanas.

Por mais voltas que se possam dar, e que o mundo tenha dado efectivamente nos últimos séculos, não temos como escapar aos mesmos dilemas, embora obviamente as respostas divirjam conforme a visão do mundo que cada um tenha.

Quase todas as pessoas estão de acordo que a guerra em si mesma é um mal, os custos humanos, económicos, sociais e culturais de uma guerra – embora proporcionais – à sua dimensão são sempre um desastre civilizacional. Apesar disto, as guerras sucedem-se na história uma após outra, desde a antiguidade mais remota, logo que a inteligência, a tecnologia e a organização social possibilitaram a grupos humanos de forma colectiva tentarem impor-se pela força a outros.

O século XX, apesar de todas as esperanças nascidas no século XIX quando se cantava nas ruas a letra de A Internacional «Fomos de fumo embriagados/Paz entre nós, guerras aos senhores!/ Façamos greves de soldados/Somos irmãos trabalhadores!», foi

um século de guerras, mas, mais do que isto, foi o século em que, pela primeira vez, como resultado do progresso tecnológico, os exércitos tiveram a possibilidade de provocar a destruição massiva de países e grupos sociais considerados inimigos. A dinamite, a aviação, a guerra química e, mais tarde, as armas nucleares e bacteriológicas representaram um salto qualitativo na possibilidade de provocar danos numa escala nunca antes atingida na história. A guerra pode agora ser desencadeada simultaneamente em diferentes locais, adquirindo uma dimensão global e catastrófica que ameaça a própria sobrevivência humana.

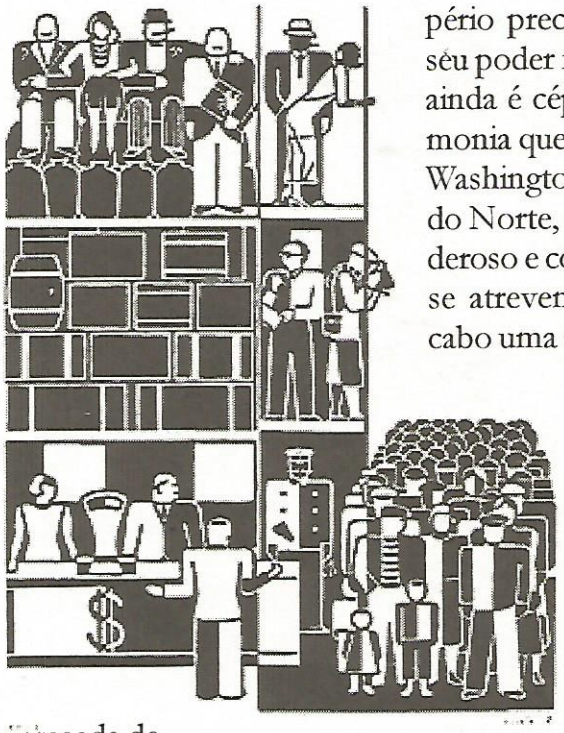


No entanto, o essencial do problema sobre a natureza da guerra persiste e, por isso mesmo, a reflexão sobre se é justa e eticamente aceitável não mudou desde a Antiguidade, quando filósofos e teólogos, como São Agostinho e São Tomás, tentaram legitimar o fenómeno da guerra a partir da doutrina romana da guerra justa para quebrar a resistência de alguns cristãos, na tradição do cristianismo primitivo, face à guerra e aos exércitos. Para os donos do Poder e, particularmente, para os militares, especialistas da guerra, o que normalmente distingue uma guerra justa de uma considerada injusta é o facto de ser decidida por eles e corresponder ao que consideram serem, ou não serem, os seus interesses. Raramente colocam o problema das causas da guerra e das suas consequências e isto vale para as guerras externas e para as guerras internas contra o seu próprio povo. Entre os senhores do Estado vigora o mais estrito legalismo: qualquer decisão de guerra não é para ser discutida ou desobedecida, a isso chamam normalmente fidelidade institucional e patriotismo. Destes chamados valores cívicos estão cheios os livros de história, os discursos políticos, principalmente quando se distribuem as orgulhosas medalhas àqueles que levam a sério tal retórica ou às suas viúvas.

Mas quando se procuram, seriamente, as causas das guerras, estas, quase sempre, estão associadas à rapina, expansionismo político e económico ou à dominação de um povo ou de um grupo social sobre outro. No entanto, apesar dessa quase evidência histórica, no discurso do Poder elas sempre são consideradas justas e traduzem-se na defesa de Deus, da civilização, da pátria ou de um, mais vago, conceito «os nossos interesses». Em nome disto todas as guerras podem ser feitas. Seja contra os vi-

zinhos, os ameríndios, os "primitivos" africanos, os "bárbaros" asiáticos ou, nos últimos tempos, os "diabólicos" islâmicos. A ficção histórica de cada país é feita da celebração da guerra, das vitórias heróicas sobre outros povos onde nunca há espaço reservado para os milhares ou milhões de vítimas dessa barbárie institucionalizada. Por mais que a legitimidade dos exércitos e da guerra se faça através do discurso da defesa contra as ameaças, faltaria esclarecer quem defende e quem ataca.

Recordar hoje esses milhões de vítimas e a destruição massiva de bens e de património cultural feita pela guerra talvez seja útil no momento em que assistimos, mais ou menos impotentes a mais uma guerra. A justiça de tal guerra está amplamente propagada pelos discursos oficiais imperiais e pela imprensa encarregada de fabricar o consenso social, por isso não admira que possa ser verdadeira a pesquisa que indica que 40% dos Portugueses, tal como os cidadãos de outros países europeus, sejam a favor da guerra apesar do trauma da guerra colonial.



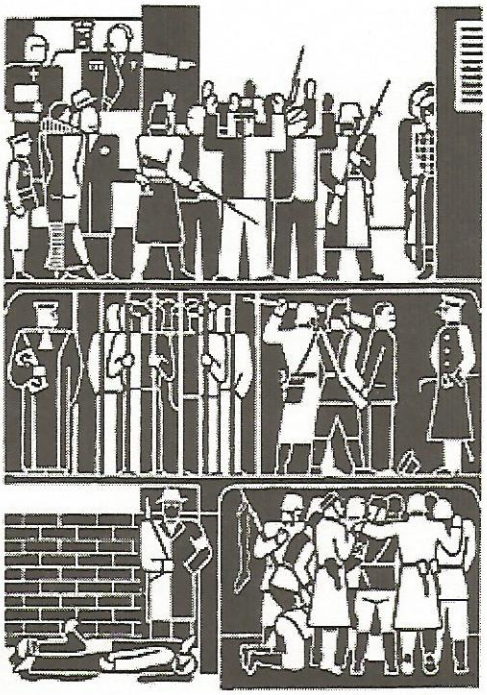
São poucos os que se questionam sobre a validade dos argumentos belicistas e as razões da guerra, mesmo que o cenário económico do domínio sobre o petróleo e os imperativos geo-estratégicos do Império americano sejam as explicações mais evidentes que desmentem os cínicos argumentos políticos e morais contra o Iraque. Torna-se cada vez mais claro que a única razão porque a guerra contra o Iraque está a acontecer é porque este país é um adversário fraco, destruído e desgastado pela guerra anterior e pelo bloqueio da ONU. A isto soma-se o facto que o Império precisa de demonstrar o seu poder face a um mundo que ainda é céptico quanto à hegemonia que se pretende única de Washington. Já contra a Coreia do Norte, um inimigo mais poderoso e com apoios fortes, não se atrevem os EUA a levar a cabo uma acção militar. Isso diz tudo.

Evidentemente que se o argumento principal «a posse de armas de destruição massiva» fosse para levar a sério, teríamos de reconhecer a todos os povos o direito de invadir qualquer uma das potências que têm tais armas e, em primeiro lugar, o Império que detém todos esses arsenais incontrolados e é o principal factor de guerra no contexto actual.

Os EUA, o único país que até hoje utilizou armas nucleares sobre populações civis, um dos poucos que utilizou armas químicas, que desenvolveu armas bacterioló-

gicas, testou sobre sua própria população as consequências da radiação atómica, aplicou drogas experimentais sobre seus soldados, vem agora dar lições de moral ao mundo e aplicar regras sobre o que os outros países podem ou não podem fazer.

Apesar disso, algumas pessoas ainda se interrogam se há Estados mais confiáveis do que outros. Esquecendo a lição da história de que todos os grupos dominantes são capazes de tudo se os povos não os impedirem. Mesmo que se possa argumentar que nem todos os grupos no poder são iguais, e que nem todos os Estados têm a mesma dinâmica agressiva e belicosa, dificilmente se pode ignorar que as elites nunca são confiáveis e que os seus interesses sempre prevalecem sobre os dos povos. Nem parece ser sustentável legitimar intervenções a partir das injustiças internas cometidas em cada país pois nesse caso não faltariam países a invadir, muitos dos quais sustentados pelos EUA e seus aliados[1]. Um dos velhos princípios em que assentaram, até há pouco tempo, as relações internacionais era o da não ingerência nos assuntos internos de cada país – que obviamente não era respeitado, principalmente pelos Estados mais poderosos – no entanto, hoje desenha-se um cenário onde esse princípio teórico deixa de ter validade, passando os EUA a decidir onde e como intervir, não respeitando a existência formal de soberanias de cada Estado.



A nova configuração mundial criou a ficção das «intervenções humanitárias» sob o manto das quais se escondem os mesmos que no passado faziam as intervenções desumanas em seus territórios coloniais ou nas suas zonas de influência e agora querem «ajudar» os povos a libertar-se de tiranos. Os EUA, a Inglaterra, a Rússia, a França, a Alemanha foram ao longo de suas histórias potências agressivas e dominadoras que impuseram suas políticas em diferentes regiões do mundo, deixando destroços e mortos por todo o lado e essa história não pode ser esquecida em nome das reciclagens das neo-democracias. Ou seja, os mesmos objectivos políticos são hoje executados através dos argumentos da «intervenção humanitária» ou «democrática».

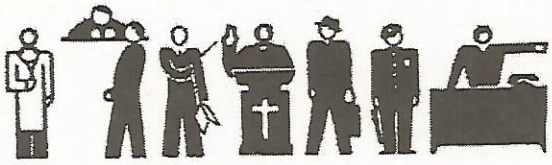
Voltando ao começo, podemos novamente nos questionar se existem guerras justas. Apesar da resposta não poder ser dada com a superficialidade com que muitos gostariam, e a prova disso foram as polémicas dentro do movimento anarquista sobre a posição a adoptar na Primeira Guerra

Mundial e o facto de muitos libertários terem combatido na Segunda Guerra Mundial contra o nazi-fascismo, integrando, inclusive, o Exército Aliado, não há razões para alterar a nossa cultura anti-militarista e a repulsa face ao fenómeno da guerra. Como libertários sabemos que a única «guerra» justa é aquela que os povos travam para se libertar da dominação e da injustiça e, essa, tem que ser feita pelos próprios povos pois não faz parte da lógica de libertação ser travada por outros em seu nome. Essas guerras sociais – se quisermos manter o mesmo nome para fenómeno tão distinto do uso colectivo da violência –, apesar dos custos humanos e materiais que possam ter, são legitimadas pelo direito de todos os povos à liberdade e à justiça, integram o direito de todo o povo e grupo oprimido, à resistência e à insurreição. Todas as outras, as que visam manter os interesses de grupos dominantes (classes e países) sempre serão um mal absoluto a que os povos se deveriam opor pois delas nada de bom pode resultar para os debaixo.

Denunciar tais guerras, opor-se a elas, recusar todo o colaboracionismo, é parte fundamental da plataforma libertária dos que se opõem às políticas imperiais e aos interesses dos Estados.✦

Notas:

1 O relatório da Human Rights Watch de 2002 descreve inúmeras violações a direitos humanos nos países aliados dos EUA, entre os quais Arábia Saudita e Israel e, como sempre, na Rússia e na China.



O mundo do terror e da insegurança

José Maria Carvalho Ferreira

Manifestamente a nossa tragédia biológica e social no contexto da evolução do Estado e do capitalismo não tem limites. Demonstrando-se incapazes de legitimar as suas funções de regulação e controle da dominação e da exploração pelas vias normativas clássicas, a única solução que prolifera envolve a produção do terror e da segurança junto de uma espécie humana atomizada e desesperada, cujo sentido histórico caminha a passos largos para a sua extinção.

A dimensão geográfica e territorial dessa tendência não se resume às fronteiras político-administrativas da Europa. Pese embora os diferentes desenvolvimentos e perversões provocadas pelo capitalismo à escala mundial, todos os continentes, sem excepção, estão articulados entre si através da mesma tragédia e exprimem a mesma realidade negativa: 1) destruição avassaladora do equilíbrio ecossistémico; 2) guerras regionais e nacionais e guerras civis entre indivíduos e grupos da sociedade civil; 3) aumento galopante dos processos migratórios locais, regionais, nacionais e continentais induzidos pelas calamidades naturais, guerras, desemprego, precarização da vinculação contratual do trabalho assalariado, exclusão social, indigência, pobreza, crime, droga e violência que afectam sobremaneira os mais vulneráveis e os oprimidos, mas também todos os indivíduos que sofrem as vicissitudes da alienação e outros que se aproveitam das perversões resultantes desse processo; 4) crescente padronização espacio-temporal da racionalidade instrumental do capitalismo no sentido da estruturação de uma nova ordem económica, social, política e cultural.

Perdidos e anestesiados por mecanismos de regulação assentes no poder do mercado, do Estado e dos "mass media", para o cidadão comum o que mais influi na sua percepção quotidiana são as imagens e as consequências mortíferas e violentas de um terror generalizado e normalizado dos exércitos e das polícias dos diferentes Estados e organizações transnacionais (ONU, OSCE, NATO). Impotentes para explicar fenómenos que há algumas décadas eram considerados impensáveis em termos de direitos humanos, emergem novos maniqueísmos civilizacionais atravessados por integrismos religiosos e nacionalismos atávicos. No caso específico da defesa da civilização ocidental, face ao perigo iminente da implementação de civilizações "bárbaras e retrógadas", os argumentos teóricos e práticos mais em voga desenvolvem-se na produção de pulsões de morte em detrimento das pulsões de vida. A produção do terror e da segurança pela via das armas e das prisões é a arma escolhida pela civilização ocidental. Os fins justificam uma imensidão de meios de terror e de segurança utilizados e a utilizar. Em nome da luta contra um terror islâmico que nasceu das entranhas da racionalidade instrumental do capitalismo e com o qual este se vivificou e sempre pactuou, surgem agora limitações e contradições inesperadas para a civilização ocidental. Para o Estado e os senhores do capital, os terroristas não são somente aqueles que protagonizaram o ataque ao World Trade Center, em Nova Iorque, no dia 11 de Setembro de 2002, mas são sobretudo todos aqueles que subjectiva e objectivamente não se vergam perante a grande mistificação e manipulação simbólica do poder instituído, cuja função ideológica primacial consiste em realizar uma anestesia sistemática e profunda da nossa memória histórica, que há séculos pugna pela emancipação social. Por isso, em nome de um emprego que mata e embrutece e nos transforma em meros produtores e consumidores de mercadorias, em nome de uma "guerra santa" comandada pelos interesses estratégicos das transnacionais do petróleo, do material de guerra e da finança, cada um de nós é constrangido a tornar-se um indivíduo que luta por um emprego e um salário de forma desenfreada, seja em fábricas que caminham para a falência, seja, na melhor das hipóteses, integrando os contingentes militares e policiais que tendem a aumentar exponencialmente.

Para compreender a natureza da luta contra o terror islâmico e os potenciais terroristas de todo o mundo e a insegurança que os diferentes Estados e o capitalismo propagam a nível mundial é preciso saber, primeiro, onde está a sua origem e, depois, perceber os contornos dos seus efeitos negativos. Deste modo, importa sobremaneira reflectir sobre as características da racionalidade instrumental do capitalismo associadas ao advento das tecnologias da informação e da comunicação e, por outro lado, à crescente integração da ciência e da técnica no domínio das actividades económicas correlacionadas com a produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços. Em segundo lugar, é crucial explicar as mudanças profundas que estão a ocorrer na organização do trabalho e a crise de regulação da sociedade civil pelo Es-

tado e pelo mercado, em presença das contingências resultantes das mudanças económicas, sociais, políticas e culturais provocadas pela actual fase da globalização. Por último, interessa sobremaneira discernir sobre os conteúdos e as formas do desvio, do crime e da violência que geram a exclusão social e a marginalidade social e, consequentemente, as modalidades de terror e de segurança do capitalismo contemporâneo e do Estado transnacional em formação para controlar e integrar os múltiplos desviantes na lógica da sua estabilidade normativa.

Racionalidade instrumental do capitalismo, novas tecnologias e mundo do trabalho

Muitas das críticas que habitualmente se fazem ao Estado e ao capitalismo têm origem em modelos interpretativos e explicativos com referências exclusivas às contradições e antagonismos gerados pela dominação e a exploração.

Não obstante esta análise continuar a ser válida, na minha opinião, há que compreender as outras razões que estão na base da identidade e da conformidade dos oprimidos e explorados em relação à reprodução da legitimação do Estado e do capitalismo. Para este efeito, é necessário perceber os contornos de regulação e de estruturação da racionalidade instrumental do capitalismo, realidade que, pelo seu carácter abstracto e universal, é exterior à vontade dos milhares de milhões de trabalhadores assalariados e, inclusive, dos milhares de milhões de accionistas que controlam e vivem do capital. É uma racionalidade que ao transformar o ser humano em objecto de produção, de distribuição, de troca e consumo de bens e serviços, torna-o imperativamente em objecto de maximização de lucro que, posteriormente, é objecto de socialização e apropriação diversificada de uma multidão de pequenos e grandes accionistas do capital, cuja essência é cada vez mais abstracta e cujo rosto se torna cada vez mais difícil discernir.

O trabalhador assalariado, ao transformar-se num mero objecto de uma racionalidade que lhe escapa e não pode controlar, foi, é e só poderá ser objecto de aperfeiçoamento sistemático de produção de mercadorias e de lucro. Com a crescente integração da ciência e da técnica promovidas pela evolução da racionalidade instrumental do capitalismo, a sua capacidade produtiva de mercadorias e de lucro aumentou inexoravelmente.

As novas tecnologias são a expressão mais genuína dessa evolução. De facto, se tivermos presente o impacto das novas tecnologias nos domínios da socialização da informação e da comunicação no contexto da organização do trabalho, facilmente nos apercebemos das grandes mu-

danças que vêm sendo progressivamente desenvolvidas no mundo do trabalho. Fazendo parte de um processo contínuo de crescente integração da ciência e da técnica, as novas tecnologias observáveis sobremaneira na informática, na microelectrónica, na telemática, na robótica e na biotecnologia, são fundamentalmente um processo de automatização dos gestos, movimentos, pausas e tempos que antes estavam confinados à execução de tarefas e funções adstritas ao factor de produção trabalho. É um processo secular que começou a ser visível no tempo histórico da contestação "luditas" no século XIX na Inglaterra e que hoje atinge paroxismos inauditos no mundo do trabalho contemporâneo. Um denominador comum atravessa a crescente integração da ciência e da técnica na organização do trabalho: a deslocação e integração progressiva de grande parte da energia, da informação e do conhecimento, que antes estava corporizado no "saber-fazer" do operariado clássico, nos mecanismos automáticos das novas tecnologias, no fundo, tudo o que personificava a perícia, competências e qualificações decorrentes das profissões e constrangimentos estruturais e funcionais da divisão do trabalho, da autoridade hierárquica, do processo de decisão e do processo de liderança que corporizam o processo de produção de bens e serviços.

As consequências desta evolução são cada vez mais evidentes na vida quotidiana do mundo do trabalho. De uma forma sistemática e profunda, nunca como agora as transnacionais e as multinacionais do capitalismo desenvolvido puderam padronizar num espaço-tempo universal o mesmo modelo de novas tecnologias e de organização do trabalho. Os efeitos da globalização em curso são francamente visíveis na produção, distribuição, troca e consumo dos mesmos bens e serviços a nível do planeta Terra, na deslocalização de capitais, investimentos, fusões, concentrações de capital através de um sistema financeiro abstracto e sem rosto, a partir do qual redes sociais aproximam o tempo real do tempo virtual e permitem a interacção e a conexão entre milhares de milhões de trabalhadores assalariados com diferentes qualificações e competências, com diferentes salários e com diferentes tipos de contratos de trabalho.

É evidente que, nestas circunstâncias, assiste-se a uma potenciação generalizada da valorização do capital à escala mundial, ao mesmo tempo que são reforçados os mecanismos de concorrência e de competição no mundo do trabalho assalariado. Os processos de tomada de decisão tornam-se, por tais motivos, mais abstractos e as hipóteses de participação dos trabalhadores assalariados são cada vez mais irrelevantes. A desigualdade social acentua-se, ao mesmo tempo que a mobilidade social na escala de estratificação social evolui no sentido descendente.

Mantendo-se os factores estruturantes da racionalidade instrumental do capitalismo, a tendência é para aumentar a dualização e a crescente estratificação e desigualdade no seio do mundo do trabalho. A correlação existente entre as novas tecnologias e a organização do trabalho determinará, em primeiro lugar, que uma grande parte dos

trabalhadores assalariados sejam despedidos e que uma parte dos jovens ou outros grupos sociais que pretendem trabalhar como assalariados nunca o possam fazer. Esta dualização diz-nos que hoje e amanhã a tendência é para que poucos tenham a hipótese de ter um emprego e que outros engrossem a multidão de desempregados já existentes. Em segundo lugar, todos aqueles que forem suficientemente qualificados e que estiverem na base da concepção, da programação, controlo e manutenção das novas tecnologias terão as competências requeridas para usufruírem de salários altos e, se forem suficientemente competitivos e actualizarem as suas competências e qualificações, terão hipóteses de obter alguma estabilidade na sua vinculação contratual no mercado de trabalho. Todavia, todos aqueles que possuírem pouca ou nenhuma qualificação, que não sejam suficientemente competitivos, que não adquiram formação e reciclagem profissional exigidas para adquirirem as competências adequadas para se tornarem vigilantes ou apêndices funcionais das novas tecnologias, mergulharão no desemprego ou tenderão a usufruir de salários baixos e de uma vinculação contratual precária no mercado de trabalho. Em terceiro lugar, todos aqueles que, efectivamente, conseguirem adaptar-se de forma competitiva, flexível e polivalente aos constrangimentos estruturais e funcionais das qualificações e competências exigidas pela racionalidade instrumental do capitalismo, para além de usufruírem de salários altos e de alguma estabilidade na sua vinculação contratual, serão os produtores de uma subjectividade, cujo sentido e orientação se identifica com a ordem social e a ordem económica vigente. Os outros milhares de milhões, ao manter-se a sua situação de desempregados, de desqualificados, de salários baixos e de precariedade na vinculação contratual, são constrangidos a evoluir para uma situação de exclusão social, de pobreza ou de indigência, o que manifestamente os induz a uma produção de sentido desviante contrária aos desígnios normativos da ordem social e ordem económica subsistente. Por outro lado, o sentido da subjectividade que gera objectivamente a pobreza, a miséria, o crime, a violência e droga que não é enquadrável nos mecanismos de regulação e de controlo do Estado e do mercado normativo, produz sobremaneira uma economia subterrânea ou informal que não pára de crescer e que induz necessariamente à emergência de um Estado e de um mercado com características ilegais e informais.

Um denominador comum atravessa o mundo do trabalho assalariado: contradições e limites que indiciam a sua insustentabilidade histórica. Na verdade, o trabalho assalariado atingiu um paroxismo inaudito. O homem ao transformar-se na negação da

sua própria essência biológica e social caminha a passos largos para a sua própria destruição. A tragédia tanto se passa a nível da condição de empregado como de desempregado. A alienação capitalista restringiu a condição humana e o seu destino individual ao emprego assalariado. Quando esta finalidade imperativa não é consumada, acentua-se a sua dependência das caridades do Estado-padrinho, tendo como quadro de vida a absoluta monetarização das relações sociais, e por isso, sem salário, apenas lhes resta a miséria, a submissão e a desumanidade. Os recentes episódios de encerramento de unidades industriais de multinacionais em Portugal, ao arrepio das leis e dos acordos estabelecidos com os governos é demonstrativo da erosão do contrato social que envolve o capital e o trabalho assalariado.

É por demais evidente que as tipologias desviantes são muito diferentes entre países capitalistas desenvolvidos e países capitalistas pouco desenvolvidos. O mesmo se poderá afirmar em relação aos níveis de desenvolvimento diferenciados, comparando continentes, nacionalidades, regiões e localidades do planeta Terra. Na estrita medida em que a padronização espacio-temporal da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços ainda não atingiu o mesmo grau de sistematização e de intensidade no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, não admira que em vez de um único modelo padrão de novas tecnologias e de organização do trabalho assumir as lógicas de deslocalização e territorialização do capital à escala mundial, face a essa incapacidade relativa, são as próprias massas trabalhadoras esfomeadas e empobrecidas pelas calamidades naturais, guerras nacionais e regionais e conflitos religiosos, que são constrangidas a emigrar para outros continentes, países ou regiões que ainda têm capacidade de integrar trabalho assalariado nas suas economias específicas.

Quando escrevemos ou falamos sobre a espiral do terror e em esquemas de segurança cada vez mais sofisticados, estamos, logicamente, a pensar na acção do Estado-Nação clássico e de organizações transnacionais mais visíveis (ONU, OMC, UE, NAFTA, NATO, Banco Mundial, Grupo dos 8, etc.) contra a emergência de terrorismos religiosos desviantes que manifestamente derivam das perversões da implementação da racionalidade instrumental do capitalismo à escala mundial. Mas se correlacionamos outras formas de terrorismo e implementação de esquemas

de segurança contra os imigrantes e os trabalhadores assalariados que trabalham nas fábricas e nos hipermercados, nas escolas e nos hospitais, nos cafés e nos transportes, etc., facilmente nos apercebemos de um outro tipo de terror, cujo carácter objectivo e subjectivo está a ser desenvolvidos por um "big brother" mundial assente no poder das armas e da vigilância de milhares de câmaras de televisão, de vigilância e controlo que entram subrepticiamente nas nossas casas, nos locais de trabalho, nos locais públicos, com a finalidade de incutir nas nossas mentes que todos somos potenciais terroristas e que se não formos obedientes e submissos em relação ao poder simbólico dos "mass media", dos senhores da guerra, da finança, da droga e do petróleo, não poderemos sobreviver enquanto seres humanos. Por outro lado, forçam-nos, ainda, a aceitar passivamente as modalidades de concorrência e de competição impostas pela guerra civil existente entre trabalhadores assalariados, por forma a sermos efectivamente polivalentes, flexíveis e actores da empregabilidade. Esta guerra é fracticida, porque ela transforma o homem lobo do homem e porque atravessa profundamente o mundo do trabalho. É uma forma sofisticada de uma guerra civil individualizada, onde apenas a lei do mais forte impera.

Por ironia do destino, a grande massa de desviantes tem a sua origem nos milhares de milhões de desempregados e pobres que não podem ser trabalhadores assalariados, nem produtores e consumidores de bens e serviços no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo. Uma das decisões mais em voga do Estado-Nação ou das organizações internacionais tende a corporizar-se na generalização de uma esquadra da polícia em cada rua, de um hospital psiquiátrico em cada bairro e de um exército com capacidade de intervenção à escala local, regional, nacional e mundial. Nestes domínios, efectivamente, não existem problemas de desemprego e, provavelmente, só com a expansão inaudita deste tipo de terror e de segurança capitalista e estatal se poderão controlar e integrar os desviantes no sentido da estabilidade normativa.

Globalização: o desenvolvimento desigual das ordens económica, social, política e cultural

Com base nas tendências já referidas em termos da evolução da racionalidade instrumental do capitalismo e nos factores substantivos que são a sua essência básica – novas tecnologias e organização do trabalho – depreende-se que a globalização é fundamentalmente veiculada pela construção de uma ordem económica. Todavia, com base nas contradições e conflitos gerados por esta ordem económica, verifica-se que a evolução das ordens política, social e cultural não se identificam com as necessidades estruturais e institucionais da racionalidade instrumental do capitalismo.

No que concerne à ordem política, as modalidades de governação do Estado-Nação em termos executivos, legislativos

e jurídicos estão desadaptadas das necessidades do controlo e de regulação das actividades económicas que decorrem da expansão geográfica e territorial das multinacionais e das transnacionais a nível mundial. A governação política do Estado-Nação está desajustada em relação aos requisitos institucionais e estruturais que a nova ordem económica mundial exige, na estrita medida em que a sua capacidade de controlo e regulação territorial e político-administrativa revela-se inconsequente face à força do poder económico e financeiro das multinacionais e das transnacionais. As guerras de carácter regional ou nacional, embora correspondam a uma luta pela formação de novos Estados e à reconfiguração político-administrativa e territorial dos Estados já existentes, por outro lado exprimem sobremaneira a estrutura de uma nova configuração política mundial que se adapte de forma eficiente à ordem económica em curso. Em termos geográficos, a centralidade territorial do processo de configuração de uma nova ordem política está sediada no modelo hegemónico dos EUA, porque este país tem a força militar mais representativa para impor uma governação política baseada nos princípios e práticas da democracia representativa. As actuais guerras e as suas expressões diversificadas em fenómenos terroristas são determinadas por interesses económicos e financeiros, mas em última instância têm como grande objectivo estratégico a implementação de um sistema político incrustado por uma governação legislativa, jurídica e executiva de cariz totalitário.

Pela natureza das tendências em curso já analisadas podemos opinar no sentido da persistência de desfasamentos entre a ordem económica e a ordem política. Todavia, esses desfasamentos são menores do que aqueles que subsistem entre a ordem económica e a ordem social. No quadro da evolução da racionalidade instrumental do capitalismo já detectamos fenómenos sociais cuja pertinência e perversões societais não podem ser omitidas, nomeadamente se tivermos presente a sua dimensão qualitativa e quantitativa em termos de desvio social consubstanciados em desemprego, pobreza, miséria, crime, violência e droga. São problemas desviantes de carácter estrutural e institucional que tendem a desenvolver-se, não podendo, por via disso, ser tratados como meros fenómenos casuísticos que podem ser superados pela guerra, pela fome e a indigência, pela contratação generalizada de mais polícias e militares, e a construção desenfreada de prisões e hospitais psiquiátricos ou, ainda, pura e simplesmente, deixar morrer indiscriminadamente à fome uma parte substancial da espécie humana através de calamidades e catástrofes naturais.

A criação de redes transnacionais de controlo e repressão dos desviantes pode diminuir a acção do famigerado terrorismo internacional protagonizado pelo integrismo religioso, mas não pode controlar e reprimir todos os potenciais "terroristas" que já mergulharam ou mergulharão no desemprego, na indigência ou na pobreza, porque já não têm emprego ou não podem trabalhar como assalariados no

quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

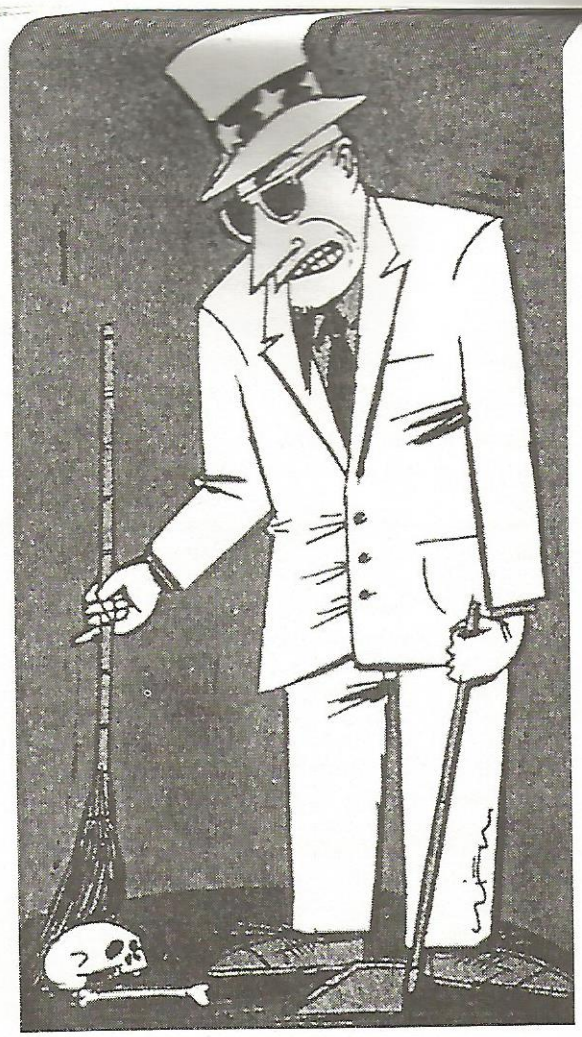
Neste sentido, não se entende nem se compreende como é que a UE e os EUA se transformaram em ilhas de um capitalismo desenvolvido, quando fecham as suas fronteiras e reprimem de uma forma selvática os processos migratórios de uma multidão de esfomeados e empobrecidos, cujo única hipótese de sobrevivência é transformarem-se em objectos de produção, de distribuição, de troca e de consumo de mercadorias. Seria lógico tornar todos os imigrantes em escravos modernos da nova ordem económica. Todavia não é isso que ocorre. Em vez de serem integrados na lógica normativa da racionalidade instrumental do capitalismo são objecto de esquemas de segurança próprios das sociedades esclavagistas de antanho e, na pior das hipóteses, pela cor da sua pele e tamanho da sua barba, pura e simplesmente, tornam-se potenciais terroristas. Não é de admirar que perante este cenário se assista ao fim da negociação e da contratação colectiva com base nas reivindicações fomentadas pelos trabalhadores assalariados nos trinta gloriosos anos do capitalismo (1945-1975) e que as premissas democráticas da justiça e da política social, no sentido da diminuição da desigualdade social e do desenvolvimento da mobilidade social, estejam a ser invertidas ou extintas. Neste domínio, podemos dizer que a evolução da ordem social caminha, tendencialmente, para o desvio e a exclusão social em detrimento da coesão social e da integração social que são fundamentais para a manutenção e reprodução do capitalismo e do Estado.

Em função do que acabamos de referir, o hiato que observamos entre a ordem política e a ordem económica é muito menor do que aquele que subsiste entre esta última e a ordem social. Pela natureza das contradições e antagonismos sociais subsistentes é extremamente difícil que o sentido da acção individual e colectiva se traduza na construção de uma identidade colectiva harmoniosa e conducente com a ordem social vigente. A explicação plausível para a fomentação do terror por parte dos diferentes Estados e organizações transnacionais do poder instituído advém do facto de que cada indivíduo "per si", objectiva e subjectivamente, é cada vez menos produtor de sociabilidade e de cooperação, necessitando, para o efeito, de constrangimentos e sanções punitivas que vão desde a anestesia e lavagem cerebral até ao en-

do terror dinamizadas pelas acções policiais, militares, educacionais, mediáticas e psiquiátricas.

Partindo do mesmo raciocínio, não podemos esquecer que uma das formas mais sofisticadas da globalização é dinamizada pelas tecnologias de informação e da comunicação. A latitude e a importância desta realidade é incontestável. Na verdade, se pensarmos nas características da informação que é possível socializar, quer em termos quantitativos quer qualitativos, e se pensarmos, ainda, nos meios e formas inauditas que existem para emitir, transmitir e recepcionar toda essa informação, então podemos e devemos admitir que as nossas capacidades/possibilidades de comunicação nunca atingiram a expressão que estamos a viver. É uma realidade que é perpassada também por um processo de aprendizagem social e um processo de aculturação que implicam novas modalidades de percepção, categorização e organização da informação que mudam substancialmente os nosso hábitos cognitivos e comportamentais. Os signos e significados são traduzidos em linguagens baseadas em imagens que nos remetem para formas e conteúdos de aculturação dos domínios do audiovisual, eliminando e condicionando a nossa autonomia e margem de manobra no sentido de uma aculturação traduzida em cognições e comportamentos verbalizados por formas e conteúdos escritos ou oralizados.

É evidente que esta evolução no sentido da criação de uma mesma linguagem



padrão a nível mundial, com intuito de estruturar uma nova ordem cultural, é objecto de grandes antagonismos e contradições. Porque a cultura tem a sua origem em valores, crenças, linguagens e ideologias que se traduzem em sistemas de representação colectiva inquestionáveis, normalmente associadas à moral e à ética de cada sociedade ou cultura, não admira que a ordem cultural identificada com os desígnios de evolução da racionalidade instrumental do capitalismo

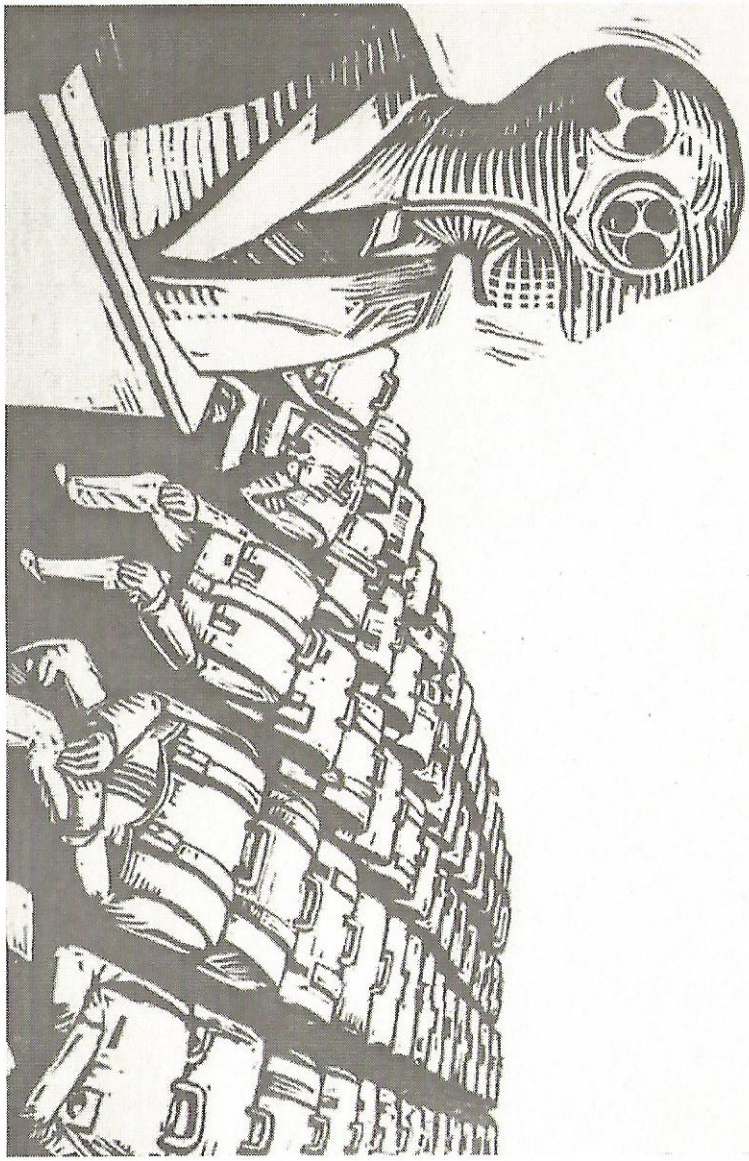
seja a mais difícil de concretizar. A emergência de conflitos e guerras atravessados por formas contraproducentes de violência e de terror no Afeganistão e no Médio Oriente, e com previsibilidade de se generalizar a outras regiões e continentes, apenas demonstra que as maiores perversões e a consequente oposição contra a ordem económica, social e política do capitalismo a nível mundial têm a sua origem na defesa intransigente de uma ordem cultural com raízes seculares. Os nacionalismos e os integrismos religiosos transformaram-se, assim, quase no único antídoto e a única âncora que permitem aos oprimidos e esfomeados do mundo inteiro assumir a sua salvação e a sua identidade colectiva. A cultura, no sentido relativo e largo do termo, personifica, por este motivo, quase a única forma de resistir às perversões da racionalidade instrumental e, por outro lado, de cimentar a ligação e fortalecer os laços de solidariedade e de cooperação de uma vida sem sentido histórico.

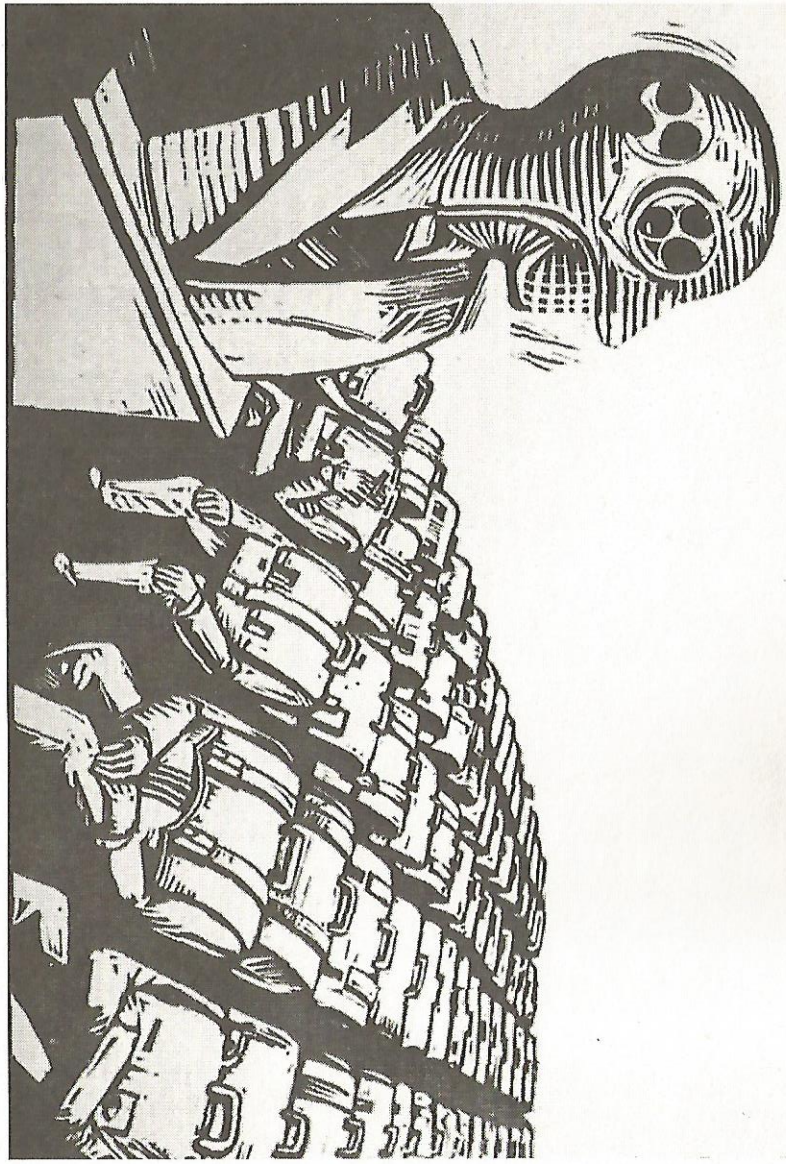
Portanto, antes de se escrever ou falar do terrorismo religioso ou do terrorismo nacionalista é fundamental caracterizar o terrorismo da guerra e os esquemas de encarceramento e as medidas de segurança fomentadas pelo Estado-Nação e as organizações transnacionais que, indubitavelmente, estão na sustentação dos primeiros. Simultaneamente, é necessário caracterizar o terrorismo dos "mass media" e de todos os poderes instituídos do Estado-Nação e das organizações transnacionais que procuram anestesiar e moldar as nossas mentes no sentido de transformar todos os desviantes em potenciais terroristas, quando a sua subjectividade e acção vão no sentido da crítica e da transformação radical da ordem social, económica, política e cultural vigentes.

Por fim, importa sublinhar que a probabilidade de constituição de movimentos sociais alternativos aos nacionalismos e integrismos religiosos não passa, necessariamente, pela reprodução mecanicista de movimentos sociais tradicionais decorrentes dos modelos sindicais ou partidários.

Todo e qualquer movimento social alternativo, nos dias de hoje, passa pela criação de um sentido histórico balizado pela emancipação social. O que implica a erradicação do Estado e da racionalidade instrumental do capitalismo à escala universal. ✦

Thea Kowar





A nova ordem cínica

RONALD CREAGH

Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 levantaram uma série de questões sobre a situação mundial[1]. Somos dominados por um império americano? Haverá uma guerra? E a que nível se situa? Estará a natureza dos Estados em vias de mudança com a mundialização? A ausência de reacção, por parte da população ocidental, em relação à guerra do Vietname traduz resignação ou cinismo? A maioria dos países desenvolvidos conviveu com o traumatismo da população americana após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001; mas, estes humanistas não invadiram as ruas das cidades quando, algumas semanas mais tarde, os aviões americanos agrediram a população afegã. Bombardeamentos que, segundo estimativas conservadoras, fizeram entre 3.600 a 5.000 mortos, tiveram por eco um silêncio revelador[2].

Indiferença, ou, antes, cinismo. Os filósofos gregos entendiam por esta palavra a coincidência entre os princípios proclamados e a conduta efectiva, mas ela tomou hoje o sentido contrário. A aceitação do pior (para os outros) quer-se realista, baseada na razão de que não haveria outra solução. Um tal maquiavelismo popular não é nem (a)moral, nem puramente sentimental. Baseia-se numa argumentação geopolítica, na qual os media e os seus contestatários recusaram alguns dos conceitos vulgarizados por todo o lado: «imperialismo americano», «Estado liberal», «fanatismo religioso». Estes termos derivam de esquemas explicativos herdados do século XIX. Esta velha guarda é completada por um modelo, graciosamente oferecido pelos militares, o da «guerra de baixa intensidade».

O quebrar de montras em supermercados pela ideologia contemporânea obscurece a tomada de consciência da cena geopolítica, dos seus actores e da tragédia que nela se desenrola, uma guerra endémica que devora o planeta. O slogan «pensar globalmente e agir localmente» pode evidenciar o pensamento paranóico. Só se domina o global no imaginário, mas a imaginação reproduz muitas vezes esquemas dominantes.

Começar-se-á então por fazer um diagnóstico rudimentar sobre a natureza da dominação mundial e a da guerra «anti-terrorista»: viverá o planeta sobre o olhar da águia americana? Serão as nações ricas o alvo de uma guerra de baixa intensidade? As respostas deveriam esclarecer a segunda parte da análise, dedicada aos dois debates do liberalismo e do fanatismo religioso: está o Estado em vias de mudar de natureza ou apenas de função? Porque se mistura o sagrado com o político? A conclusão esboçará algumas propostas e condições para uma nova reflexão sobre o mundo contemporâneo.

Os modelos explicativos da geopolítica: o império e a insegurança

A retórica que acompanha a crise do 11 de Setembro data de algumas luas. O imperialismo americano é um tema que foi debatido por ocasião da guerra do Vietname e, em França, o discurso sobre a insegurança encheu os grandes idealistas da campanha eleitoral que se seguiu ao Maio de 1968. Com efeito, a situação está aberta a várias interpretações plausíveis, com excepção da que convoca o espectro do império americano.

Não há império americano

A hiperpotência dos Estados Unidos é indiscutível. O que se designa a morgue americana é uma forma polida de dizer que Washington considera os seus tratados e promessas como pedaços de papel sem importância, manuscritos sem valor[3].

A nível mundial, o concerto dissonante das nações deu lugar a um bando de chefes de Estado, em torno dos quais diplomatas e militares americanos correm com a resolução de um "pitbull", perseguindo qualquer ovelha que tenha veleidades de brincar como um macho. Novas bases militares estão em construção nos quatro cantos da terra e o governo dos Estados Unidos prepara-se, com a sua guerra das estrelas, para se tornar o mestre incontestado do espaço, como no passado os ingleses foram dos mares.

Esta força de choque, dotada de uma superioridade militar à qual nada de comparável se opõe, é, na realidade, uma fonte de frustração. Do lado do povo americano, consente-se nisso sem entusiasmo, como reacção a situações críticas. A Europa, embora admirada, não teme nem ama. Para além do mais, a supremacia militar e a sucessão de «vitórias» unilateralmente proclamadas mascaram uma capacidade de influência reduzida[4]. Um velho provérbio

diz que a guerra é ganha por quem é o último a abandonar; ora, proclamar a sua vitória antes de o adversário se ter rendido permite ao cow-boy abandonar sem vergonha a prossecução de hostilidades.

O mundo do balbuciante século XXI está sob o reinado da plutocracia e não sob o dos Estados Unidos, que não são senão a ponta de lança. Nada é mais dramático que enganar-se no alvo e confundir o adversário com o inimigo. A cultura dita de massa é popular no mundo, mesmo que não suscite a adesão, mas ela não é americana nem turca, à semelhança das emissões televisivas latino-americanas que se difundem em todo o continente norte-americano, mas que não se consegue dizer a que país particular estão ligadas. Sem dúvida que o lugar da sua produção não é indiferente para se perceberem certos aspectos, por exemplo, os seus sistemas de autocensura, mas a influência é também recíproca; e as regras impostas pela procura do lucro, por exemplo o recurso ao espectacular, à informação de proximidade, à personalização, fazem passar para segundo plano as estruturas profundas de um acontecimento ou de um país. A República americana possui, indubitavelmente, a maior capacidade de prejudicar o mundo, mas não é a bandeira estrelada, são as CNN ou Microsoft que estão omnipresentes na mercadoria, nas comunicações, nas ideias, na própria linguagem e até no conceito em moda de interactividade, que consiste em nos vergar às suas lógicas. Se a nova ordem mundial canta sob a batuta de um pequeno maestro do Texas, a partitura musical foi orquestrada nas esferas da finança e das multinacionais[5].

Se a imagem sugere traços simples de uma Disneylândia, o universo das transnacionais não evoca a música das esferas celestes: é o Cafarnaum. Os mundos da finança e do negócio modelaram a nova ordem mundial, por intermédio da administração americana, segundo um cenário do Leviathan de Hobbes, baseado no terror, mais do que no de Locke, baseado no direito e instituições internacionais: estes foram recusados pelos Estado Unidos a partir de 1991[6]. Homens de negócios e grandes patrões estão demasiado ocupados em deglutir os concorrentes e os Estados, os quais, em número crescente, retrocedem para posições subalternas, como forma de cultivar uma certa nostalgia da era de arranjos negociados entre o capital e o trabalho. A ruptura com a ordem democrática é definitiva. Sobrevivem apenas procedimentos formais e gestos espectaculares.

E este princípio esperança, da qual falava Ernst Bloch, esta última afirmação utopista, estudada aliás, envolve uma relação dialéctica com a constatação pessimista que acabámos de fazer. Esta relação aparecerá após uma audição sobre a gestão do discurso político, e esclarece o cinismo fatalista mencionado na introdução.

A guerra de baixa intensidade: a nova visão militar

Os "Setembristas"[7] islamitas demostraram a toda a gente, sem o saberem, o que se vive no mundo ocidental desde há alguns anos, e o que os militares designam como uma guerra de baixa intensidade, isto é, geralmente conduzida sob a forma de

golpes ocultos e acções clandestinas, mas com flashes espectaculares e momentâneos, como nos atentados e as fases de guerra quente no Afeganistão.

Que me seja permitido falar de uma recordação de infância. Durante a Segunda Guerra Mundial encontrava-me numa pequena cidade frequentemente bombardeada. Vivíamos num ambiente em que predominavam importantes medidas de segurança: os edifícios estavam interditos ao público, alguns lugares não podiam ser fotografados e, sobretudo, um toque de recolher imperativo era imposto ao conjunto dos cidadãos.

Os dispositivos de segurança apareceram em França após os atentados de Paris de há alguns anos. Eles são, por um lado, tão camuflados como as câmaras de vigilância e as diversas tecnologias de controlo à distância, por outro, tão visíveis como as carências de caixotes de lixo nas estações de caminhos de ferro e do metro. São, por vezes, exteriorizados de forma espectacular, pela multiplicação de patrulhas ou enormes deslocações de polícias nas manifestações sociais e pela escalada tecnológica dos instrumentos de combate de rua. Para além disto, não é de mais lembrar que uma guerra mundial foi preparada segundo o slogan publicitário: «A mobilização não é a guerra».

Este descalabro geral é o índice desta «guerra suja» designada pelo eufemismo de «medidas de segurança», e que recusa dizer o seu nome. Este enlouquecer colectivo assinala um deslizar geopolítico que exige ser descrito e comentado.

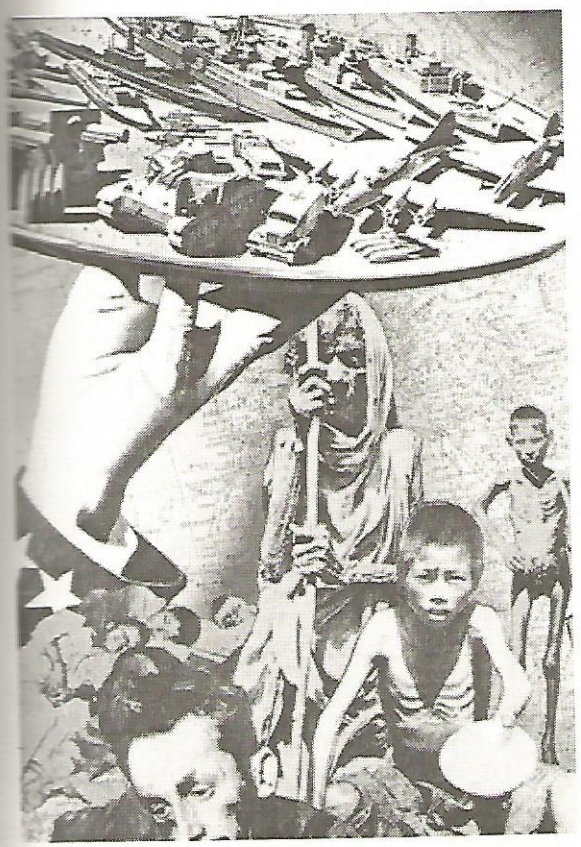
Os lutadores gregos praticavam uma ginástica preparatória para o combate, a agonística. Os sociólogos retomaram o termo para designar uma relação de luta, principalmente luta pela vida. A nova ordem mundial é um sistema agonístico. Os seus actores verdadeiros são as instituições ao serviço das classes dirigentes: conselhos de administração, grupos de pressão, mafias, aparelhos estatais, classes ascendentes e novos pretendentes ao poder. No caso presente, porque se trata da vida de mercados financeiros e de multinacionais, as recaídas dramáticas sobre as pessoas desta guerra impiedosa são postas de lado: não estão mesmo fora de questão danos colaterais.

Os avisos permanentes destinados à população e as operações de guerra relâmpago permitem a captação de recursos nacionais pelo complexo militar-industrial, sem restrições sobre as despesas. Esta guerra não declarada envolve o cidadão numa lógica dualista, porque se ele se recusa a aderir, é considerado como um inimigo. Porque o sistema agonístico também é totalitário, não pode tolerar qualquer contestação, ameaçadora ou não, precisa sempre de um inimigo para mobilizar as suas tropas. Mesmo quando redes como Al Qaeda foram dissolvidas, é preciso encontrar novos representantes do Mal. O futuro pode-lhe oferecer a ocasião. A guerra encetada por comunidades islamitas despóticas não é a única conflagração que ameaça o planeta. Uma onda permanente de protestos, uma contestação crescente e não localizada, subterrânea, como disse o filósofo Deleuze, opõe-se ao capitalismo transnacional. Os protestos espectaculares que espiam os pontos de encontro dos dirigentes mundiais testemunham este novo clima de lutas eferves-

centes. E mesmo entre os aliados da América, encontraram-se pessoas que, deplorando a carnificina odiosa de Nova Iorque, aplaudiram o golpe.

Claro que outras leituras são possíveis. Pode-se contestar todo o traço comum entre as reivindicações bascas e as de Al Qaeda e deplorar esta amálgama. Estes episódios podem ser considerados na sua especificidade ou nos seus traços comuns. Uma multiplicidade de perspectivas impõe-se inevitavelmente, mas na medida em que a contestação põe em causa a ordem capitalista, não podemos negligenciar os seus aspectos globais.

E é aqui que a expressão «guerra de baixa intensidade» pode iludir, dissimulando



que é um fenómeno social total, que afecta o conjunto da sociedade, aí inserindo o sistema de conhecimento sobre o qual ela impõe também um black-out. Este eufemismo – uma guerra, sim, mas de baixa intensidade não é? - gera a ficção de uma lógica de paz enquanto que cada um sabe que se está em guerra. O cidadão é posto à parte, guerra e política é ofício de profissionais; o estado de sítio é permanente mas subliminar; o trabalhador ocupa-se com os negócios correntes do capitalismo, permanecendo cada um mobilizável à sua vontade[8]. Nesta fractura do psiquismo colectivo arquitecta-se a pirâmide de um poder mundial e o seu sistema de repressão.

A prática da repressão pelo eufemismo «guerra de baixa intensidade» envolve a passagem de um campo militar visível para uma rede mais ou menos secreta e de polícias transnacionais. Não sugere senão o trinómio «polícia-sociedade-terrorismo» que suporta tantos países e que é muito consentido pelas honestas gentes. Enquanto as democracias dormem, os dirigentes fazem a sua suja acção no exterior, ou deixam-na fazer com toda a impunidade, encorajando tráficos e o terrorismo quotidiano em nome da razão de Estado. A voz democrática era já bem ténue: a sanção que representa a não reeleição de um dirigente ou de um partido político não basta para apagar os desgastes que puderam cometer pelos bons cuidados dos serviços secretos e outras propostas às ex-colónias. Depois de tudo, Ben Laden é apenas o último Frankenstein procriado pela CIA e os serviços secretos paquistaneses.

No interior do país, a repressão do pseudo-terrorismo, em vez daquele dos

verdadeiros responsáveis, contribui para restringir a expresão de cada um. O seu primeiro efeito é este cinismo, já referido, que consiste em se emparedar numa alternativa quando outras possibilidades existem.

As luzes estão camufladas. O clima de segurança foi instaurado, para retomar a expressão de Patrick Tacussel, um verdadeiro «toque de recolher intelectual» dos quais nos apercebemos dos sintomas. A prática da ordem capitalista começou por vomitar, durante décadas, sobre os intelectuais envolvidos; hoje estes foram substituídos pelos novos ayatollahs da gestão política. Tanto assim é que a primazia dos comentários sobre os atentados do 11 de Setembro de 2001 foi confiada a Bush e a Ben Laden, os dois mais ou menos ligados ao mundo do petróleo, que se votaram ao ministério do Grande Exorcista.

A denúncia dos novos demónios, urbi et orbi, reabriu a caça às bruxas. Os serviços de segurança, públicos e privados, elaboram febrilmente as listas de todos os terroristas ao cimo da terra.

Estes novos recursos com categorias binárias de bem e mal manifestam o laço que existe entre guerra e magia. E o voltar espectacular deste sistema de crença traduz hábitos baseados num outro aparelho: o Estado.

O Estado hoje: alteração de função ou de natureza?

Os enraivecidos da privatização

A administração e a representação do político transformam-se, entram em crise, e vêem-se censuradas por ideologias contraditórias. A batalha em nome do Estado desenrolou-se sob uma dupla frente ao longo do terminado séc. XX. Uma primeira clivagem opõe o pensamento neoliberal, adepto de uma limpeza das instituições públicas, e esta fracção da classe política que se pretende geradora de conquistas sociais que foram conseguidas por uma elevada luta no mundo do trabalho. Uma segunda frente, muito diferente, opõe defensores da soberania nacional e partidários de instâncias in-

nacionais superiores que colocariam os aparelhos estatais numa posição cada vez mais subalterna.

A marcha forçada via mundialização, sob a batuta dos Estados Unidos, suscitou o retorno em força da ideologia liberal. A retirada daqueles que se consideram como os representantes legítimos das nações é, aliás, reclamada pelos porta-vozes dos dirigentes de empresas. O secretário do tesouro americano chegou até a sugerir que «as cimeiras do G7 não tinham nenhuma utilidade e que era preciso deixar os mercados funcionar livremente e não pôr na cabeça organizar uma cooperação financeira internacional»[9]. A instituição liquidou algumas das suas funções e alterou as suas formas. As privatizações sucedem-se. Os serviços sociais são progressivamente desmantelados. A mão invisível do mercado encheu as carteiras familiares opulentas da sociedade e esvaziou os bolsos dos mais pobres. A sua auto-regulação dispersa os lençóis de petróleo sobre as costas bretãs ou sobre as das ilhas Galápagos.

A vontade das elites dominantes de privatizar todos os bens da criação, desde os genes humanos até às obras de espírito, esperando fazê-lo para a água, a lua e o sol, atingiu progressivamente todos os territórios como bem descreveu Jacques Guigou no caso francês:

«O carácter de necessidade e de urgência que toma, para o Estado, a reforma das suas instituições mostra o nível de intensidade da crise do Estado. Ele tenta reestruturar-se, reorganizar-se, mas fá-lo na dor e muitas vezes na catástrofe porque domina mal as vias de superação da contradição entre a sua forma antiga de Estado-Nação e a realidade dos seus últimos desenvolvimentos sob a forma de Estado Rede. Se o Estado-Nação impunha o seu centralismo republicano sobre o modelo em estrela dos caminhos de ferro, com a finalidade do mesmo serviço público para todos e, logo, os agentes do Estado em todo o lado, eram regidos por uma regra única correspondente a um funcionamento global, nele estando incluída a gestão dos conflitos sociais, O Estado rede descentraliza a sua presença fechando escolas rurais, correios e hospitais de pequenas cidades. O serviço deve ser mantido sem agentes do Estado, por telemática e o virtual.»[10]

Os enraivecidos da privatização, que são muitas vezes altos funcionários[11], mas também esta quinta colónia do capitalismo que é o social-liberalismo, denunciam as funções económicas do Estado, e reclamam o seu desmantelamento. Apenas lhe deixam – mas por quanto tempo? – as tarefas de segurança e de jurisprudência. É a estas pessoas que uma boa parte da esquerda e dos contestatários enviam as suas súplicas para os chamar ao arrependimento.

A querela sobre o governo da cidade, a percepção das suas novas formas, a reflexão sobre a sua natureza, toma uma estranha via, à luz dos acontecimentos recentes. A escola liberal revelou a sua arrogante hipocrisia após a queda do World Trade Center:

«O impacto dos atentados sobre a situação económica mundial, já fortemente degradada, fez cair por terra os sacro-santos princípios da ortodoxia financeira liberal e substitui o Estado e as instituições internacionais no seio do dispositivo de

urgência. Os sectores de actividade mais duramente afectados – companhias aéreas e seguradoras – aproveitam ao máximo este maná político.»[12]

A administração federal e os bancos centrais precipitaram-se a socorrer os assegurados, mas também outros sectores económicos, sem que se ouvisse um grito de pudor dos defensores da ortodoxia liberal.

Esta delinquência dos serviços públicos no interior do país é acompanhada de uma segunda crise, a da soberania territorial e nacional. O governo francês, por exemplo, já não é a instância suprema, porque em inúmeras esferas, e principalmente em matéria económica, a França apenas existe no imaginário colectivo[13]. As riquezas são geradas no seio da União Europeia; o governo limita-se a regular os conflitos de interesse no interior do país, a definir orientações colectivas e a supervisionar as aplicações a nível interno das decisões tomadas no exterior. A maioria dos actos legislativos não são mais do que aplicações de regras decididas em escalões mais elevados. As funções cruciais escapam-lhe, por exemplo, a fiscalização das multinacionais, mas também é verdade que ele nunca as inspeccionou de forma séria. As súplicas a favor da excepção francesa são raras, a supremacia nacional já não se verifica. Assiste-se a uma descentralização geral e a um fluxo permanente de pessoas, de mercadorias, de ideias e decisões. O debate sobre os serviços públicos limita-se, infelizmente, à escolha entre uma gestão estatal e a privatização de serviços de interesse colectivo. Jamais foi encarada uma terceira possibilidade, a da sociedade mutualista[14].

Será preciso sustentar as queixas da maioria silenciosa para que o Estado se mate? O Estado está morto? A direita está sempre a lembrar a sua função de segurança, a esquerda as suas responsabilidades sociais. Mesmo o anarquista Noam Chomsky estima que só um Estado muito forte pode opor-se às multinacionais, principalmente no terceiro mundo.

As nossas repúblicas bananeiras, as nossas Atenas povoadas de escravos e sem ágoras não testemunham um organismo em decomposição; bem ao contrário, a instituição estatal está de tal modo presente nos espíritos que o mínimo ataque vindo do exterior faz sair as bandeiras e os movimentos de libertação armada não são senão emulações, digam eles o que disserem[15]. As ideologias actuais confundem as formas e funções do Estado com o que faz a sua especificidade. Acusa-se o Estado francês de não fazer mais nada senão no aspecto cultural: reforma do ensino sempre que há um novo ministro, decisões sobre as manipulações genéticas, PACS[16], manutenção de actividades artísticas, etc. Em suma, o Estado teria abandonado as suas funções essenciais.

O caso francês configura, sem dúvida, o crepúsculo do antigo império; mas é também representativo de uma situação muito geral, porque se Matignon e o Eliseu abdicaram de algumas das suas prerrogativas, Washington também o fez. Sem dúvida que o presidente dos Estados Unidos gesticula muito, cada vez mais. Se no passado se irritava muito, sobretudo, antes dos anos bissextos, inteiramente consagrados às campanhas eleitorais, o seu percurso mediático

é, agora, comandado pelas quotas de popularidade. Não é menos verdade que, após a expansão multinacional das suas empresas, o governo federal já não gere os interesses do país, mas sim os do capital mundial.

Assim, o Estado francês, como muitos outros, parecem em plena mutação e, na sua posição de vassalo, vê-se por vezes contestado por colectividades étnicas ou religiosas, descontentes do lugar que lhe exigem na nova ordem nacional ou mundial. A ameaça pesa também sobre um outro dos seus privilégios, a soberania territorial[17]. Os movimentos regionais de autonomia e os conflitos étnicos podem conduzir à interferência e a mediação dos «grandes» em função dos seus interesses, sobretudo quando não estão do seu lado[18]. O direito de prosseguir está assim alargado pelo direito de intervenção humanitária.

Quando a floresta esconde a árvore

Os múltiplos bons departamentos do Estado escondem a sua verdadeira natureza, que permanece inalterável. A autoridade política suprema num país não se reduz a nenhuma das funções económicas e sociais onde nós a vimos agir. A colectividade nacional pode já não ser proprietária das fábricas Renault, dos Correios e da EDF, o seu regime político pode variar ao longo da história – ser liberal, social-democrata ou ditatorial, ou adoptar a forma de redes – o Estado permanece o Estado[19]. Porque ele é primeiro e em simultâneo um lugar e uma crença. Mais exactamente o lugar de uma crença.

Um exemplo pode esclarecer-nos, o jogo do esconde-esconde. Uma criança, perante um muro, uma árvore ou um poste fecha os olhos e conta até cem; durante este tempo os seus colegas escondem-se. Quando ela acaba de contar, parte à procura deles. Assim que descobre um, os dois correm até ao ponto central onde se tem que chegar em primeiro lugar e tocar. Se o jogador que é descoberto chega primeiro, ganhou; no caso contrário, perdeu e será ele que, no próximo jogo, fechará os olhos enquanto os outros se escondem.

Em suma, este muro, este poste desempenha a função de um totem protector. O primeiro que lhe tocar estará salvo. Tal como este muro, ou este poste, o Estado é um lugar de graça.

O Estado, lugar totémico

Não se pode dizer que o Estado não existe sempre que pessoas mandem e outras obedeçam, como é o caso das formações sociais primárias como os clãs, as tribos, as aldeias e as cidades. Estas fundam-se em laços de sangue, de território, de língua ou de cultura. O Estado, ao contrário, está ligado a estas características apenas pela sua história e, isto, de forma adventícia[20].

Não basta existir uma nação, isto é, «um grupo humano que se caracteriza pela consciência da sua unidade e a vontade de viver em comum»: é preciso que se construa um poder simbólico de tipo particular.

Esta construção simbólica varia em função das suas origens históricas; pode provir do seu próprio passado ou de uma intervenção externa, por exemplo, do reconhecimento acordado pela Nações Unidas. Ela pode basear-se em sistemas de crenças muito diferentes, a origem divina do rei, um passado prestigiante, uma Constituição que se supõe ter sido legalmente aprovada pelo Povo ou a Nação, ou mesmo, na nossa época de abolição do teológico, sobre ideias de oportunidade.

O laço social é, pois, objecto de crenças que são variáveis na sua origem e na sua natureza, que pode ser explicitamente religioso ou não. Nas nações desenvolvidas, como nos impérios do passado, este laço está fundado no Estado. O Estado é este espaço simbólico onde se preenche a hierarquização do laço social, primeiro princípio do próprio poder e da autoridade, que estrutura a sociedade e apresenta o constrangimento e a desigualdade como lhe sendo exteriores[21].

O Estado desempenha nas nações democráticas o mesmo papel que Alá nas sociedades islâmicas ou que a ideia de Deus nas diversas teocracias e religiões integristas. Ele é o garante, o garante da ordem social. Ele não pode arbitrar as colectividades ou definir o bem comum senão por ser o fundamento indiscutível da colectividade. Recusar obedecer ao Estado pode ser sancionável, ainda que existam circunstâncias em que isso é aceitável, por exemplo, quando o país está sob ocupação estrangeira. Pode-se desobedecer, mas não se pode rejeitar o próprio princípio de obediência. Recusar o próprio princípio do Estado é romper com o que faz o próprio laço de uma qualquer colectividade. Esta crença envolve uma função totémica. O Estado constrói o sentido e assinala o bem e o mal, o obrigatório e os limites do permitido; ele é a referência de todo o pensamento. Ele enuncia a lei, a racionalidade:

«A função antropológica do Estado é fundar a razão, logo, transmitir o princípio de não contradição, logo, civilizar o fantasma. O Estado, na racionalidade ocidental, é o equivalente do totem na sociedade sem Estado.»[22]

O Estado é, por conseguinte, o mestre soberano do sentido, do qual somos apenas os sujeitos (como nos tempos da realeza), é o assento do imaginário colectivo, o seu último ponto de referência[23]. Se o governo francês se ocupa actualmente com uma intensa actividade cultural, em detrimento das decisões políticas, é porque estamos num mundo em mudança e por ser urgente – é mesmo uma das funções do Estado, com a ajuda dos media e dos intelectuais – modelar o nosso desejo e a nossa racionalidade para que vivamos apenas para ele. Como diria Deleuze, ele estabelece "*un surcodage*" (sobrecodificação) das outras formas de dominação. Por exemplo, contrariamente à concepção marxista, o poder da burocracia não é redutível à economia capitalista e aos interesses da burguesia[24].

Lugar simbólico, o Estado é independente das pessoas que o ocupam, os governantes, porque o princípio de autoridade manda mesmo nos titulares da função. A ordem dada não parte da pessoa governante mas do próprio direito, ao qual tem de se submeter. Rei, presidente ou ministro, apenas passam e apenas exercem o poder como agentes temporários. «O rei está morto! Viva o Estado!» Todavia, o governante não se considera como um simples mortal.

O laço social é assim percebido como baseado num sistema hierárquico. É por isso que os movimentos autonomistas contêm sempre no seu princípio a ideia de Estado, sobretudo quando pretendem o contrário. Por último, o Estado funda-se sobre a obediência que lhe é devida em última instância: tu deves-me obediência, a mim e a nenhuma outra potência estrangeira. No ritual de naturalização americana isto é mesmo dito explicitamente[25].

Não é menos verdade que o objecto disfarçado do liberalismo económico consiste em abolir os serviços que o Estado foi historicamente constrangido a fornecer aos cidadãos em nome dos interesses superiores da lógica das transnacionais.

Os movimentos de luta armada, germes de novos Estados

O Estado central esforçou-se, ao longo dos tempos, em cortar qualquer laço social e qualquer colectividade que poderia interpor-se entre o cidadão e ele. O indivíduo foi progressivamente despido de qualquer possibilidade de resistência; qualquer recurso só pode ser feito pelos meios definidos pelos poderes estabelecidos. Porém, o tecido social tende a reconstruir-se, de uma forma ou de outra, e a sociedade civil consegue encontrar os meios de autodefesa, por exemplo, através da constituição de associações ou de grupos de pressão. No entanto, a velocidade de circulação das novidades tornou a informação assassina: os indivíduos são espoliados do tempo necessário de reflexão, postos na presença repentina de confrontos espectaculares, de atentados brutais, de guerras relâmpago; a sua impotência torna-se flagrante. Enquanto que a desarticulação dos laços sociais se traduz, nos países desfavorecidos, por uma explosão de emigrações para todos os lados, um mercado ilegal de transporte de pessoas e uma reestruturação das redes de solidariedade, nas regiões ditas desenvolvidas os Estados já não são os únicos a mandar nem mesmo muitas vezes os actores essenciais. Redes religiosas e seculares, capazes de investir e de deslocar as suas finanças à rapidez da luz, constituídas pelas multinacionais, organizações não governamentais, cartéis de droga, mafias e bandos armados, invadiram o planeta.

Prestámos recentemente atenção ao fenómeno das redes: constelações ou grupos afins, comunidades virtuais, alianças ou coligações. Estas formas sociais são por vezes pouco hierarquizadas – pretendem ser pouco – e surgem so-

bretudo nos países mais ricos. Em contrapartida, nas regiões mais desfavorecidas surgem formações societais hierarquizadas: neo-feudalismos, potentados, máfias, organizações tribais. Poder-se-ia, também, juntar a esta forma primitiva, próxima da matilha[26], os bandos de periferia e as máfias guerreiras do Afeganistão e outros. Estas colectividades, por vezes viradas para um passado mítico, são o meio que os pobres encontram para se dotarem do que antes chamámos instituições intermediárias.

A mundialização, acentuando as relações assimétricas e desarticulando os laços sociais, forma um ressentimento difuso em todos os deixa para lá. Apenas deixou aos desfavorecidos as últimas bóias, entre as quais se encontram a religião e a etnicidade. Os novos conflitos que estas ideologias identitárias geram, servem de galinha choca à eclosão de terrorismos vários. Redes financeiras alternativas, como a das obras de caridade organizadas e pagas pela Arábia Saudita, substituíram-se aos governos oficiais via redes paralelas que se consubstanciam em novas formações sociais.

Assim, estes terrorismos de direita, que não são sempre totalitários e que Walter Laqueur qualifica de sub-estatais ou sobre-estatais, provêm de formações sociais que não dependem forçosamente de um Estado existente; nós preferimos então designá-los por um outro termo: são os «proto-Estados» (do grego «prôtos», primeiro).

Um certo número de formações societais adoptaram uma forma para-legal: IRA, FIS, ETA, etc., colectividades muito diversas e que não se confundem, mas que saem todas de uma mesma lógica. São com efeito Estados em formação, quer pelo seu objectivo e lógica, quer pela sua estrutura. Têm a vontade de se constituir em nação, e adoptam estas formas elementares de Estado que são a gestão das pessoas e dos recursos – o político em sentido largo – e o uso da violência para atingir os seus fins. Compreendem, pois, geralmente dois ramos distintos, muitas vezes independentes, que pretendem ignorar-se, o ramo militar, mais interessado nas operações guerreiras que nos conceitos políticos e o ramo político. Este assegura os serviços sociais e a educação, gere empresas, contesta eleições. O carácter legal destas formações escapa, em geral, aos teóricos da política, que têm olhos apenas para os Estados instalados.

O caso do islamismo

Poder-se-ia pretender que o islamismo radical, fundado sobre a luta armada ou a acção violenta, não encaixa nesta categoria política porque o seu objectivo explícito é religioso: quer juntar os mulçumanos do mundo inteiro e não criar um Estado. Esta é uma afirmação dos interessados, mas ela deve ser compreendida no seu contexto. Falar do Islão como de uma religião, é projectar o nosso modelo ocidental judaico-cristão sobre uma realidade diferente. Daí uma análise errónea de um pretendido «facto religioso» com todo o espectá-

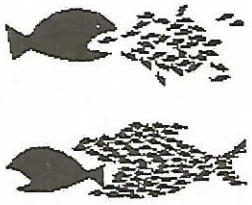
culo de clichés que se lhe associa e que vai da «tolerância de crenças», «respeito pela diferença», até aos que foram herdados do marxismo: «alienação religiosa» ou «ópio do povo».

O Islão é apenas uma religião: é, primeiro, uma civilização ou, mais que isso, um fermento susceptível de animar civilizações diversas. Tal como a cristandade da Idade Média formava um todo indissolúvel, é uma fé ou melhor uma confissão de fé, isto é, a proclamação de uma crença, e também, ao mesmo tempo indissolúvel, uma forma de pensar, uma forma particular de sociabilidade e de estruturas colectivas específicas, mas que podem acomodar estruturas sociológicas diferentes e aí ocupar um lugar muito variável.

O sonho de Al Qaeda é, para além do panarabismo – no passado proclamado, entre outros, pelo presidente egípcio Nasser – o pan-islamismo. Os seus comandos não são guerrilhas porque não se batem para libertar os territórios dados; têm um objectivo preciso, ressurgimento de um fantasma cem vezes renovado e nunca realizado: constituir um grande Islão, rico em dogmas indiscutíveis, de teocracias indiscutíveis, de um milhão de fiéis e, amanhã, da quase totalidade dos recursos petrolíferos do universo. Contrariamente às multinacionais americanas ou francesas, que dispõem de um Estado ao seu serviço, os grupos de Al Qaeda representam talvez a armada privada de um milionário. Eles comportam as duas funções de um proto-Estado, o ramo político e o ramo armado. E eles não podem viver sem um terceiro elemento, uma população que aspira a tornar-se membro deste Estado.

O pensamento ocidental, confundido por esta fusão «retrógrada» do político e do religioso, faria bem em começar por se interrogar sobre os caracteres totémicos das suas instituições políticas e seus sistemas de raciocínio próximos do pensamento mágico.

Conclusão



Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 projectaram uma luz crua sobre as referências dos nossos discursos políticos. Poder-se-á passar do discurso ideológico para conceitos mais adequados?

A prédica liberal está desacreditada, o que não a impede de se levantar sem vergonha para dar lições sempre que convém aos interesses familiares dominantes. As precauções epistemológicas indispensáveis e as lutas políticas não serão suficientes para a reduzir. A Idade Média conheceu as suas ordens religiosas, beneditinas ou dominicanas; hoje, a ordem dos capitalistas, financeiros e industriais, inscreve os seus desejos num campo agonístico, e é nesta perspectiva que entende elaborar a sua epistemologia e a sua estratégia. A natureza do Estado é inalterável, amputada de algumas funções, mas os seus atributos perduram. As instâncias dirigentes exigem um referendo simbólico que as legitime, um guarda-chuva que as abrigue dos protestos da população, um mediador nas negociações com os pares, laboratórios de formação e

pesquisa a preço vil, enfim de uma pompa de finanças em períodos de crise. O Estado é totémico enquanto símbolo de última referência. Apesar da dissolução de algumas das suas funções, este carácter mágico constitui, sem dúvida, uma zona freática que liga as referências religiosas do discurso islamita ou americano às nossas pretendidas retóricas racionais. Esta colagem arcaica deve ser tida em conta nas aspirações colectivas, onde autênticos movimentos de emancipação se corrompem em proto-Estados. Os fanatismos não estão de todo do mesmo lado.

O cinismo das massas ocidentais é emblemático da impotência de um pensamento que se recusa a reconhecer o fundamento mágico das suas referências. O sistema agonístico actual, que é, talvez, a versão contemporânea da luta de classes, apenas pode entreter este carácter mágico fechando-se num pensamento dicotómico, binário. Dividir o mundo em bons e maus, colocar os problemas de forma a não deixar senão uma escolha entre duas opções revela bem a lógica militar, que tem necessidade de operar na carne humana viva.

A emancipação da ideologia política dominante é, pois, mais difícil do que parecia. Não basta mudar, não basta deitar algumas leituras políticas pela sanita da história, é o próprio terreno da reflexão que está minado. É preciso libertarmo-nos de outras lógicas agonísticas, como o marxismo, porque elas esquematizam o mundo, pior, elas enfeitiçam. Do lado dos autores libertários do passado, muitas das suas epistemologias estão também obsoletas. Aliás, um movimento nascido em determinadas condições históricas exprimiu forças sociais que mudaram depois. Mesmo um pluralismo dialéctico e uma reciprocidade de perspectivas não afastam o perigo: a coabitação do pensamento racional com o pensamento mágico mostra que eles podem bem conviver. No risco de serem infiéis, as acções não hierarquizantes, federativas, não escaparão aos ritos de encantamento se não romperem com o disparate obsessivo e empreenderem a multiplicidade de leituras possíveis do real. Não é assim que o acaso procede?

Notas:

1 Este trabalho retoma, numa forma mais desenvolvida, uma comunicação apresentada no Colóquio de Grenoble 2001. Como neste, beneficiou de comentários atentos e apaixonados de John Clark, Marianne Enckell e Jean-Jacques Gandini, aos quais agradeço.

2 Número dado para o período entre 7 de Outubro a 7 de Dezembro pelo prof. Marc Herold, Universidade do New Hampshire, Estados Unidos da América, in *BBC*, 3 de Janeiro de 2002, http://news.bbc.co.uk/hi/english/world/south_asia/newsid_1740000/1740538.st. Estes números apenas incluem os mortos divulgados pelos *media* e não a totalidade das vítimas.

3 Foi por uma declaração solene que Georges Bush, em Outubro de 2001, apelou à NATO e declarou que se tratava de uma guerra: sabemos como ele achincalhou, de seguida, as leis internacionais sobre o tratamento de prisioneiros.

4 Retomamos aqui a tese desenvolvida nos trabalhos de Pierre Mélandri.

5 É curioso constatar que os políticos debateram problemas cruciais do planeta, no Fórum Económico Mundial de Nova Iorque em Fevereiro de 2002, sob a égide de moderadores que eram dirigentes de transnacionais... Não cabendo neste artigo uma análise detalhada, contentar-nos-emos com uma anedota recente. Depois da falência da sociedade Eron, o senador democrata Ernest F. Hollings, que tem a acusação, foi interrogado sobre as contribuições eventuais que ele teria recebido da empresa: «Claro que recebi, mas recebi 3.500 dólares em 10 anos, enquanto a nossa amiga Kay Beley Hutchison recebeu 99.000. Porra! Eu sou presidente do comité: não era uma contribuição, era um insulto.» "Senate panel Says It Will Subpoena Ex-Chief of Enron", par Stephen Labaton e Richard Oppel jr., *New York Times, 5 de Fevereiro 2002.*

6 Interpreto livremente uma comunicação apresentada por Gilbert Achcar na sessão de 8 de Dezembro de 2001 da Sociedade de Estudos Norte Americanos.

7 Septembriseur: «pessoa que fez parte dos massacres aos detidos políticos nas prisões de Paris de 2 a 6 de Setembro de 1792», *Petit Larousse illustré*, 1984.

8 Ver, por exemplo, os alertas periódicos da população sobre as ameaças iminentes, reais ou imaginárias.
9 Cristophe Jakubyszyn e Laurent Mauduit, «Aux États-Unis, le retour de l'État dans l'économie», *le Monde*, 28 de Setembro de 2001, p. 12.

10 Jacques Guigou, «Soubresauts», *Temps critiques*, Novembro de 2001.

11 Ver por exemplo a composição do clube de Saint-Simon.

12 *Le Monde*, 28 de Setembro de 2001.

13 Não concordamos, por exemplo, que o presidente da república, chefe supremo das forças armadas, possa decidir relançar testes de bombas nucleares sobre o território francês contra o aviso de outros chefes de Estado europeus. Ou que a França decida deixar a União Europeia ou mesmo não aplicar as decisões de Bruxelas em matéria comercial.

14 Baseada na solidariedade e na autogestão, e não nos capitais investidos em função do único critério da rentabilidade... ou das conveniências políticas.

15 Ver mais abaixo.

16 PACS – Pacto Civil de Solidariedade – é um contrato estabelecido entre duas pessoas maiores, de sexo diferente ou do mesmo sexo, para organizarem a sua vida em comum. O contrato estabelece direitos e obrigações para os parceiros, principalmente "uma ajuda mútua e material".

17 Esqueceram-se os protestos contra as experiências nucleares feitas em Taiti sob ordem do presidente da França?

18 Antes da invasão do Koweit, o Iraque podia "gazear" os Kurdos, com a complacência dos Estados Unidos, como dela beneficiam hoje os Turcos.

19 Lembrar-se-ão que durante o processo de Papon, altos funcionários revelaram como, no momento da Libertação, de Gaulle entendeu assegurar a ficção da continuidade do Estado. Raros foram os altos funcionários que foram demitidos, quaisquer que tenham sido os seus crimes.

20 Sem dúvida, adquirimos a nacionalidade francesa nascendo no território, como foi o caso de Napoleão, nascido pouco tempo após a aquisição da Córsega pela França. Mas trata-se de um laço nos factos, não nos princípios: a naturalização francesa permite uma ligação ao Estado francês, como também o registo de um nascimento no consulado de um país estrangeiro.

21 Sobre o carácter totémico do Estado, ver as obras de Pierre Legendre.

22 Pierre Legendre, em «Entretien avec Pierre Legendre», *le Monde*, 22 de Outubro de 2001.

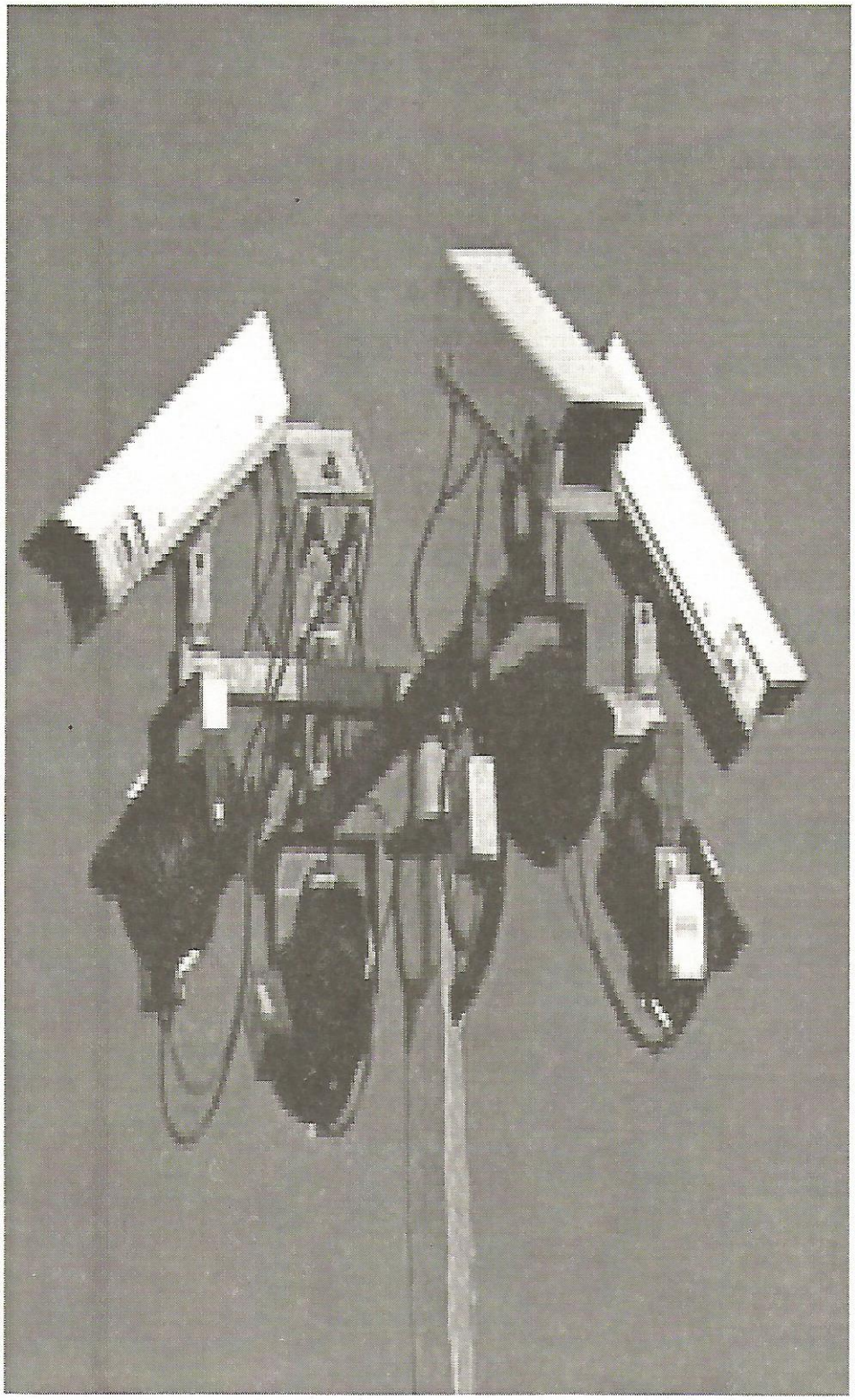
23 É sabido que o Estado pode ocupar funções subordinadas às instituições económicas. Conceito simbólico, o Estado é nu, e outros grupos podem tentar amparar-se no imaginário simbólico.

24 Frank Harrison, *The Modern State: Na Anarchist Analysis*, Montréal, Black Rose Books, 1983, p.2

25 « I hereby declare, on oath, that I absolutely and enterely renounce and abjure all allegiance and fidelity to any foreign prince, potentate, state or sovereignty of whom or wich I have heretofore been a sujet or citizen» De notar que esta diligência é dirigida à Constituição do país e não ao seu presidente.

26 O termo deve ser entendido no sentido bio-sociológico, sem intenção pejorativa.

Tradução de Guadalupe Subtil



O Estado Omnipresente como Projecto Autoritário

MANUEL DE SOUSA

«O Ministério da Verdade tinha, segundo se dizia, três mil salas acima do nível do solo, e outras tantas ramificações subterrâneas»

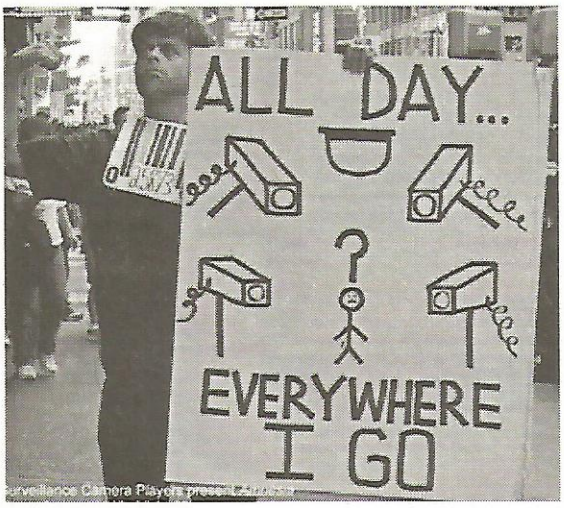
Mil Novecentos e Oitenta e Quatro, George Orwell

O desejo ambicioso do Príncipe estar em todo o lado, tal e qual um deus omnipresente, para vigiar os actos dos seus súbditos já é velho na história. No passado, a única possibilidade de tentar realizar essa vigilância permanente era através dos seus servidores, olhos e ouvidos do senhor. A Inquisição, numa época já mais recente, aperfeiçoou, nas sociedades católicas europeias, essas redes de controle social, que permaneceram, no entanto, ao longo dos séculos como um meio temido de controlar as pessoas.

Assim foi em Portugal, onde mesmo os ventos liberais e anticlericais não impediram que, no começo do século XX, uma nova ditadura tenha restaurado esse velho espírito inquisitório, que ao longo de quase cinco décadas não mudou substancialmente os meios de controle dos cidadãos pois, como no passado, quando «a obra da inquisição estava por assim dizer realizada, existia uma quantidade de indivíduos que desejavam aceitar pequenos lugares mal remunerados para os quais já não havia verdadeiro trabalho – e isso porque ambicionavam os privilégios e imunidades concedidas pela Inquisição».[1] O grande instrumento de intimidação, vigilância e controle dessa inquisição saloia chamada PIDE, era sua rede de bufos espalhada pelo país até nos mais remotos lugares, unindo padres, pequenos caciques, empresários, funcionários públicos e todo o tipo de oportunistas na santa missão de segurar o poder salazarento[2]. A tecnologia que começava a chegar aos meios policiais era ainda usada de forma precária e

amadora: os automóveis eram um bem raro (velhos tempos esses em que até a PIDE andava de eléctrico e de comboio e os subversivos de bicicleta...), as escutas telefónicas eram rudimentares, a abertura de correspondência artesanal e a fotografia de vigilância pouco comum.

Sobre a PIDE, graças ao 25 de Abril, pudemos saber tudo, ou quase, – como sempre uma parte do segredo necessita de ser ocultado – e suas estruturas, temidas, mas arcaicas, foram desmontadas, embora rapidamente a PJ tenha assegurado a transição do controle político do período da ditadura para o estado democrático. Durante anos, os novos donos do poder não puderam, nem tiveram condições, para organizar em moldes modernos um sistema de informações e reestruturar profundamente as forças policiais. Só no começo dos anos 80 foram dados passos decisivos nessa direcção com a criação da DINFO, novo serviço de informações militares, e a reorganização da PJ, incluindo a criação da DCCB com funções de polícia política, o



reequipamento das polícias, bem como a criação do SEF, de Grupos de Operações Especiais, a adopção de nova legislação no campo das informações e de controle social, etc.

O final dos anos 80 marcava a consolidação de um sistema estatal de segurança modernizado e a generalização das empresas privadas de segurança, que entre outras coisas difundiram novos sistemas de vigilância e controle, dos quais o mais importante, a nível do espaço público, foi o das câmaras de vídeo. Inicialmente usadas na segurança patrimonial de empresas e em alguns edifícios do Estado, mas normalmente direccionados para o seu interior, logo se multiplicaram nos transportes públicos, nas ruas, praças e auto-estradas como meio de vigilância. Esta tecnologia, com o desenvolvimento da electrónica e da tecnologia digital, adquiriu maior potencial, tornando-se as câmaras mais versáteis, pois são móveis, têm alta definição, grande capacidade de zoom, podendo acumular fotos ou vídeo quase sem restrição[3].

Em vários países da Europa que precederam Portugal no uso dessa tecnologia, a invasão de privacidade e a ostensiva tentação de controle social gerou movimentos de resistência que foram da destruição de câmaras, teatro de rua denunciando a presença de câmaras de vigilância, divulgação de mapas com localização de todas as câmaras identificadas de cada cidade, até ao debate público sobre a legalidade do uso desses meios por parte da polícia e de empresas privadas[4]. No nosso país, ao contrário, brando nos seus costumes, a um povo *voyeur* por cultura, que já há séculos en-

chia as praças para assistir aos autos da Inquisição, como agora gosta de observar sanguinolentos desastres de automóveis ou fica colado na televisão para ver os pequenos *Big Brother* provincianos, as câmaras não geraram grandes questionamentos e, menos ainda, contestação já que a maioria aprecia essa possibilidade de representar o seu pequeno papel amador de cidadão. Por isso o Poder nem sequer tem necessidade de explicar e justificar sempre que instala numa nova rua ou praça seus indiscretos olhos electrónicos[5]. Tal como não têm qualquer problema em admitir que filma e grava as manifestações legais dos movimentos sociais.[6]

Se algum nexo houvesse entre o uso de tais tecnologias e o controle da criminalidade real, tais meios, entre os quais as escutas e as câmaras de vídeo, deveriam ser instalados na sede dos grandes partidos, nos escritórios das maiores empresas, nos centros de poder e nas casas onde se reúne o *jet set*, pois é lá que se maquina a corrupção, o furto e todo o tipo de tráficos. Apesar disto, o alvo continuam a ser os locais públicos de passagem, os transportes públicos e, principalmente, os bairros populares sempre vistos de forma preconceituosa como espaços problemáticos.

Há algumas semanas, uma vez mais, num bairro histórico de Lisboa, o Bairro Alto, no contexto de uma reorganização da circulação automóvel, acharam por bem instalar câmaras de vídeo para controlar os principais acessos a este bairro conhecido pela sua vida nocturna e pela presença massiva de jovens.

Muitos, insatisfeitos, já se questionam

sobre o que fazer, e nesses momentos logo vem à cabeça aquela ancestral técnica que os operários do século XIX usavam contra outras máquinas ameaçadoras. Outros pensam que a única resposta pode ser a de mostrar o traseiro aos eventuais funcionários controladores; há ainda os que imaginam que basta evitar todos os locais cobertos por tal vigilância. No entanto, a questão central é, talvez, romper o conformismo dominante e explicitar nossa oposição às pretensões totalitárias dos novos senhores democráticos que se acham no direito de imitar os antigos príncipes, os sinistros inquisidores e os reaccionários da sacristia salazarista que queriam ter o Zé Povinho sobre controle, através dos ouvidos e olhos de seus servidores, só que agora usam as tecnologias sofisticadas.

Assistiu-se ao desenvolvimento, nas últimas décadas, da informática, da telefonia móvel, da Internet (não se deve es-

quecer que esta Rede tem uma origem militar e foi delineada pelo Departamento de Defesa Americano), bem como avanços no campo de fotografia de vigilância, controle por vídeo, monitorização de comunicações telefónicas e da Internet por meio de escutas, controle e rastreio, utilizando softwares instalados em grandes servidores da rede - o chamado sistema Echelon de intercepção e vigilância de comunicações[7] -, assim como a monitorização de veículos com a colocação de sistemas electrónicos que permitem o seu rastreamento permanente, etc. Além do caminho que está sendo seguido nos ultimo anos, principalmente após o 11 de Setembro, de articulação entre os serviços de informações e as polícias dos vários países sobre coordenação dos EUA, tudo isso acompanhado de medidas legislativas altamente repressivas[8] que restringem direitos civis conquistados[9] permite-nos prever o esboço de um novo tipo de Estado autoritário.

No entanto, uma coisa tem de ser dita apesar da sua obviedade. Eles não conseguem ler os nossos pensamentos e toda a previsão do futuro é uma adivinhação precária feita por politólogos charlatães e especialistas em informações defendendo, como podem, o seu pão de cada dia. Por esta razão, tudo pode ainda ser pensado e imaginado. Quanto ao que fazer, tudo depende do que pensámos, das circunstâncias, e da nossa capacidade de nos arriscarmos a desafiar a corrente, desde que não nos deixemos intimidar pelo controle social ostensivo ou pelas formas mais sofisticadas e discretas. O olho do padre, o ouvido do bufo tais como as novas formas electrónicas de controle e vigilância são sempre meios limitados, dada a dimensão do espaço a controlar, a quantidade de pessoas a acompanhar e as limitações de tempo e de recursos dos especialistas envolvidos. O maior problema histórico dos movimentos sociais tem sido o da sua força ou da sua impotência e não da dimensão da vigilância e controle exercido pelos donos do poder.

Apesar do projecto autoritário de um estado omnipresente que se esboça hoje, também é um facto que quanto mais as câmaras se multiplicarem, quanto mais fotografias tiverem, quanto mais gravações acumularem e mais dados existirem para serem tratados, menos Eles o conseguirão fazer. Com um pouco de sorte para todos nós, talvez se afoguem nos seus papéis ou endoideçam em volta dos milhões de megabytes de um quotidiano risível. Toda esta paranóia de segurança e ambição de tudo controlar, pode ser que resulte tão só em negociatas com a compra de sucatas electrónicas sofisticadas, em revanches entre os donos do poder[10] e num imenso tédio e estresse para as centenas de funcionários que se tentam concentrar, em vão, no irrisório sem sentido que é o da existência individual e social contemporânea, tentando dar uma ordem, encontrar um sentido e prever o imprevisível, usando máquinas, ainda mais incapazes do que os seres humanos de encontrar uma racionalidade e lógica para comportamentos sociais que são mais complexos, contraditórios e até aleatórios do que os donos do poder admitem.

Talvez seja este segredo da imprevisibilidade dos seres humanos e das sociedades, o maior que sociólogos, psicólogos, políticos e polícias querem esconder de todos, mas principalmente da plebe, da turba e dos «de baixo». Pois a imprevisibilidade – mais que o mito marxista do determinismo histórico – pode ser uma das bases fundamentais da esperança dos que sonham e lutam por uma outra sociedade nesta «era da uniformidade, da solidão, do Grande Irmão, do duplopensar»[11].✦

Notas:

1 *A Inquisição Espanhola*. A . S. Turbeville. Vega. Lisboa.

2 Nos últimos anos vulgarizaram-se dois novos tipos de bufos, os «arrependidos», ou seja, os que se tornam delatores para beneficiar de vantagens legais e os «agentes infiltrados», que têm surgido em público principalmente nos casos de tráfico de drogas, mas que é uma figura utilizada frequentemente para minar movimentos sociais e grupos políticos. Os «agentes infiltrados» têm gerado polémica no campo jurídico e são frequentemente desautorizados nos tribunais dado o seu papel de indutores de criminalidade!

3 Nos EUA é comum a existência de carrinhas não identificadas com sistemas sofisticados de video-vigilância que circulam pelas cidades. Assim como câmaras que já não usam cabos coaxiais ou de fibra óptica mas transmissão por micro-ondas. Mais informações consultar o site http://www.epic.org/ da *Electronic Privacy Information Center*.

4 Os grupos anti-vigilância dos EUA estimam em mais de 10.000 as câmaras instaladas só em Manhattan.

5 Em Dezembro do ano passado os jornais anunciaram que só a BRISA, concessionária de auto-estradas, tem o projecto de instalar 400 novas câmaras de vídeo!

6 Em Janeiro deste ano, em entrevista ao jornal Diário de Notícias, o Superintendente da PSP reconheceu que a polícia filma e grava manifestações legais como medida preventiva.
7 Um dos livros interessantes a ser lidos sobre este tema é *O Mundo sob Escuta*. Duncan Campbell. Frenesi, 2001.

8 É interessante verificar o papel que o Partido Socialista continua a ter como modernizador do sistema repressivo, um novo projecto legislativo com novas restrições de direitos – permitindo as invasões nocturnas de domicílio – foi apresentando em Janeiro deste ano por este partido.

9 São exemplo disso as alterações jurídicas que vêm ocorrendo nos últimos anos, mas intensificadas após o 11 de Setembro, em vários países, de agravamento de penas, prisão de crianças, permissividade policial para a aplicação de medidas de prisão preventiva, facilidades para escutas telefónicas e invasão de domicílio, além da admissão das mais aberrantes acções de sequestro de suspeitos e tortura feitas por Estados.

10 As notícias vindas a público em Dezembro de que o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM) se dedicava a vigiar sectores dos grupos dominantes só confirmam o velho uso instrumental da estrutura de informações pelo grupo no poder contra seus adversários e até aliados pouco confiáveis. Quem esqueceu a condenação recente de membros dos serviços de informações espanhóis envolvidos em chantagem contra o director de El Mundo ao serviço do governo socialista no contexto do caso GAL.

11 *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. George Orwell. Antígona, 2002.

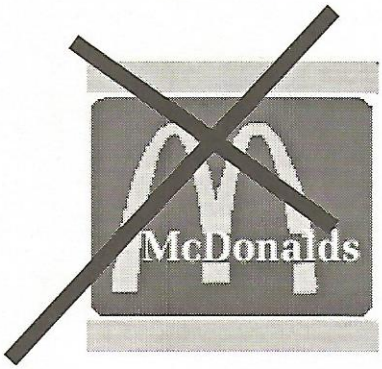
LIVRARIA UTOPIA

Rua da Regeneração, 22
4000 Porto

Livros, revistas e outras publicações libertárias.

BOICOTE OS PRODUTOS AMERICANOS

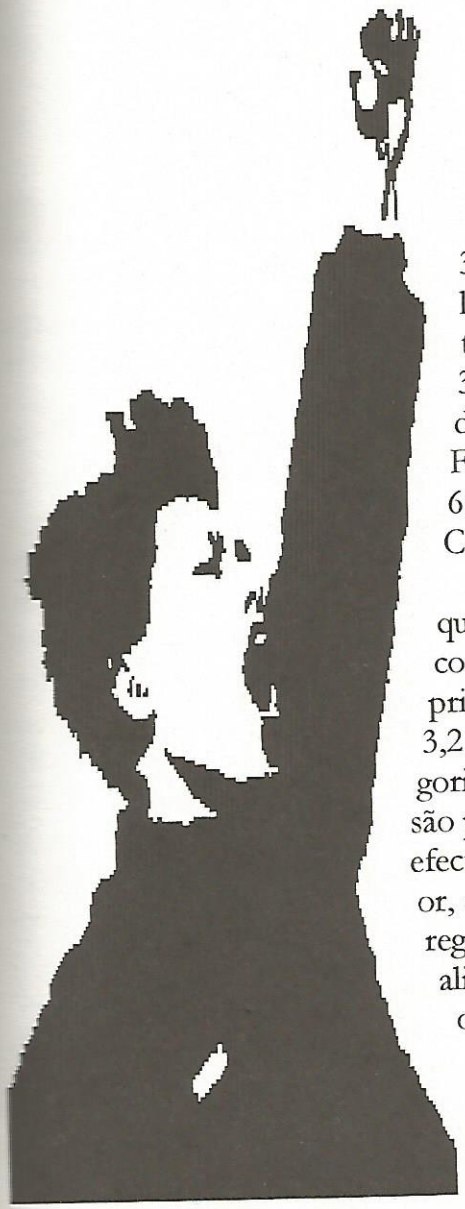
Não alimente o Império Americano



Não consuma!

Uma Luta Diferente

G.Soriano



Arcade oito meses em greve

Arcade é uma empresa com cerca de 3500 assalariados e que se encarrega da limpeza, como subcontratada, de 86 hotéis do grupo Accor (que tem cerca de 3700 hotéis por todo o mundo, debaixo de diversas marcas - Etape, Formula 1, Frantour, Ibis, Libertel, Mercúrio, Motel 6, Novotel, Parthenon, Sofitel, Atria, Coralia, Thalassa, etc.).

As mulheres da limpeza da Arcade têm, quase todas, contratos a tempo parcial (cinco horas por dia, geralmente), e devem cumprir a cadência, arbitrariamente fixada, de 3,2 a 4 quartos por hora, conforme a categoria do hotel: é sobre esta base que as horas são pagas, seja qual for o tempo de trabalho efectivo, a maior parte das vezes bem superior, e sempre debaixo da pressão dos encarregados. Este "tempo parcial" esconde na realidade uma flexibilidade máxima: de facto, os empregados são chamados para trabalhar em qualquer dia da semana, em função das necessidades (e se o número de quartos a limpar corresponder a um número de horas inferior ao previsto

no contrato de trabalho, isso aparece sob forma de "faltas").

Para além disto, após alguns anos deste trabalho duro, as mulheres começam a ter problemas de saúde: artroses, lombalgias, dores nas articulações tornam-se correntes, mas nem por isso são reconhecidas como doenças profissionais. Na verdade, quando se encontram incapacitadas, as mulheres da limpeza são pura e simplesmente rejeitadas. Esta situação insuportável, depois de ter sido mantida em silêncio durante anos, terminou, graças à intervenção de uma sindicalista falando a língua de parte dos assalariados, depois ao trabalho do SUD[1] (SolidáriosUnitários Democráticos), desencadeando várias reacções.

Greve e reivindicações

A greve arrancou a 7 de Março de 2002, com 37 pessoas que trabalhavam nos hotéis da região de Paris e que se conheciam entre si. Reivindicavam apenas condições de trabalho normais e salários decentes, próximos dos que recebiam os assalariados do quadro do grupo Accor[2]. Essas reivindicações eram as seguintes: um prémio de fim de ano de 305 euros para todos; o fim das ameaças e das pressões sobre o pessoal e o respeito pelos horários previstos no contrato de trabalho; contratos a tempo inteiro para todos os assalariados; a anulação das sanções contra o pessoal, nomeadamente contra oito empregados despedidos; uma redução das cadências de trabalho, para 2,5 quartos por hora nos hotéis de três estrelas e de 3 quartos nos de duas estrelas.

O nível de participação na greve manteve-se relativamente estável durante os três primeiros meses, depois começou a baixar. Oito meses mais tarde, são ainda 22 que continuam a luta.

As chantagens e a pressão da direcção, por um lado, e as sérias dificuldades financeiras, por outro, explicam esta quebra. No entanto, um núcleo de resistentes permitiu que progressivamente se fosse construindo uma rede de solidariedade.

Evidentemente, o primeiro problema é o do apoio financeiro: durante os primeiros meses de greve, graças à solidariedade interna, SUD conseguiu assegurar uma compensação salarial ao pessoal em greve, mas rapidamente houve que recorrer a colectas, realizadas na altura das acções frente aos hotéis, em festas de apoio ou noutros locais de trabalho. As colectas feitas por ocasião das universidades de Verão foram particularmente magras, mas a presença de um stand na festa do *l'Humanité*, em Setembro, já deu resultados mais satisfatórios.

Com a chegada do Verão pôs-se o problema da continuidade das acções, a pressão sobre o grupo Accor não devia abrandar. Baseada na experiência positiva de apoio aos grevistas da McDonald, tomou-se a decisão de manter um ritmo semanário de reuniões - um ponto da situação é sistematicamente enviado para a lista de discussão do colectivo de solidariedade e retransmitido por diversos meios (AC Forum, z-pajol, a-infos, etc.), mantendo os meios militantes regularmente informados - e de fixar encontros regulares todas as semanas, permitindo o reagrupar das modestas forças disponíveis.

Paralelamente, foi criada uma intersindical SUD-CNT[2] (secções dissidentes da CGT) e militantes das três organizações participam nas actividades do colectivo. Infelizmente, esta participação ficou aquém das expectativas, quer pela modéstia das forças disponíveis quer pela escolha das prioridades feita pelos sindicatos.

Com a diminuição dos panfletos informativos, sem contar com longas listas de assinaturas, o colectivo decidiu que era nas acções concretas que se veria o apoio recebido.

De início, a luta tomou formas já "rodadas", como o bloqueio aos hotéis, mas tiveram que ser abandonadas quando a Accor recorreu aos tribunais solicitando o levantamento dos bloqueios e apresentando queixa contra os empregados que neles participassem. Foi aí que a presença de um comité de apoio mostrou a sua utilidade: os seus membros podiam levar a cabo algumas acções que seriam interditas aos grevistas.

As acções contra os hotéis são diversas, e decididas em função das condições concretas de cada momento (da simples difusão de panfletos às discussões com o pessoal e os clientes, à hora de enchente nos restaurantes, até à interpelação ostensiva e ao derrube dos caixotes do lixo quando as reacções são agressivas), visando fazer compreender à direcção do grupo Accor que a sua gestão do conflito - procurando que a greve se vá degradando e evitando encetar negociações sérias - conduz a um impasse e, a longo prazo, não poderá levar senão à ampliação da solidariedade, provocando sérios prejuízos ao grupo.

Neste sentido, a solidariedade internacional e as iniciativas de informação e de perturbação tomadas contra a Accor assumem uma importância central: poderão ser como as picadas de insecto num elefante, mas se se multiplicarem acabarão por convencê-los a pôr fim ao conflito.

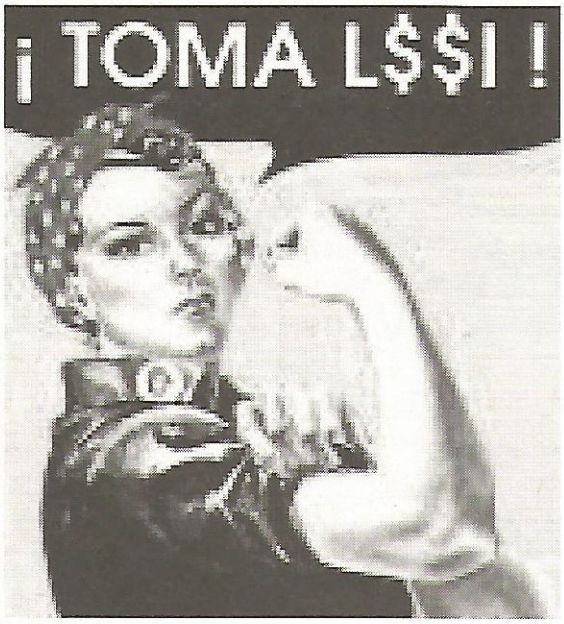
Fraquezas e contradições

Por variadas razões, a luta da Arcade devia ter uma carácter simbólico para muitos grupos da extrema-esquerda: as pessoas nesta empresa são superexploradas, são sobretudo mulheres, provenientes geralmente do terceiro mundo, frequentemente indocumentadas, em situação de particular vulnerabilidade por não saberem ler nem escrever, sem grandes hipóteses de se oporem aos abusos dos pequenos chefes. Além disso, o grupo Accor é conhecido por ter disponibilizado o seu hotel Ibis de Roissy para servir de local de detenção e trânsito para os imigrantes sem papéis expulsos do país, e por ter acolhido os congressos da Front National (também Mégret [político da direita nacionalista e populista, dissidente da FN] deu a sua conferência de imprensa num Sofitel, em Abril passado).

Foi por isso que a primeira tentativa de sensibilização para esta luta foi feita em direcção dos grupos militantes que se ocupam destes problemas. A resposta, ou ainda se faz esperar ou é da ordem do virtual.

É preciso saber que no sector das limpezas o sindicato da CGT é um pouco especial...É controlado por um pequeno cacique, que o gere como se tratasse do seu feudo particular, e que estabeleceu relações estreitas com as empresas do sector. Na prática, funciona como um sindicato amarelo. A Confederação conhece o problema, mas nada faz para o resolver; o seu embaraço parece dissolver-se bem no financiamento de numerosas publicações sindicais que são asseguradas pela publicidade das empresas de serviços de limpeza.

Algumas tentativas de militantes da CGT em colocar a questão às cimeiras da Confederação foram sempre vãs. Se, em tempos "normais", a coisa se poderia considerar como um epifenómeno da corrupção interna na CGT, quando uma luta como a da Arcade se desencadeia e se declara e se esbarra com a obstrução do próprio sindicato da limpezas - concretamente: o resto do pessoal foi activamente dissuadido



de se solidarizar com os grevistas, foram feitas ameaças explícitas aos sindicalistas mais envolvidos em acções de apoio - então isto torna-se uma questão que já respeita a todo o movimento.

Várias iniciativas foram desenvolvidas para levar os media a interessar-se pela greve e pelas condições de vida dos assalariados em subcontratação. Os resultados foram, até agora, bem modestos, esta greve não tem os contornos mediáticos da McDonald ou dos grandes armazéns dos Campos Elíseos, mas não é de excluir que a situação ainda se possa modificar.

Mas o mais grave é que pudemos constatar a existência de um trabalho de sapa e de desinformação sobre a situação dos grevistas, em numerosos meios de onde mais se esperaria algum apoio.

Convém, portanto, precisar algumas questões:

1. Mais de oito meses depois de começar a greve, 22 trabalhadoras continuam a luta na Arcade; face à fraqueza do apoio financeiro obtido, algumas delas já se viram forçadas a aceitar algumas horas de limpezas domésticas, para atender às urgências mais imediatas, mas tal não significa que tenham abandonado a greve.

2. As propostas da Arcade, recusadas a 8 de Outubro pelas grevistas, depois da última convocatória do empregador, não eram de modo algum satisfatórias, em particular quanto à questão da cadência de trabalho, que constitui, afinal, a questão central da greve. As trabalhadoras consideraram então, muito justamente, que não tinham feito sete meses de greve para nada.

3. Um último esclarecimento se impõe, re-

lativo ao que se esconde por trás desta greve, e de que alguns parecem mal se dar conta:

- o que está em causa, de modo muito concreto e não apenas por palavras, são as condições generalizadas de trabalho nos sectores dominados pela subcontratação, particularmente nos serviços de limpeza, que funcionam como ponta de lança para o movimento, em curso, de rebaixamento das relações salariais. Como não é possível exportar os hotéis, importam-se as condições de trabalho do terceiro mundo, criando, assim, um clima favorável para a degradação progressiva dos outros sectores em volta. Uma vitória das grevistas poderá barrar esta tendência e introduzir elementos de jurisprudência que possam servir de referência a milhares de assalariados;

- as possibilidades de organização neste sector, onde reinam as pressões patronais e um nível de corrupção sindical sem paralelo noutros sectores, seriam fortemente aumentadas pela obtenção de uma vitória. A consequência mais imediata, e mais visível, seria provavelmente uma redefinição da paisagem (e da prática) sindical.

Ajudem-nos a ganhar

É por todas estas razões que consideramos muito importante o alargamento da solidariedade ao nível nacional e internacional, e que as iniciativas de informação e de ligação devem estender-se às unidades do grupo Accor nos diversos países europeus. Uma das coisas muito simples que se poderão fazer é a de enviar mensagens de protesto e de solidariedade aos grevistas. Poderão inspirar-se na documentação respeitante a esta greve na página dedicada à Arcade, no sítio da AC:

www.ac.eu.org/actudocs/arcade/arcade.htm, ou contactar para os endereços do grupo Accor: www.accor.com/SF/contact/frm_hp.htm

---

M. Espalioux, PDG do grupo Accor, 2, rue de la Mare-Neuve, 91021 Évry cedex

Mesmo que seja uma simples distribuição de panfletos aos clientes e transeuntes frente aos hotéis, já será útil. Mas todas as acções de solidariedade são bem-vindas, confiamos na imaginação de cada um.

Podem informar-nos das vossas iniciativas, ou qualquer outra questão, para: arcadesolidarite@hotmail.com

Contamos com a vossa solidariedade.

Colectivo de solidariedade com os grevistas da Arcade, Novembro de 2002 (in *Le Monde Libertaire*, nº 1301, Dezembro de 2002)

Notas:

1. SUD é uma tendência sindical francesa que resulta de militantes expulsos da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) e da CNT (Confederção Nacional do Trabalho), tendência anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária.

2. Accor é o nome do grupo hoteleiro que integra as cadeias IBIS; Sofitel, Novotel, Formule 1, Etap, Mercure, etc, que por sua vez subcontrata a sociedade Arcade, entidade empregadora das mulheres grevistas.

Tradução de Carlos António Nuno

Fátima

EDGAR RODRIGUES

Das três vezes que visitei Portugal, depois que os militares tiveram a boa idéia de derrubar a ditadura após sustenta-la e servi-la por 48 anos, duas delas fui a Fátima.

Mas, calma... Não fui como pecador arrependido penitenciar-me de atos irrelevantes de que nenhum ser falível escapa à tentação...

Mas se não fui a Fátima para mostrar meu arrependimento, também não o fiz para me rir daqueles que fazem coisas nas quais não acredito. Pelo contrário, minhas visitas tiveram objetivamente pretensões puras: olhar com olhos de ver sua paisagem geográfica e humana!

Já conhecia sua urbanização. Uma planta local veio parar nas minhas mãos em 1958 e, após arquitetônica redução, passou a ilustrar minha obra "A Fome em Portugal", editada no Rio de Janeiro em 1959.

Todavia, há uma diferença entre aquele terreno árido, pedregoso, "comprado" pelo bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, à mãe de Lúcia, após a morte de seu marido, por dez réis de nada e o internamento da menor, herdeira-vidente, num asilo em Vilar, com nome de Maria Dollores, e a gigantesca obra ali edificada. Por mais que nossos conhecimentos de arquitetura e urbanização se alargassem, os anos decorridos e a visão comercial de D. José Alves Correia da Silva e seus auxiliares dotaram o local de ampla paisagem, graças à anexação de outras áreas milagrosamente adquiridas. Tudo cresceu: a esplanada dos martírios, por onde os crentes cheios de esperanças e de interesses, com pedaços de panos cheios de algodão e/ou trapos velhos amarrados nos joelhos para tomar menos penosas as Promessas que

homens e mulheres, velhos e novos, pagam com marcas de sangue, arrastando-se do centro de um cinturão de comércio de santinhos de todos os tamanhos e feitios, avenidas, hotéis, conventos, irmandades, etc. Vale dizer que, por maior que fosse a devoção dos penitentes, só pudemos ver em suas fisionomias traços de sofrimento e de dor. Agarrados às mãos de acompanhantes e/ou com velas, braços, pés e outros artefatos de cera, cujas indústrias prosperam comercialmente, formando o mais rico empório do milagre em Portugal. Ali ninguém perde: uns ganham dinheiro e outros esperanças! Nem mesmo os que lá deixam os últimos centavos se dão por enganados, continuam rezando e voltam no ano seguinte a pé, de carro, em excursões que empresas de turismo e hoteleiros aliados com as ordens religiosas se encarregam de promover, para que ninguém perca a fé, porque isso seria pior do que um terremoto! Imagine-se toda aquela gente com seus sacos de santinhos nas costas, correndo vilas e aldeias em busca de novos compradores para seus produtos milagrosos. E o que seria da municipalidade se lhe faltasse tão gorda arrecadação de impostos, aumentando de ano para ano? Isto só é motivo de regozijo das autoridades civis e militares, de bendizer a compra do Bispo de Leiria à mãe de Lúcia. Que "mina de ouro" tão sabiamente planejada pelos padres Manuel Marques Ferreira (pároco de Fátima), Abel Ventura do Céu Faria (prior de Seiça) e o fanático Benevenuto de Souza (que já em 1910 havia construído o "Santuário de Lurdes em Torres Novas" que o povo arrasou depois que descobriu a farsa), sabiamente administrada pelo Bispo de Leiria e seus sucessores.

Preso a estas meditações de tristeza e de revolta (tristeza por ver tanta gente apostando em milagres, enquanto uns poucos espertalhões exploram friamente essa ignorância), fui passando por pessoas que, caminhando ao longo das sarjetas, na direção de Fátima, chorando e rindo com os pés sangrando e os olhos encovados. Algumas deixavam perceber estampadas semanas e semanas de sacrifícios para alcançar aquele santuário e, uma vez lá, cumprir suas promessas. Um traço era comum em quase todos os rostos: pobreza! Pobreza física, intelectual, retratada na ausência de alimentação adequada e de um mínimo de higiene! Dir-se-ia que só a gente paupérrima se dispunha a pôr à prova tanto esforço em troca de um milagre... Os ricos chegavam por lá de carro e faziam maiores ofertas, o que os livrava de tão penosas provações. E Deus presente (todos são unânimes em afirmar que está em toda à parte!) a tudo assistia, indiferente

no sofrimento dos penitentes onde tudo era reduzido: inteligência, raciocínio, força física e poder aquisitivo. E no final aceitava a mão cheia do rico e os míseros tostões dos pobres que, com devoção, iam enfiando nas caixas de esmolas. Os que não tinham dinheiro doavam cordões e brincos de ouro, a única jóia de valor material que essa família possuía. E os santos tudo recebiam, insensíveis ao sofrimento humano, enquanto os padres que, com intervalos pré-estabelecidos, empunhando microfones (invenção do diabo, diga-se) mantêm latente e misterioso o estado divino do local. Ninguém ousa discordar, a maioria porque teme incorrer nas cóleras do céu e os que, como nós, ali foram para descobrir algum caso "novo" acabam tocados por um misto de cinismo, com ignorância; de pobreza física e mental, com insensibilidade humana e retiravam-se convencidos de que só outro dilúvio mostrará aos que escaparem o caminho da honestidade e da honradez! Isso mesmo! Aceitar uma esmola de quem precisa de esmolas extrapola as raias da loucura, é fruto do mesmo estado psíquico que impele o homem a tirar a vida do seu semelhante em nome de razões que só o assassino vê, só ele sente: a sua própria delinquência! Onde fica o Deus bom, misericordioso que fez o homem à sua imagem e semelhança? Onde está a consciência deste ser supremo diante de sua tão defeituosa obra? Para que exige "esmolas" e sacrifícios exatamente aos que menos têm, se ele mesmo não precisa de nada? E por que aceitar cobradores e tesoureiros que, em seu nome, em nome de seus pretensos milagres, recebem como qualquer banqueiro fortunas que, de vez em quando, um deles como José dos Santos Rito, fundador de Fátima, foge para a Argentina com 6.000 contos ou o bispo americano Paul Marcinkus, diretor do Banco Ambrosiano, a quem a justiça italiana condenou e o Papa se recusa a entregar o desonesto em nome do Tratado de Latrão. Não basta ao penitente o castigo da enfermidade e/ou do acidente, que o levou a prometer um tão penoso sacrifício, ainda lhe exigiam tão longa caminhada de joelhos e, por último, os míseros tostões que vão escorregando portas adentro em Fátima até ao fundo do cofre cuja base está firme na Cidade do Vaticano?

Para além dos rostos esquálidos e sofridos dos peregrinos, alguma coisa ainda inquietava minha curiosidade: porquê Fátima?

O vocábulo é de origem árabe! Fátima (ou Fatma) foi o nome dado por Maomé a uma das suas filhas, tornando-a famosa por seus guerreiros (guerreiros de Fátima). Como teria chegado a Portugal tal nome?

Diz a lenda que Fátima estaria entre guerreiros árabes que, em suas andanças por Portugal, acabou prisioneira de um grupo de jovens cristãos e o "herói" de nome Gonçalo Hemingues (o Traga Mouros) lhe proporcionou educação cristã, casou-se com ela e quando esta morreu, erigiu-lhe jazigo no local onde a viu pela primeira vez.

Como se explica que Fátima sendo de origem árabe, carregando sangue muçulmano que até hoje, não se mistura com o dos cristãos no Líbano, no Irã, no Iraque, na Índia, etc. Conseguiu tal milagre em Portugal? E após séculos e séculos de pobreza

e ignorância absoluta ainda teve poderes para transformar em fonte inesgotável de riqueza o lugarejo?

O meio pobre, ignorante, rude, sem escola, sem socorro médico, sujeito à ação do tempo é propício ao crescimento da fé, crendices, milagres. Disto sempre se aproveitou a Igreja certa de que mais do que qualquer coisa, a fé é quem produz, projeta e "toma verdade" o sobrenatural!

Em 1910 havia sido implantada a República em Portugal, e em 20 de abril de 1911 foi promulgada a Lei de Separação de Estado e a Igreja, os bens eclesiásticos (e que bens!) tomaram-se propriedade da nação e os bispos que se opuseram foram banidos. Pouco depois explodia a guerra de 1914, e em março de 1916 Portugal, por força de acordo com a Inglaterra, manda soldados matar e morrer nos campos de batalha. Um irmão de Lúcia foi mobilizado.

A Igreja, inconformada com sua pobreza, atingia e fanatizava as donas de casa e, através destas, filhos e maridos. O confessionário era lugar certo. E foi por aqui que tudo começou: a mãe de Lúcia que sabia ler no local - orientada pelo padre Manuel Marques Ferreira lia para as três crianças (a filha e os sobrinhos) o livro "Missão Abreviada", onde se conta a história do aparecimento de "Nossa Senhora" a um menino e a uma menina em França. Pouco depois as três inocentes crianças começam a ter visões que nem o Cardeal de Lisboa Mendes Belo acreditava. Mas o cônego Manuel Nunes Formigão, incansável escritor dos "Milagres de Fátima" fez a "aldeia muçulmana" correr o mundo, virar cristã... Produzir milagres sem conta... Todavia não

curou o Francisco (1919) e a Jacinta (1920) que morreram de enfermidades curáveis, bem como o pai de Lúcia, dono do terreno escolhido pela santa... Tampouco curou o reumatismo do Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, que morreu paralítico numa cadeira de rodas, exportando água milagrosa de Fátima que, na América do Norte, "curou" tanta gente... Não há dúvida de que crianças analfabetas que nunca saíram de seu lugar em 1917, oscilando entre 5 e 10 anos, não tinham consciência de suas declarações e nem podiam ser levadas a sério, nem mesmo hoje, com todos os meios de comunicação ao seu alcance, para testemunhar uma coisa tão séria. Só a Igreja lhe deu crédito, como já havia feito nos tribunais da Inquisição para condenar hereges.

Não é preciso ter alto QI para saber que tais crianças foram induzidas, conduzidas e orientadas para em seguida darem a vida em holocausto a uma Igreja em apuros.

Fátima retrata hoje o quanto à ignorância das três crianças e à esperteza de quatro padres já renderam e continuam rendendo à Igreja e aos que dela se aproveitam graças a Deus...

Não foi sem razão que o escritor Tomás da Fonseca, ao chegar no final de sua obra "Fátima" publicada no Brasil em 1955, dirigiu-se ao dono da Igreja portuguesa de então: "E findo aqui sr. Patriarca de Lisboa, mas não sem que também lhe grite com todo o vigor da minha alma: - Ó criatura sem entranhas, para que abismo pretende arrastar os rebanhos de surdos e de cegos que pastoreias em nome do absoluto, à sombra da qual a Igreja já procura subjugar o mundo? Vê se encontras alguém que faça chegar ao teu espírito um raio de luz beneficente, e que, a seguir destile, sobre o teu coração (Tomás da Fonseca não sabia que o Cardeal Cerejeira só tinha músculo no lugar do coração!!!), uma gota que seja de verdadeiro amor pela pessoa humana".

Tréplica ao Padre Manuel Gonçalves e a Dra. Maria Joaquina Serra

Em sua obra "A Liberdade e a Igreja", Emílio Bossi demonstra, com riqueza de detalhes, o quanto o Clero e seus colaboradores fizeram para impedir que a verdade fosse dita e/ou alguém contestasse sua religião, apesar desta não ser a única (Taoísmo, Janismo, Hinduismo, Budismo, Corão, Protestantismo são algumas das 800 religiões existentes) nem a mais antiga, mas é de longe das mais intolerantes.

Assim mesmo acreditei que após o 25 de Abril os membros da Igreja Portuguesa aceitassem a liberdade de imprensa como um preceito constitucional. Enganei-me!

Quem acaba de confirmar isso é o padre Manuel Gonçalves que, embora confessasse "reconhecer na Igreja erros e imperfeições históricas", ficou zangado com o que escrevi sobre Fátima. Atribui-nos as frases "estúpido", "opiado", e certamente culpa-nos pelas gralhas de revisão. Chama-nos ainda "uma pessoa velha, mas... rabugenta fracassada e recalcada, de vontade Jacobina". Tudo errado !!

Em seguida, aponta-nos às "mais de mil pessoas na Eucaristia Dominical", para que

estas ataquem o herege correspondente da "Gazeta do Sul" no Rio de Janeiro por ter, como diria Guerra Junqueiro, "enterrado os dentes no fruto da verdade".

Ao que parece irritei as primas da alma do padre Manuel Gonçalves, usando a liberdade de opinião (eu e tantos outros lutamos por isso há 48 anos, inclusive o diretor da "Gazeta"), que, ao invés de me "convencer", com verdades provadas, racionais, de que estou equivocado a respeito de Fátima, preferiu atacar-me revelando-se um defensor do ressurgimento do Syllabus (obra do Papa Pio IX, 80 arts., publicado em 8-12-1864, anexo à bula "Quanta Cura" destinada a "fulminar toda a liberdade em todos os seus aspectos") e demais leis que serviram para "excomungar o padre Antonio Pereira de Figueiredo, primeiro tradutor da Bíblia em língua portuguesa , autor da "Tentativa Teológica", para "arrastar (1671)Antonio Ferreira, de 23 anos, até ao Rossio (Lisboa) onde lhe deceparam as mãos, queimadas à sua vista, e depois de garrotado teve seu corpo queimado por suspeita de desacato na igreja de Odivelas".

Antonio Ferreira, de 23 anos, até ao Rossio (Lisboa) onde lhe deceparam as mãos, queimadas à sua vista, e depois de garrotado teve seu corpo queimado por suspeita de desacato na igreja de Odivelas".

Não sei se me recomendaria o fundo das prisões como a Igreja fez com Bocage ou mandaria que as "mais de mil pessoas" a quem me apontou na sua "Eucaristia" no lugar de Fátima me apedrejassem, mas não há dúvida de que mexemos quase tanto com os "Interesses" do padre Manuel Gonçalves quanto Martinho Lutero com os do Papa João XXII denunciando as "80 Indulgências absolvitorias" responsáveis pela arrecadação dos "50 milhões de florins em ouro para os cofres do Vaticano", e o nascimento da Igreja Protestante.

Vale a pena registrar aqui algumas Indulgências:

- Absolvição e segurança contra toda e qualquer perseguição pelos crimes de rapina e incêndio custará 131 libras;
- Absolvição do assassino simples, cometido sobre uma secular é taxado em 15 libras, 4 soldos e 3 dinheiros. Se o assassino matar muitos homens no mesmo dia, não pagará mais nada;
- Se algum eclesiástico cometer o pecado da carne, quer com freiras, sobrinhas ou afilhadas, etc., será absolvido pela soma de 67 libras e 12 soldos;
- O padre que tiver deflorado uma virgem pagará 2 libras e 8 soldos;
- A mulher adúltera, para ter larga dispensa para continuar as suas relações criminosas, pagará ao Papa 87 libras e 3 soldos.
- O marido em igual situação pagará a mesma taxa (Maurício Lachatre).

Em Portugal, o padre Fernando Costa, prior de Trancoso, teve só 200 filhos de sexo feminino e 75 masculinos, com 29 afilhadas, 5 irmãs, 9 comadres, 7 amas, 2 escravas, 1 tia e, com a própria mãe, teve 2 filhos.(Processo arquivado na Torre do Tombo, armário 5º, maço 7, ano 1487)

São inúmeras as obras que elucidam sobre estes "poderes da Igreja". "Os crimes dos Papas", de Maurício Lachatre: "História da Inquisição", "História das Riquezas do Cle-

no Católico e Protestante", de José Martins; "História Universal" (32 vols. de César Cantu); "Abusos e Erros do Catolicismo", do Abade João Meslier, "História dos Jesuítas", de Pierre Zacconi, "História da Prostituição em todos os Povos do Mundo", de Pedro Duford, "Ecos de Roma" e "Vozes da História", do padre português Guilherme Dias, e "Portugal no Concílio de Trento" (6 vols.), do padre José de Castro.

Estas obras lembram a figura de S. Domingos (fundador da Inquisição), S. Ignácio de Loiola (fundador da Companhia de Jesus), Simão de Monfort, Abade de Citeaux, que mandou matar indistintamente mulheres, crianças e velhos sob alegação de que Deus saberia distinguir os ímpios dos católicos (só num dia de S. Bartolomeu morreram 60 mil), os carrascos dos lusitanos Damião de Góis (ilustre cientista universal) e Bartolomeu de Gusmão (o padre voador) e milhares e milhares de vítimas das fogueiras da Inquisição e das "guerras santas" comandadas pelo Clero.

Não fui eu quem primeiro mais discordou da venda de milagres de Fátima. 0 "Boletim da Missão Batista" de Leiria, sob a responsabilidade do Dr. Maurício, não foi menos contundente em 1952 do que nós. Além disso, a própria Bíblia dos católicos e a Bíblia dos protestantes (vale a pena ler de novo! Nós já fizemos mais de uma vez sem nenhum constrangimento), são ricas em contradições, sem falar do 8º cânone dos 18 aprovados no Concílio de Toledo, Espanha (447); "Se alguém diz ou crê que o Deus do Antigo Testamento e outro Deus não são o mesmo Deus dos Evangelhos que seja anátema".

Ainda na adolescência veio-me às mãos o "Almanaque Humanidade", Porto, 1931, que deu pretexto a deportação do Dr. Carlos Cal Brandão para Timor. À página 20 lá estava Bernadette Soubisrons, rapariga pastora, entrando na Gruta de Massabielle, em Lourdes, encontrou em colóquio amoroso uma dama muito conhecida e um oficial de cavalaria que assusta-

dos, aproveitaram o recurso original da dama representar: - "Eu sou a Imaculada Conceição"- disse à pastora- "E tu dirás aos padres que construam aqui uma capela". A pastora foi encerrada no Convento das Ursulinas de Nevers (Quarta-feira, 11-02-1858). E à página 49; "Uns pastorzinhos de 11 a 14 anos, Máximo Girarde e Melania Mateus, narram aparição de La Sallete. A rapariga que faz o papel de Santa era Constance Saint-Ferreal de La Mariele, antiga religiosa da Previdência. O ensaiador da farsa foi o padre Duperrier. O próprio Cardeal Bomald publicou uma pastoral contra esse "milagre"(sábado, 19-09-1846). O caso chegou aos tribunais graças a denúncia de um médico. Sempre os mesmos ingénuos pastorzinhos.

E, no entanto, Oseas (04-12 atos de apóstolos) deixou escrito: "aquele que se dirige a uma imagem não faz mais que consultar um pedaço de pau" e Lactário (Inst. Lib. 11 - 19), uma das maiores sumidades da Igreja: "Onde há uma imagem não há religião"

Foi por tudo isso que o ex-seminarista Tomás da Fonseca escreveu 410 páginas sobre Fátima e o professor e cientista alemão Prosper Alfaric com o título "A Fabricação de Fátima", 112 páginas admiráveis.

Com base nestas contradições padre Manuel Gonçalves "culpa os homens imperfeitos" pelas barbaridades que a história regista e armado de velhos sofismas afirma: "com desafio e risco está a igreja consciente do muito que há por fazer para edificar o novo rosto de Deus".

Mas como? Não foi Deus quem criou o mundo, o homem e a mulher? Se for verdade que Deus criou o mundo (a igreja é obra do homem. Chegou muitos milênios mais tarde!) então é Deus que terá de meter a Igreja nos trilhos, restaurar a "Dignidade do Homem" e não a Igreja de "pessoas imperfeitas" quem irá "edificar o novo rosto de Deus!"

O sofismo é fraco padre! Fracas são as informações do seu sacristão (no Brasil Dedo Duro!) e os seus conhecimentos de anarquismo. Por que não recorre ao padre norte-americano J. C. Kinibal (O que é Anarquismo?) e / ou ao professor Aníbal Vaz de Melo, autor de "Cristo, o maior dos Anarquistas" (3ª ed. 236 páginas)? O padre holandês Nicolau Guendeville, o frade Campanella, o arcebispo Francisco Solignac Felon, o teólogo Edgar Walace, S. Agostinho, S. Jerônimo, João Crisóstomo, Leon Tolstoi e outros religiosos não hesitaram em tomar posições que não conflitam com esta ideologia.

Quanto à senhora professora doutora Maria Joaquina Serra -"que não está mesmo de acordo com certas formas de viver Fátima" - devo garantir-lhe que não pretendi abalar sua fé nem derrubar o "enigma de Fátima".

Nossa lógica direta, frontal, é impulsionada pelo Amor ao próximo! Não tem o sabor das palavras mansas envemizadas pela hipocrisia, pela mentira! Resultam da minha convivência com a pobreza, com o sofrimento e o trabalho honrado, subhumano que conheci em toda a sua trajetória dolorosa (a senhora talvez tenha tido o privilégio de estudar, enquanto outros trabalhavam para suprir suas necessidades, como aconteceu com o padre Manuel ou não?).

Creia que pior de que palavras ásperas, (mas sinceras!) é fazer coro com as pessoas que "viram o sol rodar sobre si mesmo". (Galileu se pudesse levantar-se do túmulo, desta vez morreria de rir.)

A senhora sabe como eu que se tal ocorresse, todo o nosso sistema solar teria sofrido uma catástrofe, mudando por completo a vida terrestre bem como a dos outros planetas e astros e nós não estaríamos discordando aqui, agora!

Mas vamos dar a palavra ao cientista alemão Professor Alfaric (autor do livro "A Fabricação de Fátima" que com Einstein, Langevin, Bertrand Russel e Eduard Henniot dirigiu a "União Racionalista"), Universidade de Sorbone, 1952: "As coisas não se passaram como o papa viu, porque se o sol tivesse feito o menor desvio fora de sua via normal; se se pusesse a executar uma sarabanda no céu, a terra, cujos movimentos se regula todos pelos seus, ver-se-ia atacada do mesmo frenesi, e nós projetados no vácuo, não podendo por isso discorrer sobre o fato como estamos fazendo".

E remata: "O papa teria sido vítima de uma fantasmagoria alucinante de projeções humanas" e/ou sob a caixa craniana de Sua Santidade, se haja desenrolado a cena alucinante. Foram as células cerebrais de Pio XII que executaram a sarabanda prestigiosa com que se comoveu todo mundo cristão".

Espero encerrar por aqui sem mágoas, com esperança de que antes de findar o século XXI, ainda possamos ler e discutir livre, civilizadamente as idéias, todas as religiões para "descobrir" a verdade onde quer que esta se encontre.✦

Venezuela: Que se vayan todos

El Libertário

Vários factores de poder presentes na sociedade venezuelana deram origem ao aparecimento de dois grupos sociais, pretensamente antagónicos, cujo confronto alcançou o seu momento de máxima tensão depois da convocatória à chamada "greve cívica nacional", realizada a partir do passado dia 2 de Dezembro. Uma das partes tipifica o conflito como de "constitucionalidade versus golpismo"; a outra de "liberdade versus ditadura", numa grosseira simplificação que procura minimizar o pensamento e as críticas ao estatuto dos representantes de ambos os sectores. Os habitantes deste território chamado Venezuela, os cidadãos sem recursos, encontram-se face a um falso dilema e a uma polarização mediática e oportunista que dissimula a essência deste conflito: a concentração e disputa de espaços de poder.

Se, de forma ampla, podemos descrever o que sucede como a disputa de duas formas de organizar e entender a sociedade – o Estado centralizador contra a regulação segundo as leis do Mercado –, não é menos certo que ambos possuem a mesma matriz cultural. Por esta razão, entendem da mesma maneira o recurso à política e a transformação da sociedade. Por esta causa, o comportamento dos dois sectores, apenas diferenciado por matizes retóricas, é exactamente igual. Ambos possuem os meios de comunicação alinhados com os seus interesses, os quais só transmitem as versões e informações que ratificam as suas afirmações. Os dois precisam que as mobilizações massivas de cidadãos legitimem as posições dos seus dirigentes, concertadas à porta fechada. Um e outro são projectos excludentes que, noutras latitudes, se revelaram insuficientes para alcançar os objectivos de justiça social e liberdade.

Perante a série de acontecimentos ocorridos no país, cremos pertinente fazer as seguintes considerações, as quais ajudam a perceber a sua natureza, estabelecer visões e atitudes distanciadas dos sectores em crise e sugerir estratégias de acção para o presente e para o futuro.

1. O governo de Hugo Chávez é vítima das instituições que não quis transformar durante o seu mandato. A sua revolução de palavras contradiz os factos que permitiram a continuidade de diversos organismos com métodos de funcionamento do passado: burocracias perversas cujos funcionários foram submissos ao regime. O Tribunal Supremo de Justiça, a PDVSA (empresa petrolífera estatal) e o Conselho Nacional Eleitoral são exemplos claros desta situação.

2. A força bélica outorgada às Forças Armadas continua a dar-lhes um lugar predominante na vida política do país. Embora os que convocaram a greve não se tenham demarcado da opção militarista, pelo seu lado o regime bolivariano apresenta, como maior garante da sua estabilidade, o controlo executivo e político do Exército. A via do golpe de Estado foi estabelecida como legítima pelo actual governo, mitificando a sua própria origem (4 de Fevereiro de 1992), fazendo diversas apologias sobre o facto e decretando a data como feriado nacional. De forma recalcitrante promoveram a superioridade castrense sobre a civil.

3. Os que convocaram a greve evidenciaram uma estratégia de oposição obscura, pouco clara e contraditória. Indistintamente, solicitaram a renúncia do presidente, a realização de um referendo consultivo, a celebração de eleições imediatas, a aplicação da Carta Interamericana Democrática da OEA (Organização dos Estados Americanos) e a sublevação por parte dos membros das Forças Armadas. A definição das estratégias realiza-se nas costas das pessoas que assistem a cada uma das suas convocatórias.

4. O descontentamento com o regime é legítimo porque este não cumpriu com nenhuma das promessas da sua campanha eleitoral (diminuição da pobreza, combate à corrupção, mudança real das institui-

ções, aumento da qualidade de vida, abertura política para a participação de todos os cidadãos...), domesticou e enclausurou o fervor revolucionário da sociedade e manifestou repetidamente a sua incompetência para a resolução dos problemas do país. Este mau estar está a ser capitalizado por um sector da sociedade tão excludente como o anterior e representante das forças políticas que empobreceram a Venezuela durante quatro décadas.

5. As relações da Venezuela com o seu principal parceiro comercial, os Estados Unidos, normalizaram-se nos últimos meses, sendo aliás classificadas de "cordiais" por algumas vozes governamentais. Um exemplo disso foi o cumprimento pontual dos pagamentos por conta do serviço da dívida externa do país e o estabelecimento do mecanismo da dupla tributação, amplamente favorável aos investimentos estrangeiros. O suposto confronto com os Estados Unidos é uma versão oportunista dos sectores da esquerda participantes no governo e apenas presente no discurso, já que na prática viu-se a implementação do programa económico capitalista e neoliberal.

6. As práticas informativas dos meios de comunicação estatais e oficiais são indistintamente enviesadas e manipuladoras. A pouca autonomia dos meios alternativos e comunitários surgidos nos últimos três anos, situou-os claramente num dos grupos, lesando a sua própria independência e credibilidade.

7. O Exército, a Guarda Nacional e todas as polícias põem em prática o monopólio da força exercido pelo Estado. Transformar a sua natureza repressiva ou atrair os seus integrantes para um processo revolucionário implica necessariamente a sua dissolução.

8. A impunidade abate-se sobre as mortes ocorridas na Praça de Altamira (em Caracas). Deixando de lado a petição para uma investigação pronta e imparcial dos factos, os cadáveres foram utilizados, sem qualquer tipo de provas fiáveis, como um argumento contra o adversário. Esta prática revela o interesse político dos opositores, a irresponsabilidade dos meios de comunicação e abriu caminho para o não esclarecimento dos crimes. Tanto o governo como a oposição sabotaram a implementação de uma Comissão da Verdade,

que revelaria os responsáveis pelos mortos dos acontecimentos de 11 a 13 de Abril passado, e não parecem ter vontade para inverter a situação no presente.

9. Os representantes do governo e da oposição transmitiram várias vezes mensagens de violência, intolerância e confronto, cujas sequelas são vividas pelas bases de ambas as tendências e não pelos seus dirigentes. Isto demonstra a vocação autoritária e elitista de ambas as partes e a manipulação oportunista dos seus partidários.

10. Uma saída revolucionária para a situação actual implicaria o desconhecimento, por parte de um amplo movimento social, dos factores que limitam uma transformação profunda. Isto começa por Hugo Chávez e a nova burocracia enquistada no governo, também com a suposta representatividade opositora dos grandes empresários da Fedecâmaras, os burocratas sindicais da CTV e os políticos manhosos da Coordenadora Democrática, para além da confinação das Forças Armadas aos seus quartéis. Se bem que a opção eleitoral seja uma saída imediata, em si mesma não altera a origem sistémica e estrutural da crise e transformar-se-á numa nova organização do controlo burocrático dos órgãos do poder por parte dos seus protagonistas actuais.

11. A decepção crescente dos cidadãos face aos representantes de ambas as tendências deve-se transformar na motivação principal para construir uma alternativa distinta e antagónica de ambas.

12. Qualquer processo de transformação de longo prazo, que evite os riscos do imediatismo e pretenda ter uma base social sólida com consciência política, deverá capitalizar os espaços abertos de participação popular actuais e a experiência das mobilizações humanas vividas nos últimos anos. A autonomia e a autogestão, entendidas em todas as suas dimensões e implicações, serão valores que no futuro desempenharão um papel crucial.

13. Os libertários venezuelanos, individual e colectivamente, participam em diversas iniciativas que visam estabelecer uma referência distinta e real aos representantes actuais do capitalismo de Estado e de Mercado. Temos unido as nossas particularidades aos grupos de esquerda não chavista, organizações estudantis e de Direitos Humanos, colectivos ecologistas, sectores indígenas e comunidades que, ao não pertencerem a nenhum dos dois partidos, pouco eco têm encontrado nos meios privados e estatais da comunicação, mas cujo trabalho horizontal e de base, assim como as formas de se relacionarem entre si, representam uma das tantas esperanças do futuro venezuelano. ✦

Mais informações sobre as perspectivas anarquistas da crise venezuelana na Internet consulte:

www.nodo50.org/ellibertario
www.samizdata.host.sk/LIB.html

Tradução de Guadalupe Subtil

O que foi (é) a Alternativa Social do Porto

Luís Chambel

"Arrasar toda a fronteira
E depois da Terra inteira
Fazer um frondoso horto
Onde toda a humanidade
Possa gozar à vontade
Um relativo conforto"

Joaquim Moreira da Silva, poeta popular
(versos citados em comunicado da ASP)

Depois de saberem da marcação para o Porto de uma Cimeira da OSCE (Organização de Segurança e Cooperação Europeia), alguns companheiros (de Lisboa) propuseram que se tomasse em mãos o assunto, isto é, que o evento não passasse em claro diante de nós. Foi isto uns três ou quatro meses antes da cimeira, que ocorreu de 5 a 7 de Dezembro de 2002.

A discussão que se seguiu no azine (http://www.azine.org) praticamente consagrou a ideia como boa, mas só algum tempo mais tarde ocorreu uma primeira reunião no Porto em que, definitivamente, se pôs a iniciativa a andar.

A questão que nos fazia parecer pertinente uma intervenção, um protesto, prendia-se com a consciência clara que tínhamos, no grupo do azine e na Assembleia Libertária do Porto – embora esta em estado em pouco menos que letárgico –, do carácter de aprofundamento da globalização capitalista que representava uma organização como aquela.

Escudada atrás de um belo projecto democrático (pelos direitos humanos, contra o racismo, pela vigilância e defesa dos processos democrático-eleitorais), a OSCE era, para muitos activistas

de esquerda, uma organização à margem de qualquer suspeita, um garante da democracia.

Criada nos tempos da guerra fria, como organismo de aproximação entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, ela teve os seus primeiros êxitos nos acordos de Helsínquia que, então, vieram pôr um pouco de água na fervura da desenfreada corrida aos armamentos daquela altura.

Passados cerca de trinta anos desde as suas primícias, arruinado o castelo de cartas do capitalismo de Estado na União Soviética e seus satélites, atingindo a tecnologia meios de controlo e informação à escala planetária, e consagrada uma economia com carácter global integrado, à organização herdeira dos primeiros acordos de Helsínquia não resta hoje senão definir as regras do jogo de acordo com a ordem do capital vigente e dominante, num objectivo assumido de normalização/massificação («[...] A OSCE constitui uma organização internacional inter-estadual cujos objectivos e actividade têm reforçado as lógicas políticas e económicas do capitalismo, inserindo-se portanto no processo mais geral da globalização capitalista em claro prejuízo pelos valores humanos vitais de solidariedade, entre-ajuda, apoio mútuo e cooperação entre todos os seres humanos sem qualquer discriminação [...]», comunicado da ASP).

A escolha de determinadas regras em desfavor de outras será, naturalmente, mais evidente para os libertários do que para activistas de outras correntes, crentes na democracia.

Achámos então interessante participar num movimento que logo se começou a esboçar e que, desde cedo agrupou, além do grosso das iniciativas e tertúlias de inspiração anárquica do Porto, outros militantes anarquistas espalhados pelo país (sobretudo Lisboa e Setúbal, além de mais um ou outro lugar), mas também do Estado Espanhol, de Itália e França, embora com pouca expressão.

Desde o início, neste movimento, confluíram também alguns militantes de esquerda anti-globalização de Coimbra (Bloco, etc.), militantes da JCP espalhados um pouco por todo o lado, mas com um grupo maior em Aveiro, e pessoas que não se reviam na santa unanimidade do evento de concertação entre os Estados para os anunciados (e os menos públicos) fins em vista.

Desde cedo ficou claro nas discussões que foram ocorrendo, quer presenciais, quer no éter, que não se tratava, para ninguém, de impor um modelo fosse a quem fosse, mas antes, neste grupo de iniciativa para a apresentação de um manifesto e das propostas mais concretas a apresentar, de construir em conjunto uma plataforma que, antes de mais, respeitasse o espaço de todos, o contributo de cada um, e avançasse pelo enriquecimento dos consensos em torno de um conjunto de ideias intocáveis de partida.

Este método, inequivocamente de inspiração libertária, era, de facto, o único apropriado para juntar na acção pessoas e colectivos com leituras diferentes, permitindo a cada um a autonomia que quisesse reivindicar e partilhando com os outros o que fosse de partilhar.

Quanto às ideias intocáveis eram a oposição ao capitalismo como um todo, e não

apenas a uma das suas expressões, e a defesa de um mundo organizado em função das pessoas e não do sucesso económico, ou do desenvolvimento, ou de qualquer outro mito.

Foram pois, nesta fase, um conjunto de indivíduos que, enquanto tal, se constituíram em "comissão promotora" espontânea de um manifesto.

Esta primeira etapa terminou por fim, com a convocatória pública, e alargada a todas as correntes de expressão que se reclamam de uma postura de anti-globalização. Sintomática e previsivelmente, nenhum partido ou central sindical respondeu, embora mais alguns militantes ou sindicalistas, a título individual, o tivessem feito.

Tratava-se agora de começar a discutir neste amplo universo o carácter do protesto a realizar. Ele foi sendo definido em discussões sucessivas que desembocaram na apresentação de um calendário de iniciativas consensuais, mas onde houve o cuidado de deixar salvaguardado um espaço de debate para a questão que, no terreno, se apresentou mais polémica: a natureza do gesto público de oposição.

Assim, e logo desde o dia 21 de Novembro, começaram a surgir várias iniciativas integradas no grande protesto contra a Cimeira da OSCE: exposição de fotografia, exposição colectiva de pintura, debate público, concertos, evento poético, sessões de vídeo («[...] Nós não queremos um mundo assim. Contra a exploração capitalista e o que a mantém, as barreiras, as fronteiras, a violência, a guerra e o terror, nós opomos a fraternidade sem chefes, vigilantes ou patrões, entre todos os seres humanos. O nosso terror é a música, a poesia, o cinema, a dança, a fotografia e o teatro... E eles só serão possíveis para todos no dia em que todos compreendermos que há só uma Terra e que ela é de... TODOS e de cada um! [...]», comunicado do núcleo local do Porto da ASP, 5 de Dezembro 2002)..

Nestas manifestações participaram bandas, artistas plásticos (cerca de uma dezena), poetas com obra publicada (também quase uma dezena) e as várias manifestações foram decorrendo em cerca de meia dúzia de diferentes associações e locais públicos. Recolhidas foram também cerca de centena e meia de adesões ao manifesto da ASP.

Acordado por consenso foi ainda a realização de um dia de acção directa independente, marcado para 6 de Dezembro, portanto já em plena realização da Cimeira.

O momento mais marcante desse dia terá sido a colocação de uma faixa de denúncia do carácter da Cimeira na Torre dos Clérigos. Boas almas zelosas apressaram-se a retirá-la, mas não sem que antes, um ou outro jornal ainda tivesse fotografado a "singular" ocorrência. A unanimidade sobre o Grande Circo estava desfeita.

Para o dia 7 ficava prevista uma concentração na baixa do Porto, durante a tarde, e um jantar vegan à noite.

As "festas" terminavam com um concerto no domingo, dia 8.

Mas antes, havia um momento particularmente importante do protesto que havia a decidir, quer da realização em si, quer do seu carácter. Isso seria ainda no dia 6. Esse dia veria chegado o grande momento de decisão, quando pela noite e pela madrugada fora, a Assembleia de Activistas discutiu livremente aquilo que se faria e porque razões. Por quem e contra quem. E como. E apesar do quê. Foi um dos momentos mais interessantes de acracia (esta é sempre directa), a que muitos companheiros já terão assistido (mesmo com pides infiltrados no meio, como viemos depois a verificar, mas também como sempre pensámos possível ou até inevitável).

A Assembleia reuniu à volta de umas cento e cinquenta/duzentas pessoas e, evidentemente, esta reunião constituiu um importante momento, só por si, do protesto contra a Cimeira da OSCE, que foi rebaptizada desde quase o início do processo como Organização para a Segurança do Capital e das Empresas.

Vários companheiros esgrimiram argumentos a favor de um protesto mais aguerrido ou mais simbólico, mais duro ou mais festivo. Havia consciência da repressão e do que ela se poderia propor fazer. E foi precisamente por causa dessa consciência, que entre os presentes, muito(a)s decidiram guardar-se para a previsível maior concentração da tarde.

O que foi decidido na Assembleia foi realizar um protesto aguerrido mas festivo, na madrugada do dia 7, altura em que os senhores ministros e outros delegados se aprestassem para chegar à Alfândega.

Os manifestantes dessa madrugada cumpriram escrupulosamente o compromisso de não provocar os incidentes, de não arremessar objectos, o quanto puderam de não impedir a passagem do trânsito, de não responderem à agressão, mas também de não se calarem e de mostrarem que a sorte do mundo nada ganhava com aquele amontoado de senhores no Porto.

Foi também aquele um momento de elevado sentido ético, em que muito(a)s companheiro(a)s depositaram uns nos outros confiança e respeito mútuo e caminharam juntos, independentemente de acharem

ou não que a acção poderia ser mais ou menos conseguida de outra maneira.

Aceitar a diferença de ideias patente na Assembleia ajudou a unir aqueles que, divergentes, sonhavam gritos diversos mas consonantes.

Na manifestação de protesto da madrugada do dia 7, por volta das sete da manhã, fomos (ou não) surpreendidos pela forma como alguém deu ordem pronta de dispersão à bastonada a um protesto que não juntaria mais de cinquenta pessoas e que não ameaçava a segurança das barricadas que ali cortavam o trânsito, perto da Alfândega do Porto.

A destruição (ou tentativa) de todo o material vídeo ali realizado e a "necessidade" de reprimir a manifestação e perseguir os manifestantes (um companheiro foi detido por um polícia à paisana a cerca de 500 metros da carga policial), mostram que o protesto "não deveria" existir. Infelizmente para a polícia, a inesperada presença de uma equipa da televisão pública no local, a prisão de uma repórter fotográfica que cobria a manifestação, a passagem das imagens da carga policial e das prisões no próprio recinto da cimeira e a solidariedade corporativa dos repórteres que ameaçaram pôr as máquinas no chão, atrasando efectivamente o início da sessão da Cimeira, tudo isso, acabou por tornar mais visível o que "nunca deveria ter existido", mostrando à saciedade a "democrática" natureza do Estado dentro do Estado, do Estado por detrás do Estado, ou do Estado às ordens do Estado. Para nós, é mais a última opção.

Essa, aliás, foi uma questão que se pôs quanto ao que fazer, por parte dos 10 companheiros que foram detidos. De facto protestar para que o Estado que mandou reprimir castigue quem lhe obedeceu, seria uma pura perda de tempo e energias.

A Alternativa Social do Porto decidiu antes não se dissolver (ao contrário do que inicialmente estava previsto) e continuar a denúncia pública da Atemorização.

Por isso, foi entretanto já realizado outro debate, "A Fabricação do Medo" e organizado um ciclo de vídeo sob o mesmo lema.

Uma outra questão que deverá merecer a nossa reflexão foi o relativo insucesso da concentração da tarde em termos de presença humana. Esta não chegou a ser idêntica sequer à manifestação da manhã. Todavia, a conferência de imprensa da ASP realizada na concentração, juntamente com a desmistificação entretanto já patente nas peças passadas na TV e outros órgãos de informação sobre o assunto, ajudou a fazer uma contra-ofensiva às acusações falsas lançadas pela polícia, e a permitir o sucesso do jantar vegan realizado nessa mesma noite, isto já descontando o carácter particular de cada evento.

Se a Cimeira de 7 de Dezembro serviu para alguma coisa em relação a nós, a partícula anarquista do movimento Alternativa Social do Porto, entre outras coisas, serviu certamente para o alargar de horizontes e de cumplicidades, com vários companheiros (novas chegadas ao movimento libertário, estreitar das cumplicidades e companheirismo), e vários lugares (associações e locais disponíveis para iniciativas, pessoas próximas...) a serem descobertos.

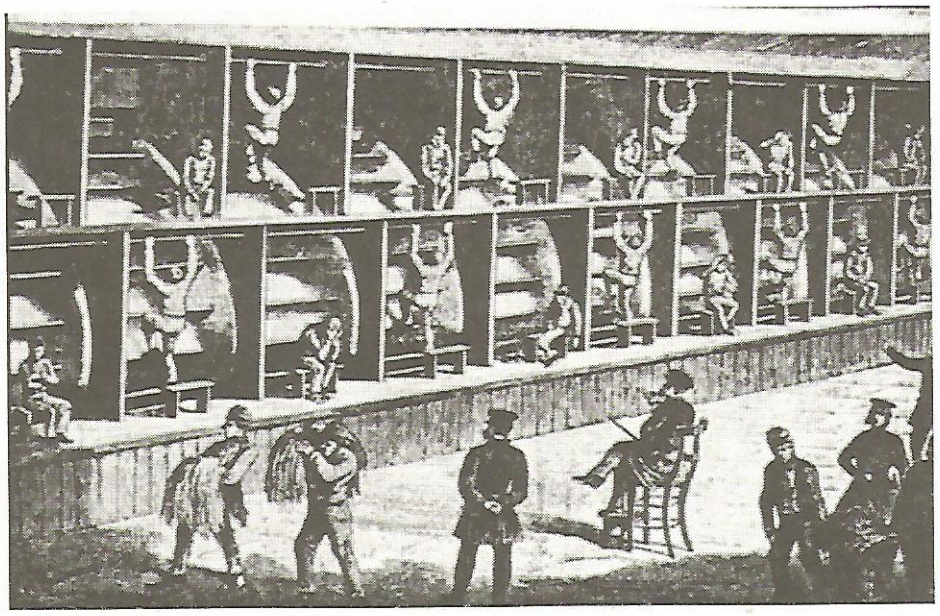
No entretanto, a preparação da guerra por parte dos falcões do imperialismo norte-americano e as movimentações do capitalismo em geral motivou igualmente que a maioria dos companheiros libertários do núcleo local da Alternativa Social do Porto, agrupados na reactivada Assembleia Libertária do Porto, tivesse para além de acções conjuntas naquele âmbito, assinado um documento conjunto com vários colectivos libertários europeus (ver site da Alternative Libertaire, http://www.alternativelibertaire.org).

No fundo, ganhou-se disponibilidade para uma maior cooperação.

O Azine, por sua vez (embora tenha que ficar claro que não se trata de um órgão "anarquista"), tornou-se também um importante órgão de comunicação para a região da Galiza.

Tudo isto, a nosso ver, parece demonstrar a correcção de uma postura dos anarquistas inabalável nos princípios, mas disponível para o diálogo com os outros.

Mas que isso não fique como conclusão. Apenas como pista para a construção de um movimento popular que tem forçosamente que repelir a direcção autoritária onde quer que ela se encontre. E em Portugal particularmente, este domínio autoritário, temos que o reconhecer, é muito muito forte!... ✦

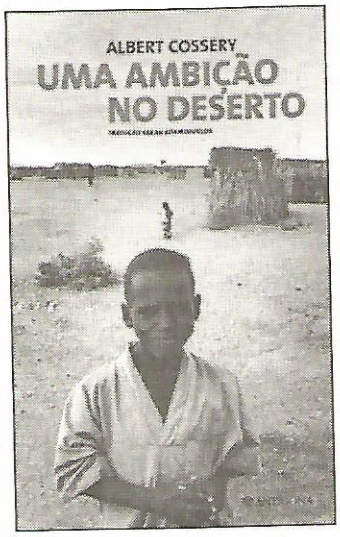


Livros & Leituras

"Uma ambição no deserto" ou uma ambição cada vez mais eterna?

De novo a Antígona editou mais um livro delicioso de Albert Cosssery que, de entre todos os que temos lido, nos parece o mais actual, quer pelo seu conteúdo, quer pelas ideias nele espelhadas e defendidas pelo seu personagem principal, Samantar (amor e liberdade).

"*Uma ambição no deserto*", título dado por Albert Cossery ao seu último livro, editado em Maio de 2002, parece-nos demasiado actual por se situar num emirado árabe, mas não num qualquer. É em Dofa, situada no deserto, onde reina uma paz soberana provocada pela própria miséria, porque "*(...) onde não há nada, até os pérfidos se resignam à indigência*". Dofa não possui aquelas riquezas petrolíferas tão desejadas pelas potências imperialistas.(palavras do autor) para colonizar os povos árabes. Não que não o tivessem tentado descobrir, tentativa expressa numa antiga torre de refinaria já ferrugenta, outrora implementada para explorar o subsolo de Dofa que se viria a revelar estéril, torre que foi ali deixada e que serve para relembrar aos seus habitantes a sorte que tiveram em deterem solos pobres e se situarem no deserto para serem deixados em paz e livres dessas invasões coloniais ocidentais.



Neste seu livro, Cossery cria de novo personagens cujos sonhos são viver em paz e tranquilidade ainda que pobres, pois não existe maior felicidade que viver em liberdade e inserido num meio ainda natural. São cinco personagens que nos desfilam perante os olhos e difícil se torna seleccionar qual a mais interessante.

Por um lado, temos Samantar, porventura a personagem principal, que apenas ambiciona viver em paz e amor, temendo todas as possíveis invasões e ameaças a este estado de paz e liberdade que Dofa ainda oferece. "*(...) Samantar estava convencido de que a pobreza de um país era a sua única salvaguarda contra as aves de rapina, aramadas ou não, que esperavam apenas a promessa de lucro para partir à sua conquista, para o esquartejar, para o minar; e agradecia aos céus ter nascido numa terra desértica, desmunida de quaisquer matérias-primas raríssimas e suficientemente repelente para desencorajar as almas mercantis*".

Samantar vive em permanente meditação e amor até ao dia em que explosões na cidade são ouvidas, acontecimento que o irá preocupar até descobrir a sua origem e impedir a continuação do mesmo. A partir de então "*Samantar conclui com amargura que teria de desperdiçar uma energia considerável, por natureza destinada unicamente ao prazer, quebrar o ritmo aprazível de uma reflexão pacífica e submeter a sua clarividência a uma dura prova, isto se queria poupar aquela imaculada parcela de deserto às múltiplas desvastações de que eram vítimas continentes imensos.* ***O que Samantar tinha para salvar era algo de fabuloso, uma concepção de tal modo simplista de vida que escapava à consciência da maioria dos humanos***".

Na ânsia de descobrir que tipo de revolução, ou revolucionários, poderiam estar por detrás desta alteração no quotidiano de Dofa, Samantar encontra um seu amigo de infância, Shaat, de quem suspeitará logo que o vê saído da prisão (não se sabe como nem porquê) em trajos pouco habituais para a época (Verão) e lugar onde se encontram (no deserto), já que traz vestido um casaco de pele de camelo e surge num automóvel, razões que para Samantar são suficientes para suspeitar que terá algo a ver com as explosões ocorridas.

Shaat diz-lhe que agora é um comerciante próspero e que foi por via dos negócios que detém que esta provocação lhe ocorreu. Mas Samantar não acredita completamente nele e tanto assim é que resolve segui-lo para averiguar com quem tem ele os ditos negócios. Ora Shaat trabalha (fabricando bombas) por conta de Higazi, principal braço direito armado do primeiro-ministro de Dofa – Bem Kadem - que por sinal é primo de Samantar. Higazi, cão fiel do primeiro-ministro, perpreta com este último uma revolta em toda a península circundante de Dofa afim de retirar daí o maior prestígio possível. É esta a ambição de Higazi, ser conhecido universalmente ao lado do primeiro-ministro de Dofa. Mas a ambição de Bem Kadem revela-se bem mais desmedida já que visa dar nas vistas. engendrando uma revolta interna, organizada por si próprio e à sua maneira, com Higazi (polícia), para com ela con-

seguir com que todos os povos circundantes, possuidores de petróleo e logo colonizados pelas potências ocidentais, se revoltem e nele reconheçam a coragem e o poder libertador que o seu próprio povo, de Dofa, parece não reconhecer-lhe por serem miseráveis e se encontrarem em paz e tranquilidade.

Esta ambição do emir Bem Kadem virá contudo a ser frustrada no dia em que seu filho morre (que apenas ele sabe ser o seu filho) porque uma bomba, que queria fazer explodir no palácio do pai, rebenta antes do tempo e o mata. É neste instante que Bem Kadem se apercebe da sua louca ambição e do quanto colocou em perigo a paz e a liberdade do seu país. Ingenuamente, a revolta que imaginou e o sucesso que idealizou não previam mortes, muito menos a do seu filho, filho (Moli) relativamente ao qual Samantar lhe dá conta que era um revoltado contra todo o tipo de opulência e em especial a que imaginava existir no palácio do primeiro-ministro (que por acaso era seu pai e ele talvez o soubesse).

Em paralelo às últimas explosões ocorridas a favor da pseudo revolta encetada pelo primeiro-ministro, outras se fazem ouvir e que levarão este a questionar-se quem seria o seu rival que queria impedir que a revolta se desse. Também este enigma Samantar quererá resolver. Não precisa de se aplicar muito já que será o seu promotor a querer dar-lhe explicações sobre esse contra ataque. Este último é Tareq, genial impostor, que todos julgam louco, mas que o próprio diz ter sido esta a profissão que melhor se adequava à forma de como queria estar na vida, assim como a de outros era a de ser médico ou advogado. Tareq diz a Samantar que, desde cedo, embora descendente de uma família nobre, descobriu que ser louco lhe daria toda a liberdade para fazer e dizer tudo o que quisesse sem consequências negativas, nem torturas porque "*(...) os loucos usufruem de circunstâncias atenuantes e é-lhes permitido exprimirem-se com toda a liberdade. E eu queria – era a minha única ambição – poder dizer ao mundo toda a minha repulsa e o meu ódio sem arriscar represálias. Era um sonho bonito para quem tinha descoberto a doutrina ignóbil que regia o mundo*". E, assim, desde muito novo, começou a insultar fortemente a família pelas suas riquezas, a polícia nas ruas e todos os que lhe parecessem ser dignos de ser insultados. Samantar desde cedo que viu em Tareq não um louco mas um génio, alguém que de forma muito inteligente tudo dizia e fazia por forma a que o tomassem por louco, sendo muitas vezes Tareq que advertiu Samantar para determinados perigos que os rodeavam. Tareq tudo ouvia de todos, porque ao pensarem-no louco não se inibiam nas conversas. Só com as crianças se divertia contando-lhes histórias. Onde Tareq estivesse, estavam as crianças de Dofa.

Conta Tareq a Samantar, depois de algum tempo sem se verem, que ao tomar conhecimento das últimas novidades da pseudo revolução, resolveu, em conjunto com as crianças, lançar uma provocação fazendo explodir dinamite (deixada abandonada em caixas junto da torre de

refinaria) em sítios estratégicos para pensarem na existência de contra-revolucionários. Resultou a sua estratégia, uma vez que o primeiro-ministro, mesmo que o filho não tivesse morrido, desistiria da prossecução da sua ambição cega por temer que afinal esse contra-revolucionário ficasse com mais prestígio do que ele nos emirados circundantes.

Este novo livro de Cossery, sempre na linha dos seus livros anteriores, parece advertir-nos sobre a incapacidade humana de viver em paz e liberdade, isto é, de forma simples. Quererão sempre mais, ambicionarão sempre mais, mesmo que essa ambição se demonstre como a sua destruição. "***Uma ambição no deserto***" parece-me conter uma máxima do género: se nada temos para te oferecer (oh potência imperialista) pelo menos não esqueças que existimos e que, mesmo pobres, poderemos ser poderosos. Só que o poder implícito numa ambição destas não deixa de ser tão perigoso quanto a outra ambição (quase eterna e universal) pelo poder detida pelas potências mercantis (palavras de Cossery). Dofa poderá ser um emirado quase imaginário (pobre mas livre) mas não deixa de ser um ideal para um número cada vez maior de cidadãos do mundo.✦

COSSERY, Albert (2002), **Uma Ambição no Deserto**, Editora Antígona, Maio 2002.

Guadalupe Subtil

Os Ciganos da Pré-história e da Modernidade

Foi editado, recentemente, mais um livro de Claire Auzias sobre a problemática dos ciganos. Ainda que nos tenhamos de debruçar sobre o rigor e a profundidade científica desta obra – *Les Funambules – les tsiganes entre la pré-histoire et modernité de l'histoire* -, interessa, por outro lado, extrair a extraordinária lição que devemos todos fazer sobre o processo histórico de integração e de genocídio praticado pelo Estado e as diferentes sociedades em relação a um determinado tipo de marginalidade que não serve como referência ideológica aos ditames dos paradigmas societários de direita e de esquerda.

Na verdade, é relevante apercebermonos da mais que provável origem indoeuropeia das múltiplas etnias ciganas. A autora faz uma digressão sistemática do ponto de vista linguístico da origem indiana dos "Roms", nomeadamente citando a influência do hinduísmo e do bramanismo na construção da sua cultura, dos seus costumes e dos seus valores primaciais no contexto da sociedade indiana tradicional. O processo migratório que os leva à antiga Pérsia, Bizâncio, à Europa central e ocidental foi longo e doloroso. Serviram como carne para canhão dos exércitos de mercenários, príncipes e reis que se guerreavam entre si pela posse de territórios e pilhagem da riqueza social subsistente, como, ainda, de escravos para integrarem as caravelas que alimentavam a indústria da guerra e a expansão colonial.

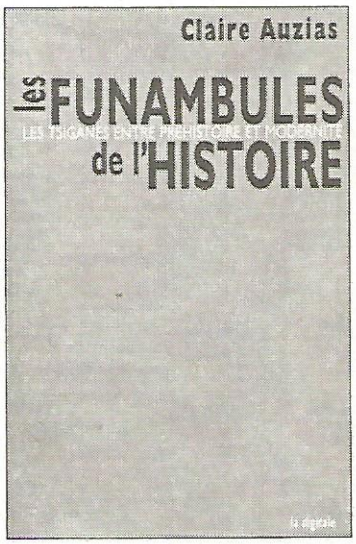
Foi um grande período de normalização no quadro das sociedades vigentes, das línguas, religiões e culturas vencedoras. Portanto, nunca encontraram, nem foram capazes de produzir, uma identidade colectiva suficientemente hegemónica e integradora, com a finalidade de construir um Estado-Nação, com um território com fronteiras específicas que lhes permitisse administrá-lo de forma consequente. Por isso, nunca construíram um exército, uma religião, uma polícia, um partido ou sindicato que integrasse as suas reivindicações históricas. Por isso, sujeitando-se às contingências das múltiplas normalizações e integrações societárias, tornaram-se nómadas, vagabundos, ladrões, mercenários, comerciantes e pedintes de esmolas. A assunção pragmática da marginalidade das múltiplas versões da etnia cigana na Rússia, Roménia, Turquia, Hungria, Polónia, Alemanha, França, Espanha, Portugal, etc., sempre foi objecto de reacção negativa por parte das populações autóctones, porque a sua maneira de viver era perpassada pelo ócio, pela festa, pela recusa do trabalho e da moral vigente e, sobretudo, um atentado à sacrossanta propriedade privada. Eram, por tais motivos, considerados como um flagelo e uma espécie de "peste negra" que punha sistematicamente em causa as prerrogativas em termos de direitos e deveres do cidadão normal e também as necessidades de apropriação de riqueza dos senhores, príncipes e reis em plena Idade Média e, sobretudo, as necessidade de acumulação do capitalismo em formação.

Segundo Claire Auzias, da sua tragédia histórica no seio da modernidade e do capitalismo, os ciganos deixam-nos a poesia de Baudelaire, a música de Franz Listz e de Manuel Falla e o flamengo. É uma poesia e uma música que tanto dão para chorar como para dançar. É uma música que serve para reconfortar o espírito dos vencidos e dos vencedores.

Todavia, nesta livro, que importa sobremaneira ler, podemos extrair algumas lições para a nossa contemporaneidade.

Em primeiro lugar, devemos olhar para os ciganos como seres humanos iguais e dessemelhantes da nossa própria desgraça. Desgraça que nos induz a revoltar-nos com a miséria humana e a pobreza que patenteiam como marginais sociais e pedintes de esmolas no quadro da normalidade capitalista. Desgraça e tragédia humana, porque os nossos antepassados nunca souberam compreender a sua revolta e o seu imaginário colectivo contra o Estado e as formas de dominação e de exploração do homem pelo homem.

Em segundo lugar, todos nós sabemos que a submissão e a cumplicidade dos oprimidos e explorados com a miséria deste mundo é cada vez mais assumida por estes últimos, sem que se vislumbre um esboço de revolta e de insubmissão face ao Estado e ao capitalismo. Também não é menos verdade que mui-



tas das práticas e princípios ancestrais da etnia cigana prevalecem e são reveladoras da castração e da mutilação dos corpos e das mentes. Se as nossa vidas são orientadas no sentido da emancipação, não podemos nem devemos ser complacentes com essas práticas e esses princípios. Todavia, isso não nos impede de perceber que estamos todos integrados no mesmo barco, cujo naufrágio indicia muitas contradições e limitações. A contradição é generalizada. Basta compreender as diferenças dessa contradição, para perceber que temos que agir e pensar nome da liberdade e da alteridade.

Finalmente, mais um livro de Claire Auzias sobre a etnia cigana. Não é, no meu entendimento, uma repetição dos livros que já escreveu sobre o mesmo tema – *La compagnie des Roms, récits de voyage parmis les livres, les bidonvilles et des êtres humains; Les Tsiganes, ou le destin sauvage des Roms de l'Est* (traduzido para português pela editora Antígona, em 2001); *Les Poètes de grand chemin, voyage avec les Roms des Balkans; Samudaripen, le génocie des Tsiganes* – na medida em que são abordados diferentes manifestações sociais, políticas, económicas e culturais da essência cigana no contexto do Estado e das sociedades contemporâneas.✦

AUZIAS, Claire (2002), **Les Funanbules – les Tsiganes entre la préhistoire et modernité de l'histoire,** Baye, La Digitale.

José Maria Carvalho Ferreira

O Anarquismo de Ferreira de Castro

Ferreira de Castro é um nome por todos sobejamente conhecido e reconhecido. Muitos são os que já se debruçaram sobre a obra e vida do escritor português, sendo este livro mais um exemplo do interesse que Ferreira de Castro continua a suscitar (veja-se também o filme "A Selva" recentemente passado nos cinemas portugueses). Ferreira de Castro foi a todos os níveis uma figura ímpar, quer enquanto escritor, quer enquanto pessoa. Jamais abdicou da sua independência e da causa que sempre o moveu – a causa dos que "*não têm privilégio algum*". Neste livro, pode-se ler, numa passagem de uma carta que enviou a Fernanda de Castro, em resposta ao pedido desta para um parecer sobre uma revista que ia lançar intitulada «Bem Viver – Revista dos Lares Felizes», a discordância de Ferreira de Castro do título sugerido por lhe parecer que se estava num país onde quase toda a gente vive muito mal (carta datada de Julho de 1953). Acrescenta, ainda, "*não pertenço a nenhum partido, sou um escritor inteiramente independente; em todo o caso tenho um «engagement» desde a adolescência e de maneira bem profunda; e esse «engagement» é justamente com os lares infelizes, que constituem a absoluta maioria do panorama português.*"

Esta pesquisa de Ricardo António Alves sobre a vertente anarquista de Ferreira de Castro parece-nos muito bem conseguida pela investigação bibliográfica profunda que o autor realizou, proporcionando-nos desta forma um maior conhecimento sobre a ver-

tente humanista, a afirmação libertária, o apoliticismo, o antibolchevismo e a ética de Ferreira de Castro.

Diz-nos Eugénio Lisboa, na apresentação inicial do livro, que este visa aprofundar a natureza e intensidade do comprometimento político do autor de *A Selva*. E, mais à frente, que "*(...) como Régio, como Aquilino, o autor de A Lã e a Neve foi uma personalidade de uma insubornável independência, ainda quando aparentemente suavizada por uma fraterna doçura que todavia não se deixava vergar. (...) Anarco-sindicalista convicto, Castro, (...) abria-se de modo exemplar, nas suas amizades, a um vasto espectro de outras tendências, mas não abdicava do seu singular ideal libertário*". É de facto o que o autor do livro pretende fundamentar. Ferreira de Castro rejeitava quase instintivamente tudo quanto lhe parecesse atentado à liberdade, tudo quanto «cheirasse» a «demasiado governo», dificilmente se deixava subjugar por ideários políticos que visassem substituir uma forma de opressão por outra forma de opressão.

O fundamento para estas afirmações de Eugénio Lisboa no início do livro pode ser encontrado nas próprias palavras de Ferreira de Castro, numa carta que enviou a Bento de Jesus Caraça e a José Rodrigues Miguéis, na sequência de um artigo que estes terão divulgado num periódico então existente (*Globo*) sobre o próprio Ferreira de Castro. Às insinuações daqueles, responde Castro, com a modéstia que lhe era característica, que muito o espantava que dados os graves acontecimentos mundiais (a Segunda Guerra Mundial) se gastasse tanto espaço com matéria tão insignificante e com tão ruim e apagada pessoa, que era a sua. Continua afirmando que considerava injusto o que dele diziam "*e isto porque, talvez de tanto mentir e representar junto dos outros, eu me tinha convencido, obedecendo a um velho fenómeno, que a conduta da minha vida merecia um mínimo de respeito. Enganei-me evidentemente! (...) Tanto que cheguei à conclusão de que o articulista do Globo tem carradas de razão. Aqui bato o mea culpa...*".

A partir deste *mea culpa*, vejamos de seguida como Castro, com muita ironia, coragem e força responde aos seus críticos. Transcrevo de seguida, talvez de forma abusiva e alongada, a resposta de Ferreira de Castro, por ser uma das passagens do livro à qual não fiquei indiferente, por conter, essa resposta, muito do que era a «espinha dorsal» de Ferreira de Castro, muito da sua verticalidade e independência, muito da sua humanidade. Mais importante do que tudo o que eu possa dizer é o que Ferreira de Castro escreve aos que o criticam a propósito das suas viagens:

"*Aqui bato o mea culpa. De facto, o Globo não malbaratou o seu espaço. A justiça, como a caridade, deve principiar por casa e eu sou mais perigoso do que Hitler, Mussolini ou Goering, representando, além disso, um problema muito mais grave do que os outros que galvanizam a nossa época. Eu sou um burguês empedernido e até mais nefasto do que um burguês, porque desde os 14 anos ando a disfarçar, a dizer que o não sou...*

Eu fui, de certa maneira, um clarividente e por mais que me chamassem lunático e me dissessem - «isso talvez daqui a quinhentos anos!» - eu acreditava que o progresso das ideias não demoraria tanto. E como tinha

grandes interesses a defender, apesar de eu passar fome nesse tempo – só a fingir, claro! – fui-me logo prevenindo... A minha hipocrisia, tem, portanto, mais de vinte anos de existência. Era justo, pois, que ela fosse, um dia, desmascarada. É o que acontece hoje. (...) A lista dos meus crimes é muito grande e muito antiga, como se vai ver. (...) Assim, aos doze anos e meio, fiz a primeira viagem. Mas para ocultar a minha índole de grande senhor, embarquei na terceira classe dum velho barco que me levou ao Brasil. A mania de viajar, porém, não acabaria ainda. Um dia, meteram-me noutro barco e, ainda em terceira classe, fui até à selva virgem do Amazonas. Este delito, e outros que depois se seguiram, enchiam-me de remorsos. Enquanto eu ia ali, magnificamente instalado, tendo ao lado uns simpáticos boizinhos que, para me distraírem, mugiam de quando em quando, num ambiente onde erravam estranhos aromas, os outros rapazes da minha idade e que mais tarde se haviam de distinguir nas letras, nas artes e na política, eram obrigados a dormir numa cama macia, a frequentar o liceu, depois a Universidade, a suportar os odiosos carinhos de famílias sensaboronas, que, na sua intolerável preocupação de que eles não «apanhassem uma doença», até faziam vista larga e ouvidos moucos, quando, alta noite, ouviam passos em direcção ao quarto das criadas... Eu, pelo contrário e para dita minha, não tinha nada disso e andava a viajar. E até – supremo suplício! – enquanto eles se levantavam às nove, depois de terem tomado o café e as torradas na cama, eu disfrutava uma vida livre e higiénica, graças ao favoritismo duma turma de marinheiros que, às cinco da manhã, me fazia saltar da rede, para se poder lavar o convés... Vida tão bela não podia terminar sem o meu protesto. E, assim, depois de enclausurado três anos e meio na selva, tornei a pecar: fiz uma nova viagem. Regressei ao Pará. Ali, no intuito de ocultar a minha verdadeira tendência burguesa, eu comia apenas quando a providência era servida e a providência, em certos períodos, só se dignava servir-me duas e três vezes por semana. (...) Os escrúpulos que eu sentia, então, ninguém os pode imaginar! Realmente não era justo que, enquanto eu gozava daqueles privilégios, os rapazes da minha geração, fossem obrigados, coitadinhos, a almoçar e a jantar todos os dias, e, ainda, a divertirem-se (...). Eu, pelo menos, era burguesmente feliz! Não tinha aquela maçada de comer diariamente, nem tinha aulas aborrecidas.

Anos depois, de novo em Portugal – sempre o luxo das viagens! – dei-me outra vez a passar fome, para que ninguém desconfiasse das riquezas que eu trouxera do Brasil e não me pedisse para financiar um banco ou alguma empresa – que quisesse fazer nas colónias o que a França fez em Marrocos. A fome, em mim, era já um hábito, um prazer, um vício.

Coisas que acontecem a muita gente que não se dá ao luxo de viajar. (...) desde que no Pará, há 21 anos, eu fingia lutar por um mundo melhor, ao lado de pobres homens que a morte talvez já tenha levado, não me sinto tranquilo com a consciência. Hoje, sobretudo, os negócios ilícitos que tenho, as explorações que faço, a prosperidade em que vivo e que só os amigos íntimos conhecem, tiram-me o sono. (...) Toda a gente sabe o lucro que eu tiro das ideias que digo ter. As vantagens morais e materiais e os prazeres que elas me dão, estão à vista de toda a gente. A página do Globo é, sob esse aspecto, uma prova bem evidente."

Detendo-me por aqui, mas não sem deixar de salientar o tom jocoso com que Ferreira de Castro prossegue até ao final da carta endereçada ao articulista do *Globo*. Com esta transcrição – muito longa bem sei! – queria, apenas, abrir um pouco o apetite para a leitura deste livro assaz pertinente sobre um homem que primou pelos seus princípios libertários e de liberdade. Mesmo em período de forte censura a tudo o que pudesse escrever, não abdicou de dizer o que tinha a dizer sobre *os que não têm quaisquer privilégios*, sobre os sábios que concorrem para as civilizações, progresso e ciência e que são os pobres e explorados. Ferreira de Castro jamais aceitou ser subornado com prémios e honrarias que o pudessem comprometer, jamais abdicou de ser coerente com as suas convicções: deixou de vender alguns exemplares de *Emigrantes* para as escolas porque não quis pedir ao Ministério da Instrução que os comprasse, não foi a Goa e Macau estudar os costumes locais para não aceitar convites de governadores desse tempo e tantas outras recusas, as quais constituíam para ele as vantagens morais e materiais que retirava das ideias que tinha.

A leitura deste livro constitui, para qualquer ser aberto e flexível, um incentivo a um aprofundamento do conhecimento de alguém – Ferreira de Castro – e de nós próprios. Quem, de entre nós, ainda detém tamanha isenção, independência e liberdade? Quem, de entre nós, é capaz de tanta frontalidade e convicção? Muito poucos certamente!✦

ALVES, Ricardo António (2002), **"Anarquismo e Neo-Realismo. Ferreira de Castro nas Encruzilhadas do Século"**, Âncora Editora, Outubro 2002.

Guadalupe Subtil

Ángel Pestaña – Contradições e limites do anarquismo em Espanha

Em boa hora, Antonia Saa Requejo resolveu elaborar uma pequena biografia sobre a vida e a obra de Ángel Pestaña, personagem por muitos considerada emblemática e "maldita", quer no seio do anarquismo, quer da CNT em Espanha. Esta pequena biografia é muito pedagógica, em vários domínios. Por um lado, per-

mite-nos observar e interpretar um homem que dedicou quase toda a sua vida ao sindicalismo e ao anarquismo. Por outro, demonstra, de uma forma inequívoca, como é que a partir de condições socio-económicas e culturais adversas um trabalhador assalariado é estimulado para uma luta no sentido da construção de um imaginário colectivo assente em pressupostos emancipalistas. Por último, através da vida e obra de Ángel Pestaña, podemos observar como é que os dilemas clássicos das dicotomias revolução/reforma, apoliticismo/partidarização da política, sindicalismo/anarquismo sempre foram problemáticas recorrentes no seio do anarquismo espanhol e de outros países em que os mesmos atingiram maior expressividade social.

Ángel Pestaña Nunez nasceu a 14 de Fevereiro de 1886, na pequena povoação de Santo Tomás de las Ollas, hoje integrada na vila de Ponferrada. Filho de gente operária humilde, ainda muito jovem, depois de ter seguido uma vida atribulada com trabalhos irregulares, foi constrangido a seguir o ofício de mineiro que o seu pai tinha abraçado. Depois da morte deste em condições paupérrimas, e perante uma situação de crise de emprego, segue uma vida errática em trabalhos esporádicos na agricultura e empregado de armazém.

Com 15 anos já indiciava um espírito de rebeldia e de revolta pela situação que vivia, razão pela qual tenha sido preso pelo facto de participar num comício e defender a jornada de trabalho de 8 horas. Logo que sai da prisão, sem trabalho, depois de passar por Paris, San Sebastián e Bourdéus, acaba por colaborar numa pequena produção de caramelos. Pouco tempo depois emigra para Argel, juntamente com a sua companheira, Maria Espés. Nesta cidade, já com 23 anos, apercebe-se das perversões provocadas pelo colonialismo e pelo racismo, assim como da opressão e da exploração que eram praticadas sobre as massas trabalhadoras. Os trágicos acontecimentos de Barcelona, em Julho 1909, que culminaram com o fuzilamento de Ferrer Guardia, foram também um dos vários elementos que estão na origem da sua adesão aos ideais do anarquismo, que efectivamente começa com a publicação de um artigo seu no semanário anarquista *Tierra y Libertad*, subordinado ao tema "El comunismo entre los mormones". Em Agosto de 1914 regressa a Espanha e desde então passa a viver em Barcelona.

Não obstante presenciar e viver as vicissitudes da crise provocada pela Guerra Mundial de 1914-18, é neste ambiente que vai ter oportunidade de conhecer o movimento anarquista mais dinâmico da Espanha e de conjugar a sua vida de militante com a profissão de relojoeiro. A sua integração no seio do movimento anarquista e sindical na Catalunha foi meteórica, participando para o efeito em várias conferên-

cias e comícios e colaborando com vários artigos nos semanários *Terra y Libertad* e *Solidariedad Obrera*.

As posições de Ángel Pestaña, na opinião de António Saa Requejo, depressa ganharam um força preponderante no seio da CNT. Diga-se de passagem, que no início, Ángel Pestaña, era um "anarquista puro" que não admitia qualquer tipo de desvio da linha ortodoxa. Progressivamente, no início da década de 1920, com a emergência de conflitos entre os anarquistas da FAI e os que dirigiam a CNT, Ángel Pestaña revela-se um defensor intransigente de um sindicalismo revolucionário e apolítico. Ainda em 1920 é enviado como delegado da CNT ao Congresso da Internacional Comunista, cuja finalidade básica consistia na integração de todos os sindicatos do mundo na Internacional Sindical Vermelha. O apoliticismo de Ángel Pestaña revela-se pertinente, na medida em que se apercebeu do terror e da miséria que estavam a ser criados pela ditadura marxista-leninista.

Mais tarde, em 1922, na Conferência da CNT em Saragoza, as suas posições aproximam-se de Salvador Seguí, ao mesmo tempo que critica todas as manifestações de terror que poderiam eventualmente ser praticadas pelo sindicalismo, como formas de reacção ao terrorismo dos militares e do pistoleirismo do patronato. Pouco tempo depois, Ángel Pestña é vítima de um atentado, escapando por pouco à morte. No ano seguinte, é assassinado Salvador Seguí, líder proeminente da CNT. Com este acontecimento abrem-se as portas da liderança na CNT a Ángel Pestaña.

Desde então, as manifestações políticas e sindicais de Ángel Pestaña confundem-se e as suas posições tornam-se cada vez mais reformistas, ao ponto de considerar a revolução social um mito essencialmente funesto para as aspirações emancipalistas da classe trabalhadora. As posições entre reformistas e revolucionários e entre sindicalistas e faístas extremam-se, ao ponto de Ángel Pestaña ser constrangido a se demitir de secretário-geral da CNT, em Fevereiro de 1932. Por outro lado, em Agosto de 1931, ainda tentou defender as suas posições sindicalistas reformistas no seio da CNT, sendo o principal autor do "Manifesto dos Trinta".

Vencido e sem capacidade para acompanhar a trajectória revolucionária que entretanto tinha emergido em Espanha, em 1934, juntamente com outros sindicalistas participa activamente na formação do Partido Sindicalista que, posteriormente, concorre às eleições em 1936. Com a evolução da guerra civil de 1936-39, Ángel Pestaña foi nomeado Sub-Comissário Geral da Guerra, recusou ministérios que lhe foram oferecidos por Largo Cabalero e, nos princípios de Setembro de 1937, regressou à CNT. Pouco tempo depois, em 12 de Dezembro de 1937, morreu em Barcelona.✦

REQUEJO, Antonio Saa (1999), **Ángel Pestaña**, Madrid, Fundación Emmanuel Mounier.

José Maria Carvalho Ferreira

El Libertário: 30 números em 7 anos

El Libertario é um periódico bimensal, venezuelano, cuja publicação se tem mantido ininterrupta desde Novembro de 1995. Seus princípios e suas práticas são inspiradas no ideal anti-autoritário do anarquismo. A base da organização e finaciamento da publicação do jornal *El Libertario* está no CRA (Comissão de Relações Anarquistas) da Venezuela.

Dos princípios editoriais consta que o "CRA é um grupo de afinidade aberto à participação e à colaboração de gente com atitudes e postulados libertários, sempre exprima um ambiente de respeito mútuo e não dogmático. O critério central da afinidade que nos une é de compartilhar o ideal anarquista ou libertário, que busca a construção de uma sociedade baseada na democracia directa, na justiça social, na autogestão, o apoio mútuo e o contrato livre sem imposição autoritária da lei nem da força. Cada número é realizado através da cooperação voluntária de todos aqueles que acham imprescindível fazer circular uma voz pedagógica de contra-informação".

Se tivermos presente as condições sócioeconómicas, políticas e culturais adversas da Venezuela, depressa nos apercebemos de quão é difícil desenvolver um imaginário colectivo e práticas libertárias que não pactuam com populismos esquerdistas geradores de totalitarismos estatistas, nem com neoliberalismos produtores da escravidão pós-moderna. Com o crescendo progressivo da crise dos modelos societários paradigmáticos – capitalismo e socialismo real de diferentes versões – estamos a assistir, segundo a grande parte dos analistas normativos do poder instituído, ao fim das grandes ideologias e, por isso, obrigados a evoluir numa sociedade cada vez mais globalizada, cujo pragmatismo é visível no aumento drástico da miséria, do desemprego, da pobreza, do crime, da violência, da droga e na destruição da natureza.

Neste contexto, é cada vez mais difícil assumir a lucidez e a revolta. Por isso, compreendo como é grande o esforço e a motivação dos companheiros anarquistas na Venezuela, como na Argentina, em lutarem contra uma situação que lhes é manifestamente adversa. Lutar contra a opressão e a exploração onde reina o arbítrio e a ignorância ideológica, onde os extremos da direita e da esquerda se confundem numa complexidade de vozes e de poderes sem rosto, é, no mínimo, um trabalho titânico que implica muita solidariedade e discernimento teórico e prático.

Na leitura que me foi possível realizar sobre os últimos números do *El Libertario* devo referir três aspectos positivos essenciais.

Em primeiro lugar, a análise de problemáticas que atravessam a vida quotidia-

na dos venezuelanos, no que concerne a evolução política e económica da Venezuela, mas também sobre outros aspectos reportados ao ambiente, à música e às artes, aos jovens, etc..., é feita de modo pertinente e simples, sem grandes divagações intelectuais e ideológicas.

Em segundo lugar, existe uma intenção explícita de fazer uma articulação entre a teoria e a prática, por forma a que os princípios não se esfumem num vazio existencial sem sentido e sem a possibilidade de viabilizarem uma plasticidade social do movimento libertário na Venezuela.

Em terceiro lugar, procuram reconstruir a memória histórica das ideias e das práticas do movimento libertário internacional junto das jovens gerações, caminho que é extraordinariamente difícil, mas que se revela fundamental para qualquer pretensão de emancipação social nas sociedades contemporâneas.

Por fim, devo sublinhar o que me parece menos conseguido no jornal *El Libertario*. Não me posso referir ao grafismo do jornal porque, efectivamente, os custos de uma edição mais legível tornam-se incomportáveis para os companheiros do colectivo editorial do *El Libertario*. Todavia, julgo que uma parte dos artigos ainda enformam por um conteúdo de características ortodoxas, cuja historicidade está muito situada num passado que não é possível reproduzir mecanicamente como crítica radical do Estado e do capitalismo, nem tampouco possibilita a construção de uma alternativa societária baseada num imaginário colectivo, cujo sentido histórico é suficientemente capaz de estruturar uma acção colectiva libertária a nível mundial. Para esse efeito, no meu entendimento, a confusão epistemológica e metodológica, entre o que se entende e pratica como anarquia e os múltiplos anarquismos é algo que tem de acabar. Se não olharmos para a nossa própria crise, nunca conseguiremos realizar um diálogo livre e fraterno entre todos aqueles e aquelas que se dizem anarquistas ou libertários e continuaremos a evoluir com base em mitos e frustrações que desenvolverão, irreversivelmente, o fraticídio e a "guetazição" no seio do movimento libertário internacional. ✦

El Libertario, Emílio Tesoro, Apdo Postal 6303, Carmelitas Caracas D. F. Venezuela.

Outroscontactos:
ellibertario@hotmail.com
www.nodo50.org/ellibertario/ellibertario

José Maria Carvalho Ferreira

Publicações Recebidas

A
Rivista anarchica, mensile, anno 32, nº 286, Dicembre 2002 / Gennaio 2003
Do Sumário: Ai Lettori / Contro la guerrA, comunque; Il drama dell'Ulivo; L'único vero rito; La comunicazione scomparsa; TamTam; Al fianco del popolo palestinese; Rompere il cerimoniale; Rassegna libertaria; La burocratizzazione del mondo; Fatti & misfatti; Dossier / Asserviti alla mobilità; Ricchi di cose, poveri di tempo; Segnali di fumo; À Nous la Liberté; Il bandito in bicicletta; Per difendersi dai giornalisti; Storia di un rapimento; Ritratti in Piedi; I Nostri Fondi Neri.
Contacto: Editrice A, C.P. 17120 - 20170 Milano, Italia. Telef: 39.02.2896627
E-mail: arivista@tin.it
Web site: www.anarca-bolo.ch/a-rivista

al margen
Portavoz del Ateneo Libertario, Año XI, nº 43, Otoño 2002
Do Sumário: Editorial: Justicia; La justicia, siempre del lado del patrón;
La Memòria Rebel: Sara Berenguer;
El discreto encanto del fragmento; Dossier: Justicia; Las mejores plumas; Poesía; Escritores autodidactos y obstinados; Ecus de suciedad; Kiosko libertario; La Revista Blanca.
Contacto: Al Margen, C/ Palma 3 - 46003 Valencia, España.
E-mail: atalmargen@mixmail.com

ANARTISTE
Les Nouvelles Libertaires, nº 1 – Juin 2002
Revista anarquista de arte e poesia.
Contacto: 145, Rue Amelot – 75011 Paris, France

Avontecimiento
Revista de pensamento personalista y comunitario, nº 64, 2002/3
Do Sumário: Globalización y políticas agrarias; El terrorismo del hambre
Globalización y nuevas tecnologias; Quando digo felicidad? qué estoy
diciendo?; El camino hacia la felicidad; Justicia, pérdon, esperanza,
felicidad...; Una propuesta personalista; Dificultades paar ser feliz de uma ama de casa; Testimonio desde el dolor; Qual es el sentido de la vida para
el militante para el Instituto E. Mounier?
Contacto: Instituto Emmanuel Mounier, c/ Melilla, 10-8ª Dto., 28005 Madrid, España.

Black Flag
For Anarchist Resistance, nº 222
Do Sumário: The street is mightier than Le Pen; General strike shuts down Spain; Immigrant's occupation in Seville; Strike paralyses Toronto; Class strugle in China; No borders in Strasbourg; Resistance in Italy; Machete power beats State; Argentina: the struggle continues; "You can't live on a web page"; Justice – a bourgeois concept?; Changing the way we think of Direct Action; Vive l'anarchie; The Algerian insurrection; Anarcha-feminism in Bolivia; Prisoners; Reviews.
Contacto: Black Flag, BM Hurricane, London WC1N 3XX, Reino Unido
E-mail: blackflageds@hushmail.com
Web site: www.flag.blackened.net/blackflag

Clã Destino
Nº 36 – Ano 4 – Novembro 2002
Jornal de arte e poesia alternativas.
Contacto: Clã Destino, C. Postal 10149, Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), Brasil.

Coice de Mula
Para a desratização da arte contemporânea
Nº5, 2002
Do Sumário: Portugal na grande tanga; Enunciações sobre o Tripalium; Alqueva, crime ecológico anunciado; Agricultura e peste; S.Tomé e Príncipe: o paraíso a saque; Educação ambiental; O Único e a sua Propriedade; Para uma eliminação mais rápida da língua portuguesa; O grande escândalo das vacas moucas; O que é a publicidade?; Política mental; Ainda hoje não cago à vontade; Mula da droga.
Contacto: Apartado 21477, 1134 Lisboa Codex, Portugal.

Courant alternatif
Mensuel de l'Organisation Communiste Libertaire, nº 12, decembre 2002.
Do Sumário: Editorial; Calais, laboratoire sécuritaire; Arcade, 8 mois de grève; Donges, un port contreversé; Chronique palestienne; L'après nazisme en Allemagne; Le travail des enfants; Rubrique flics; Le budget militaire français; Rubrique livre; Côte d'Ivoire.
Contacto: OCL, c/o Clé des Champs, BP 20912, 44009 Nantes Cedex 1, France. Tel./ fax: 33.3.88323752
E-mail: oclibertaire@hotmail.com
Web site: http://oclibertaire.free.fr/

La Campana
Semanario de información y pensamiento anarquista, IIª Época, Número 206 // 16.12.2002
Do Sumário: Editorial; Buzón de La Campana; Contra a política económica y social del gobierno; La semana; Debate al rojinegro; Nunca Máis; Libros; De antologia; Libertad para Leonard Peltier!; Publicaciones; Cine; Memoria Libertaria.
Contacto: La Campana, C/ Pasantería, 1-3ª, 36002 Pontevedra, España.
E-mail: lacampana@jet.es
Web site: www.lacampana.org

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la *Fédération Anarchiste*, Hors Série nº 22, du 19 décembre 2002 au 8 janvier 2003
Do Sumário: Editorial; Y aura-t-il une vie syndicale?; À propos des prud'hommes; Suisse: Surfe sur la vague… rejoins l'avalanche!; Florence: Anars crosse en l'air; Trégor: La grève générale ou l'esclavage moderne; Institut de Locarn: Le retour; Deux révolutions, sinon rien; Chefs sous surveillance; Angela Davis; Les «clients» de la prostitution; Sois libre… et tais-toi!; Agenda; Contre les saigneurs du G8.
Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France
Telef. 33.1.48053408

letralivre
Revista de cultura libertária, arte e literatura, Ano 6, nº 35, 2002
Do Sumário: A era de Frankenstein; Porque os anarquistas não votam; Voto obrigatório e a ditadura da maioria ; Pego nas redes da decepção: os anarquistas e a mídia; O emprego da psicanálise na investigação histórica; A campanha contra a emigração ao Brasil; Cronologia do anarquismo; A defesa de um terrorista; Louise Michel; O incômodo fim de Policarpo Quaresma; Eppur, si muove.
Contacto: letralivre, Caixa Postal 50083, 20062-970 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: letralivre@gbl.com.br

Libertaria - il piacere dell'utopia
Rivista trimestrale, anno 4, nº 4 - ottobre / dicembre 2002
Do Sumário: Per un pugno di pozzi; Chi sono i veri terroristi?; Fuga dalla politica; Argentina: la forza della voce femminile; Lo strano caso del dottor Crespi e di mister Hdc; Addio «mostro»; Modello Z cioè sorvegliato speciale; Avremo un futuro se sarà primitivo; Economia: una proposta libertaria; Cgil alla riscossa; Avanza un nuovo lavoratore; Park School: democrazia diretta per i più piccoli; Elogio dell'imperfezione; Riflessioni intempestive su un futuro incerto; Durruti in cucina; Voci di compagni, schede di polizia; Post-futuro? No ritorno all'ordine.
Contacto: Libertaria, Casella Postale 10667, 20110 Milano, Italia.
E-mail: libertaria@libertaria.it
Web site: www.libertaria.it

Obrero prisionero
Nº 10, Noviembre / Diciembre 2002
Do Sumário: Dossier Detenidos Valencia; Brasil hoy; Comunicado de Gabriel Pombo da Silva; Guantamo; Cualquier martes puede salir el Sol.
Contacto: Apdo. 5 de Getafe - 28901 Madrid, España.

Pandora
Periódico libertario y confederal, nº 18, Enero 2003
Folha divulgada pela C.N.T. de Vitoria.
Contacto: C.N.T. de Vitoria, c/ Correría 65 bajo, Vitoria, España
Telef. 34.945.282974
E-mail: vitoria@cnt.es

Réfractions
Recherches et Expressions Anarchistes, nº 9, Automne-hiver 2002
Do Sumário: Misères de l'économie, économie de la misère; Le marché, l'agora et l'acropole; Improbable économie solidaire; Économie populaire, laboratoire de la post-modernité ou forme ultime du capitalisme; L'expérience historique des Bourses du travail; Un exemple d'alternative: les SEL; Du SEL au SELT; Révolution écologique ou catastrophisme industriel; Une autre économie dans une autre société; L'économie participative à Huancarani, une communauté bolivienne; L'économie informelle en Haiti: entre domination, créativité et l'utopie; Actualité de la pensée de François Partant; Défaire le développement, refaire le monde; Manifeste du Réseau européen pour l'après-développement; À propos de l'oeuvre de Georgescu-Roegen: Demain, la décroissance; L'horreur ethnocratique; Des jours dans les jours; Le Québec, le fédéralisme et nous; Les livres.
Contacto: Les Amis de *Réfractions*, BP 45, 13920 Saint-Mitre-les-Remparts, CCP Lyon 11 067 24 J, France.
E-mail: refractions@plusloin.org
Web site: www.refractions.plusloin.org

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, anno 82, nº 43, 22 dicembre 2002
Do Sumário: Anarchici a congresso a Imola; La bomba atomica "preventiva" di Bush Jr.; FIAT: Movimenti scomposti in sala comandi; Libri: Nostalgia del Minculpop?; Bombe e teoremi; Genova: Liberi tutti!; Iraq: Operazione Babilonia; Francia: Sciopero ad Arcade; Copenhagen: Tre giorni di lotta contro la Fortezza Europa; Informazione.
Contacto: Umanità Nova, C.so Palermo 46 -10152 Torino, Italia.
E-mail: fat@inrete.it

OUTROS DOCUMENTOS E LIVROS RECEBIDOS

Bulletin of the Kate Sharpley Library
Boletim da Livraria Kate Sharpley, nº 32, October 2002
Informação sobre publicações editadas e disponíveis.
Contacto: Kate Sharpley Library, BM Hurricane, London WC1N 3XX, England
Web site: www.katesharpleylibrary.org

Los Amigos de Ludd
Boletín de Información Anti-Industrial, nº 3, Junio 2002
Contacto: C/ Ave María, 39 – 2º Dcha, Ext. 28012 Madrid, España.

Rastilho
Catálogo de 2002 desta distribuidora alternativa: música; publicações; t-shirts; crachás; etc.
Contacto: Apartado 764, 2401-978 Leiria, Portugal; Telef: 965078482
E-mail: rastilho@mail.telepac.pt

Textos Contra a Prisão
Contacto: Apartado 40, 2801-801 Almada, Portugal

COLSON, Daniel (2001), Petit Lexique Philosophique de l'Anarchisme - de Proudhon à Deleuze, Paris, Librairie Générale Française.

DÍAZ, Carlos (2002), Treinta nombre proprios - las figuras del pernsonalismo, Madrid, Fundación Emmanuel Mounier.

HERNÁNDEZ, Luis Henrique (2002), Paulo Freire, Madrid, Fundación Emmanuel Mounier.

IGLESIAS, María de las Nieves Pinillos (2002), Flora Tristán, Madrid, Fundación Emmanuel Mounier.

PAULA V., Maria (2002), O que será Geometria senão Poesia no Espaço, Lisboa, Hugin.

TRAVADO, José Manuel (2002), Sagrada Família, Lisboa, Edições Tema.

VALLOTA, Afredo e **MÉNDEZ**, Nelson (2001), Bitácora de la Utopía - Anarquismo para el siglo XXI, Caracas, Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela.

VALLOTA, Alfredo (2001), Mecánica cartesiana de la res extensa, Caracas, Editorial Innovación Tecnológica.

USA
SUV
IRAQ

Este número da revista Utopia
é dedicado à memória do
companheiro Alfredo Gaspar,
recentemente falecido.

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.

A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.